

apartes

NÚMERO 1 - JANEIRO A JUNHO/2013

Distribuição gratuita

Resquícios da repressão

Comissão revela heranças da ditadura que duram até os dias atuais



Bichos abandonados

Donos irresponsáveis e limitação do Poder Público agravam problema

Lobby

Cercado de preconceitos, debate precisa avançar



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Mesa Diretora

Presidente: José Américo (PT)
1º Vice-Presidente: Marco Aurélio Cunha (PSD)
2º Vice-Presidente: Aurelio Miguel (PR)
1º Secretário: Claudinho de Souza (PSDB)
2º Secretário: Adilson Amadeu (PTB)
1º Suplente: Gilson Barreto (PSDB)
2º Suplente: Dalton Silvano (PV)
Corregedor: Rubens Calvo (PMDB)

Vereadores da 16ª Legislatura (2013-2016)

Abou Anni (PV) - suplente em exercício, Adilson Amadeu (PTB), Alessandro Guedes (PT) - suplente em exercício, Alfreidinho (PT), Andrea Matarazzo (PSDB), Antonio Carlos Rodrigues (PR) - licenciado, Ari Friedenbach (PPS), Arselino Tatto (PT), Atilio Francisco (PRB), Aurelio Miguel (PR), Aurélio Nomura (PSDB), Rubens Calvo (PMDB), Celso Jatene (PTB) - licenciado, Claudinho de Souza (PSDB), Conte Lopes (PTB), Coronel Camilo (PSD) - suplente em exercício, Coronel Telhada (PSDB), Dalton Silvano (PV), David Soares (PSD), Donato (PT) - licenciado, Edemilson Chaves (PP), Edir Sales (PSD), Eduardo Tuma (PSDB), Eliseu Gabriel (PSB) - licenciado, Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Gilson Barreto (PSDB), Goulart (PSD), Jair Tatto (PT), Jean Madeira (PRB), José Américo (PT), José Police Neto (PSD), Juliana Cardoso (PT), Laércio Benko (PHS), Marco Aurélio Cunha (PSD), Mario Covas Neto (PSDB), Marquito (PTB) - suplente em exercício, Marta Costa (PSD), Milton Leite (Democratas), Nabil Bonduki (PT), Natalini (PV), Nelo Rodolfo (PMDB), Netinho de Paula (PC do B) - licenciado, Noemi Nonato (PSB), Orlando Silva (PC do B) - suplente em exercício, Ota (PSB), Patrícia Bezerra (PSDB), Paulo Fiorilo (PT), Paulo Frange (PTB), Reis (PT), Ricardo Nunes (PMDB), Ricardo Teixeira (PV) - licenciado, Ricardo Young (PPS), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (Democratas), Senival Moura (PT), Souza Santos (PSD), Toninho Paiva (PR), Toninho Vespoli (PSOL), Vavá (PT), Wadih Mutran (PP) - suplente em exercício

Expediente

Editor Executivo: José Carlos Teixeira de Camargo Filho
Elaboração: CCI.3 - Equipe de Comunicação da CMSP
Supervisora: Maria Isabel Lopes Corrêa
Editor: Sândor Vasconcelos
Editor Assistente: Rodrigo Garcia
Repórteres: Gisele Machado, Fausto Salvadori Filho
Supervisão jornalística: Assessoria de Imprensa da Presidência e Diretoria de Comunicação Externa
Fotografia: Ângelo Dantas, Fábio Jr. Lazzari, Gute Garbelotto, Mozart Gomes, Reinaldo Stávale, Ricardo Ri, Marcelo L.X.
Diagramação: EJP
Editor de Infografia: Rogério Alves
Estagiários de arte: Cinthia Botto, Erika Novaes, Giulia Castiglione, Gustavo Milan, Hugo Ramallo, Jhonny Oliveira e Karen Zonzini
Equipe Executiva: Leandro Uliam, Livia Tamashiro
Unidade de Apoio: Secretaria de Documentação - SGP.3
Impressão: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo
Capa: Arte sobre foto de Silvaldo Leung Vieira

Revista Apartes – Palácio Anchieta

Viaduto Jacaré, 100 - Anexo, 2º andar, sala 212A - Bela Vista, São Paulo - SP
CEP 01319-900 – E-mail: apartes@camara.sp.gov.br
Versão digital disponível em: www.camara.sp.gov.br

Tiragem: 6.500 exemplares

Periodicidade: Semestral

Solicite o recebimento da revista Apartes em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br.

*Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública*



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br



Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)



Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes



Uma revista para valorizar a política municipal

O leitor pode se perguntar se faz sentido a Câmara Municipal ter uma revista para divulgar e discutir o universo da política em nossa cidade. Penso que sim. Afinal, entre os poderes do nosso município, o Parlamento é aquele que mais dialoga com os cidadãos. Em geral, as questões que envolvem a vida em São Paulo batem primeiro aqui, nesta Casa, seja por meio de um dos 55 vereadores, da Ouvidoria, do clipping com as notícias da imprensa, e com certeza pelas hoje sempre presentes redes sociais. A revista **Apartes** vem para completar um espectro de mídias que visa auxiliar os vereadores e a população a fazerem da Câmara um ponto de encontro melhor, mais bem compreendido e politicamente mais eficiente – vamos adotar o ponto de vista segundo o qual eficiência política quer dizer uma democracia mais sólida e bem enraizada na população – na nossa querida São Paulo.

Esta edição aparece no momento em que promovemos a integração da comunicação da Casa – **TV Câmara São Paulo, Portal da Câmara, Web Rádio Câmara, o Centro de Comunicação Institucional**, além da participação no Facebook e no Twitter –, tudo para fortalecer os laços com as paulistanas e os paulistanos. São, todos esses, meios de comunicação ágeis, que informam instantaneamente ou com diferenças de tempo muito reduzidas em relação ao que está acontecendo. Podem trazer informações muito rápidas e concisas, como a linha de 140 caracteres do Twitter, ou então explorar os temas por meio de debates, colocando frente a frente defensores de opiniões e propostas às vezes diametralmente opostas no espectro da política e da ideologia como, por exemplo, em programas no estúdio da TV, ou mesmo nos embates transmitidos ao vivo que muitas vezes ocorrem durante os trabalhos das Comissões e no Plenário da Câmara.

Mas uma revista é algo diverso. Só ela permite aprofundar um assunto, chegando-se às minúcias das muitas histórias que cada tema comporta. O texto principal de uma reportagem, em que se desenvolve um raciocínio que necessariamente deve ter começo, meio e fim, conversa com as fotos e ilustrações, e é complementado por boxes, como os que temos, em grande número, na edição que chega agora às suas mãos.

Toda revista, como qualquer mídia, tem sua personalidade. Pode ser sisuda ou mais leve na sua apresentação. Mas o desafio de uma boa revista é sempre o mesmo: tratar os temas que traz em seu ventre com maior profundidade (os mais antigos hão de se lembrar da inesquecível *Realidade*, dos anos 60 e 70, que trazia grandes reportagens, com fotos incríveis, tudo numa apresentação gráfica atraente e que ia a fundo no que abordava). No entanto, seja qual for o ângulo de enfoque e a receita editorial que adote, a revista induz o leitor à reflexão como nenhum outro meio. Este é o papel da **Apartes**. Que ela provoque nos leitores cidadãos e cidadãs paulistanos (as) reflexões sobre os assuntos de que trata, do presente e do passado, e acrescente, assim, este desafio àquele que desde sempre é o nosso de todos os dias: aprofundar a vivência democrática e ajudar a cidade a encarar e resolver os seus problemas. Um instrumento que nos ajude a pensar e construir um futuro melhor.

Um processo de separação é, geralmente, traumático e dolorido. Na maioria das vezes, representa perda e falta. Mas, excepcionalmente, quando gera bons frutos e possível evolução, uma cisão pode ser comemorada.

Esta **Apertes** celebra o nascimento de um produto jornalístico voltado à comunicação pública que surgiu do desmembramento da *Revista do Parlamento Paulistano*, antes composta por uma seção de jornalismo e outra de artigos acadêmicos. Com a separação, foram criados dois veículos: a *Revista Parlamento & Sociedade*, voltada exclusivamente aos artigos acadêmico-científicos, e a **Apertes**, inteiramente noticiosa.

A divisão, decidida após debate entre as equipes da antiga revista, ocorreu, principalmente, porque houve consenso de que a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) possui um material tão abundante em termos de notícia e conhecimento que merece contar com duas publicações robustas, cada uma com conteúdo integralmente dedicado a sua área de atuação.

Esta é, portanto, a primeira edição da nova revista. Como já dito, o conteúdo jornalístico foi ampliado. A publicação ganhou, também, uma reformulação gráfica com objetivo de torná-la mais agradável ao leitor. E o título da publicação remete a um termo usual no Legislativo, quando um parlamentar solicita aparte para abordar um assunto debatido por outro colega. Abrimos, então, o espaço desta revista para que diferentes vozes da sociedade contribuam com apartes que enriqueçam os temas discutidos.

Neste número, optamos por estampar na capa uma ação da CMSP que busca a verdade escondida pela ditadura militar que comandou o País de 1964 a 1985: a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, que teve a primeira fase encerrada no ano passado, mas cujos trabalhos foram estendidos até 2014.

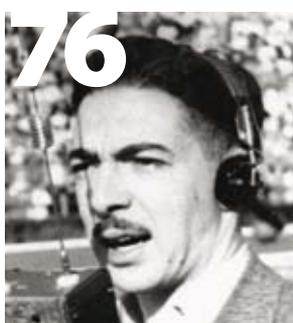
Esta edição aborda, ainda, o lobby (ou intermediação de interesses), um tema nacional que precisa ser desmistificado e discutido. O debate político também foi pano de fundo para a entrevista com o especialista no legislativo paulistano Rui Tavares Maluf.

Dentre os muitos assuntos importantes da cidade de São Paulo, escolhemos abordar a questão dos animais abandonados nas ruas, principalmente cães e gatos, o registro e cuidado com os bens imateriais da capital e a profissão de motoboy.

Como resgate da história, publicamos matéria sobre a Primeira Legislatura da era contemporânea (1948-1951), retratada em livro lançado pela Casa no ano passado. Também como forma de trazer o passado à memória, elaboramos um perfil do jornalista e ex-vereador Murillo Antunes Alves, um dos grandes personagens do rádio e autor da lei do uso obrigatório do cinto de segurança.

Como é de praxe para toda empreitada iniciante, fica a torcida para que o novo produto agrade. Ótima leitura.

Sumário



- 3 Palavra do Presidente**
 - 4 Apresentação**
 - 6 Notas**
 - 7 SP em histórias**
 - 9 Entrevista**
Rui Tavares Maluf
 - 17 Patrimônio cultural**
Cuidando do intangível
 - 27 Participação**
O lobby é injustiçado no Brasil?
 - 36 Direitos humanos**
Em busca da verdade
 - 50 Desarquivando**
 - 53 Animais de rua**
Sem dono, sem documento
 - 66 Mobilidade**
Vida nos corredores
 - 76 Perfil**
No tempo do Murillo
 - 91 História**
Uma legislatura para recomeçar
- DESTAQUES**
- 101** Parlamento Jovem desperta vocação política
 - 103** TV Câmara São Paulo em sinal digital
 - 104** Publicações levam produção da Casa ao cidadão
 - 106** Troféu homenageia a gastronomia paulistana
 - 110** Memória do Legislativo Paulistano

PLANO DIRETOR

A Câmara Municipal disponibilizou um hotsite sobre o Plano Diretor Estratégico (PDE), com dados históricos, agenda, formas de participação popular, notícias, vídeos e outras informações. O endereço é www.camara.sp.gov.br/planodiretor.

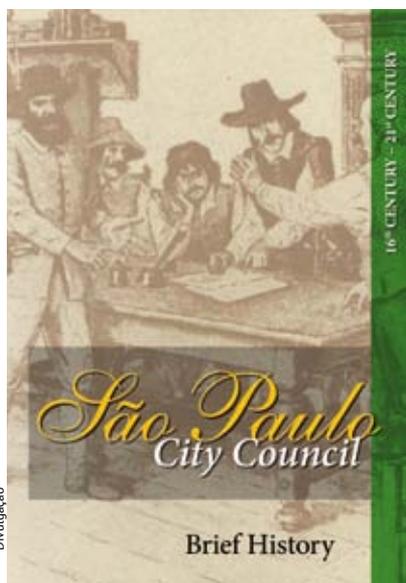
A primeira fase de debates terminou em 1º de junho, após dez encontros abertos aos cidadãos. O PDE revisará as leis de

Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, os Planos Regionais Estratégicos, o Código de Obras e outras leis complementares. “Tudo isso para que a gente tenha, no final, uma revisão do Plano Diretor participativa, democrática, negociada com a sociedade e que dê conta dos desafios que São Paulo tem no século 21”, disse o presidente da Casa, José Américo, à TV Câmara.

MATERIAL TRADUZIDO

Estrangeiros que visitam o Palácio Anchieta e falam inglês ou espanhol agora podem saber mais sobre a Câmara graças aos fôlderes históricos distribuídos nesses idiomas.

O material em português e traduzido também está disponível no site da Câmara, na seção Institucional, link História. Os fôlderes são: História da Câmara, Sedes da Câmara e Palácio Anchieta.



Divulgação

CURSO PARA TÉCNICO LEGISLATIVO

O primeiro curso de Técnico Legislativo do País forma sua turma inaugural, de quase 30 alunos, em dezembro de 2013. A iniciativa foi possível graças a uma parceria entre o Centro Paula Souza, autarquia de educação profissional do governo estadual, e a Câmara Municipal de São Paulo. Os professores e o espaço foram cedidos pelo centro educacional e a Câmara ajudou a montar a grade curricular. As aulas começaram em julho de 2012 e foram divididas em três módulos, com duração de cinco meses cada. Flávio Dipardo, professor de Controle da Administração Pública no

curso, diz que os alunos estão muito empenhados em conseguir um estágio ou trabalho. “O objetivo principal é atuar na Câmara e o aproveitamento deles está ótimo”, diz. A segunda edição, no mesmo formato da primeira, está prevista para começar em julho de 2013. Informações sobre inscrição no processo seletivo estão no site www.vestibulinhoetec.com.br e pelo telefone (11) 3224-0744. As aulas acontecem na Escola Técnica Estadual Doutora Maria Augusta Saraiva (na foto), no bairro Campos Elíseos. O curso qualifica quem deseja trabalhar no Poder Legislativo.



Mozart Gomes/CMSF

RUA SÃO BENTO

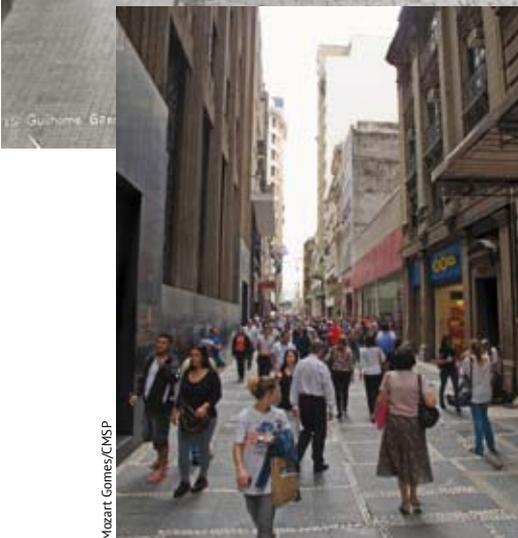
A Rua São Bento é uma das mais antigas de São Paulo. Foi aberta alguns anos depois da fundação da capital paulista (em 25 de janeiro de 1554) e, naquela época, era um simples caminho de terra que ligava a antiga aldeia do cacique Tibiriçá (atual Largo São Bento) até as proximidades da Rua Direita.

O nome refere-se ao Mosteiro de São Bento, localizado no largo de mesmo nome. O local era a taba do cacique Tibiriçá e foi doado pela Câmara de São Paulo em 1600 aos monges. A primeira igreja de São Bento foi construída em 1598. Reconstruída em 1650, passou por diversas reformas até ser demolida. Em 1910, iniciou-se a construção do novo Mosteiro de São Bento, concluída em 1921.

A sua primeira denominação foi Rua de Martim Afonso Tibiriçá, nome que os portugueses deram ao cacique. Com a construção do Convento de São Francisco, inaugurado em 17 de setembro de 1647, a Rua São Bento passa a ser conhecida como Rua que Vai para São Francisco. Tempos depois, receberia os nomes de Rua de São Bento para São Francisco, Rua que Vai para São Bento e Rua Direita de São Bento.

Em 12 de março de 1897, a Resolução nº 82 da Câmara Municipal de São Paulo alterou o nome do logradouro para Rua Coronel Moreira César, comandante militar que havia sido morto dias antes no arraial de Canudos, na Bahia. A medida não agradou a população e, em 28 de agosto de 1899, a lei nº 416 determinou que a rua voltasse a ter a denominação de São Bento.

Estudos históricos apontam que, provavelmente, em 1619 a Rua São Bento foi endereço da sede da Câmara Municipal de São Paulo. O prédio, próprio, foi comprado de Francisco Roiz Velho.



O fotógrafo Guilherme Gaensly registrou a Rua São Bento em 1911

A Rua São Bento, atualmente

Fontes: www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br, www.mosteiro.org.br e material institucional da CMS



"HÁ VEREADORES QUE PODEM DAR UMA DINÂMICA DIFERENTE À CIDADE"

Para cientista político, sociedade mais consciente

produz políticos mais engajados

Gisele Machado

gisele@camara.sp.gov.br

Para o cientista político Rui Tavares Maluf, a sociedade paulistana começa a se conscientizar e a cobrar soluções para a cidade, o que é fundamental para haver uma geração de vereadores mais engajados. Apesar disso, Maluf acredita que a classe média ainda não cobra os políticos como deveria e os estímulos vindos dos cidadãos não serão suficientes para aumentar significativamente a quantidade de mulheres na política.

Maluf, autor dos livros *Amadores, Passageiros e Profissionais: Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo* e *Prefeitos na Mira: Análise Política dos Processos de Afastamento dos Prefeitos Paulistas*, é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Ele recebeu a reportagem da revista **APARTES** em seu escritório, na capital paulista, para falar sobre os desafios e perspectivas da carreira de vereador na cidade.



Marcelo LX/CNSP

**“A VIDA PÚBLICA PODE
EXPOR O POLÍTICO E
MAXIMIZAR PEQUENOS
ERROS”, DIZ MALUF**

Qual cenário encontra quem quer entrar para um partido e fazer carreira no Legislativo municipal?

Rui Tavares Maluf: A exceção é alguém se dedicar a fazer a vida pública na cidade de São Paulo. Para muitos, a ideia de ingressar é até desmotivadora, porque os custos são muito altos e praticamente não temos partidos organizados, estruturados na sociedade. O PT talvez hoje seja o único, um pouco o PSDB, o PMDB. As coisas ficam muito dependentes da sorte de cada um. Quando o partido está no poder, se o candidato esteve no Executivo, você compensa isso: um secretário municipal que vai disputar o cargo de vereador tem mais visibilidade. Por menos que os partidos possam representar claramente programas de governo e ideologias, ainda assim seria de bom tom que o interessado em um cargo eletivo procure os que têm uma história, para bem ou para mal. Não estou entrando em juízo de valor, mas os partidos que hoje elegem presidente da República, vice-presidente, senador, governador, deputado, ou seja: PT, PMDB, PSDB e os partidos de porte médio que gravitam ao redor deles, como PTB e PDT, são os que têm alguma história. Não foram criados no estalo, de última hora, apenas para atender a uma liderança, um grupo particular. O aspirante deve verificar até que ponto seu pensamento guarda alguma relação com o que os partidos pregam em seus estatutos ou por meio de suas principais lideranças. Não é uma situação fácil, porque o Brasil não se preocupa muito em alinhar a política partidária descrita nos estatutos com o que os partidos fazem na vida pública.

E se o aspirante se identificar com partidos pequenos ou jovens?

O filtro para alguém fazer a escolha não é tanto o tamanho do partido. Se o partido é pequeno, mas representa uma corrente de opinião legítima da sociedade, seu tamanho não é documento. Se o partido é jovem, só deve seduzir se seu programa e suas bandeiras foram desfraldados em função de temas convincentes e não veio apenas para compor com os partidos maiores, sem perspectiva de mudar a cidade. O que acontece é que a cada dez partidos que nasceram nas

últimas décadas, oito praticamente surgiram tão somente por questões de natureza eleitoral, descolados de qualquer questão programática. Também conta um pouco a idade, mas um partido que nasce desfraldando bandeiras, geralmente antes era um movimento social importante. Foi assim com o antigo MDB, depois PMDB, com a bandeira da redemocratização muito forte. O PT também surgiu assim e o PSDB mais ou menos assim, porque era uma dissidência do PMDB. Eram ligados a questões de fundo da sociedade brasileira e não à questão de ser ou não eleito.

Como o aspirante se prepara?

Historicamente, não há um curso organizado de formação para essa finalidade. Em parte, o preparo resulta da vivência. Nesses casos, o preparo de liderança e conhecimento das políticas públicas se dá pela ligação com problemas comunitários da área onde vive. Isso acontece, sobretudo, em segmentos de baixa renda, em que os casos concretos são um grande laboratório. Curiosamente, muitos segmentos da classe média que têm mais oportunidade de educação estão de costas para isso. Quando o indivíduo começa a se interessar pela política, quer logo ser eleito, sem ligação maior com seus valores, sem questionar qual partido combina mais consigo. É uma naturalização do jogo. Mas, grosso modo, tem havido cursos com essa finalidade, circunstanciais e outros que vão sendo estruturados. Pela experiência que tenho como professor, os alunos mais jovens desses cursos querem entrar na política pela via eleitoral. Um terço estuda por conveniência, para atender a demanda de promoção por já estarem empregados no setor público.

A complexidade de São Paulo pode enterrar a carreira dos políticos locais, como disse o prefeito Fernando Haddad?

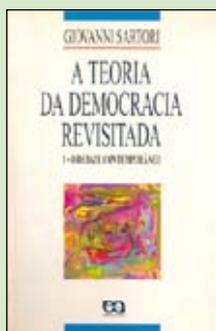
Certamente. Se a pessoa, ao entrar para a vida política, não se prepara, é mais do que justo. Se uma família responsável quer que seu jovem seja bem-sucedido, a recomendação é que ele se prepare para chegar ao cargo de diretor de uma empresa.

Por que seria diferente para a política? Se a gente admite que a função pública é até mais nobre, porque lida com o que é de todos, deveríamos esperar que as pessoas fossem muito mais preparadas. Não quero que isso se confunda com uma visão preconceituosa. Temos o direito, como cidadãos ou estudiosos, por estarmos na terceira década contínua de democracia, de cobrar mais preparo dos políticos, sobretudo de quem quer entrar na política. Se uma pessoa preparada terá dificuldades para encaminhar vários dos nossos problemas, imagina quem chega sem qualquer preparo. Quando muito, vai aprender alguma coisa no transcorrer do seu mandato. Muitos outros dificilmente terão chance de reeleição. E, mesmo assim, estou cansado de ver vereadores, não só na capital, mas pelo País, em terceiro ou quarto mandato, com uma compreensão muito pequena de seu município, muito mais ligada a interesses pequenos, nem sempre reprováveis moral e eticamente, mas menores, localizados, apenas da sua base eleitoral. São legítimos, mas o político precisa ter uma visão global da cidade. E esse é um desafio interessante para São Paulo, porque, tirando algumas funções que um município obviamente não tem, como Exército ou uma Justiça própria, a complexidade de nossa cidade é maior do que a de muitos países próximos do nosso. Esse deveria ser um elemento sedutor para quem quer entrar na política, mas ao mesmo tempo de alerta: para começar por São Paulo é preciso se preparar melhor. Três coisas devem aparecer em um exame de consciência para que o interessado em se candidatar faça um trabalho com seriedade: pensar no partido e conhecê-lo; conhecer os problemas de sua cidade minimamente e estudar as leis que a regem, partindo da Lei Orgânica do Município.

Qual sua opinião sobre a renovação na Câmara Municipal de São Paulo?

Se tivermos como base 1982, ano da primeira eleição democrática para a Câmara paulistana após a ditadura de 1964, a taxa de renovação vem diminuindo. Se você comparar os vereadores da legislatura que terminou em 2012 com a que tomou posse em 2013, até há renovação, mas, sendo mais rigoroso e considerando apenas quem se elegeu pela primeira vez, a renovação tende a cair muito.

SUGESTÃO DE LEITURA DO PROFESSOR RUI TAVARES MALUF AOS ASPIRANTES À CARREIRA POLÍTICA:



Teoria da Democracia Revisitada. Giovanni Sartori. Editora Ática. 1994.

“Não adianta pensar a carreira política se não pensar no plano maior, que é a democracia. É uma leitura mais reflexiva, nada

mecânica. Sartori é um dos mais importantes cientistas políticos contemporâneos. Aborda os pensadores políticos do século 18 ao 20 que analisaram os sistemas políticos e o avanço da democracia. Mostra que para os pensadores de esquerda, a democracia em uma sociedade de classes era algo da burguesia, e não necessariamente um bem maior à sociedade, e que as regras da chamada democracia burguesa foram sendo aprimoradas.”



Dicionário de Política. Norberto Bobbio. Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Editora UnB. 2009.

“Os termos explicados nesse dicionário continuam atuais apesar de, após

a morte de Bobbio, não ter incorporado novos verbetes nas traduções para o português e o inglês. A linguagem é, por vezes, erudita, dada a envergadura dos cientistas sociais que trabalharam na elaboração do livro, mas, sendo um dicionário, a leitura é mais simples.”

Por um lado, São Paulo é um município interessante para fazer uma carreira política. Por outro são apenas 55 cadeiras. Se muita gente permanece sendo reeleita por muito tempo, desestimula outras pessoas. E a idade média dos nossos vereadores tem subido absurdamente. Não é um fenômeno só paulistano; no Rio é a mesma coisa e é preocupante. Não tenho nada contra os mais velhos, mas temos que abrir espaços para outros também contribuírem e serem nossas futuras lideranças. Tem que haver um equilíbrio. O ideal seria a metade se renovar e a outra metade do Parlamento permanecer. Reeleger as figuras que merecem e substituir aqueles que não deram conta do recado. O novato interessado em um cargo eletivo deve torcer para que a cidadania se torne minimamente mais preocupada com essa cidade. Não depende só dele, nem só dos partidos políticos, mas de uma tomada de consciência da sociedade, de quanto ela é responsável pelos acontecimentos.

Se a sociedade cobra os valores errados, os políticos estão se preparando para dar os valores errados também?

Não é tão mecânico, mas é um pouco o que você está dizendo. Há uma linha de transmissão. Se a sociedade está de costas para tudo, a gente colhe esses frutos podres. Vejamos a nossa cidade, que há uns 15 anos era razoavelmente limpa para seu tamanho e hoje é imunda. Imaginar que a sujeira é o resultado simplesmente de moradores de rua que abrem os sacos de lixo é uma ingenuidade atroz. Já fiz monitoramentos que mostram que todos os grupos da cidade a sujam. É curioso. As pessoas estão sempre reclamando de enchentes. Será que só as grandes obras resolveriam o problema das enchentes? Isso sem falar do custo econômico e ambiental de toda essa sujeira. O que me incomoda é ver que estamos, na Câmara Municipal de São Paulo, com uma bagagem de várias legislaturas acumuladas, tendo como referência a redemocratização, e sentimos dificuldade de ter uma vereança mais contundente assumindo isso. Temos bons vereadores, mas, provavelmente, alguns estão em uma zona de conforto porque boa parte da cidadania está indiferente, sobretudo nas classes médias.

LIVRO DE MALUF ANALISA CARREIRA DA VEREANÇA PAULISTANA

AMADORES, PASSAGEIROS E PROFISSIONAIS:
Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo

Rui Tavares Maluf



Gute Garbelato/CNSP

Qual a tendência para as manifestações da sociedade e as respostas do Legislativo municipal?

Estamos na iminência de uma hecatombe urbana. Mas verificamos sinais positivos vindos de grupos da sociedade que começam a interagir de forma mais continuada com os poderes municipais e que podem contribuir para que a Câmara seja não só uma caixa de ressonância dos problemas da cidade, mas um elemento de articulação com o Poder Executivo. A questão da mobilidade, por exemplo, afetou ricos e pobres. Temos a maturidade de saber que não é pelo movimento de ciclistas que resolveremos o transporte, mas é um caminho importante e dá vida à discussão, além de forçar outras. Porque leva a pensar em uma cidade mais articulada. A questão de planejamento urbano, de qualidade de vida, integrada à dinâmica econômica da cidade, é a palavra-chave para São Paulo. Alguns outros grupos sociais têm se articulado de modo a nos dar a esperança, junto a um determinado perfil de vereadores que têm chegado à Câmara, de que as coisas podem começar a ser diferentes. Tenho notado que, em pelo menos quatro partidos, há vereadores de primeiro mandato que podem dar

uma dinâmica diferente à cidade, sabendo relacionar melhor os movimentos que estão aparecendo. O discurso de alguns parlamentares vem resultando de coisas mais interessantes que estão acontecendo na cidade.

Dos três perfis mencionados no livro, o senhor vê representantes na atual legislatura municipal?

Sim, há amadores, passageiros e profissionais. É uma questão sociológica. Os profissionais são evidentes, são os que ficaram na Casa. Os que retornaram, após um tempo afastados, estão mais para o grupo dos passageiros no nível do poder municipal, onde ficam no máximo três mandatos. Mas são profissionais da política. Os amadores são os que não conseguem ser reeleitos ou nem tentam; abandonam a carreira se perdem a eleição.

Como o senhor vê a eleição de celebridades?

Em alguns momentos são jogadores de futebol, em outros são apresentadores de televisão ou atores. Em princípio, nada contra. Não é porque alguém é uma celebridade que não tem o direito de disputar. Mas simplesmente ser uma celebridade não credencia a ser eleito. É um fenômeno mundial que se torna mais forte quando o sistema político é mais permissivo: se há partidos políticos frágeis, que na maior parte de sua vida pública se pautam mais por ganhar eleições e ocupar cargos, em detrimento de ter metas e princípios importantes para a sociedade; se há combinação de voto proporcional com lista aberta. Não há solidariedade entre os candidatos do partido. Isso tudo potencializa que as

celebridades, no seu aspecto menos nobre, tenham mais chances do que outros. Há algumas com muito a agregar à vida pública e seriam bem-vindas. Mas uma celebridade com ligação com a vida política, independentemente de ter ou não mandato, já é conhecida por seus posicionamentos e sua eleição não surpreende, como acontecia na época da ditadura. O exemplo do deputado federal Tiririca mostra que as pessoas também podem usar seu voto de modo crítico, em vez de anular, elegendo alguém que é motivo de chacota. Assim, o voto na celebridade pode ser uma válvula de escape, para protestar contra algo ruim.

Qual sua perspectiva quanto à idade e à participação feminina entre os próximos vereadores?

Para mim será uma surpresa se as mulheres aumentarem significativamente a sua presença. Em São Paulo há pouca participação feminina na vida pública e isso não se deve

ao machismo, porque na iniciativa privada as mulheres de diferentes segmentos estão mandando, com participação crescente na produção de riqueza e divisão de responsabilidades. No inconsciente de muitas mulheres pode não haver razão para se dedicar a uma atividade que a sociedade reprova, já que a vida pública é vista negativamente por quase todos. A mulher seria compreensivelmente mais sensível a esse julgamento; as coisas são mais custosas para ela, que vem adiando casamento, maternidade. Se elas veem que há possibilidade de retorno remuneratório e reconhecimento, isso não vem muito da vida pública. A mulher que vai para a vida política é a que tem fortes convicções ideológicas, em geral ligadas aos partidos mais à esquerda. Em São Paulo nós tivemos, lamentavelmente, uma experiência negativa, na fase democrática recente, da participação de mulheres na Câmara. Talvez elas tenham sido uma referência negativa para outras tantas. Tivemos mulher com mandato cassado por improbidade, vereadora presa e vereadora com atitudes desonestas, ainda que tenha conseguido manter o mandato na época. A igualdade vem com esses aspectos negativos. Nas regiões do Brasil consideradas mais machistas e onde o emprego público exerce papel maior na empregabilidade, porque a dinâmica econômica é menor, a tendência é haver participação significativa de mulheres na política, inclusive no Executivo. Em alguns lugares a vereança é um salário, é uma questão de sobrevivência, um emprego com pagamento garantido. O Rio de Janeiro não está nesse perfil, mas conta com participação feminina também grande por ter sido capital federal e ter mantido lá importantes instituições federais públicas.

REQUISITOS PARA SE CANDIDATAR A VEREADOR

- Ter pelo menos 18 anos
- Ser alfabetizado
- Ser brasileiro nato ou naturalizado
- Estar em pleno exercício dos direitos políticos
- Ter feito o alistamento eleitoral
- Votar na mesma cidade em que quer ser eleito
- Estar filiado a um partido pelo menos um ano antes das eleições
- Não estar cumprindo serviço militar obrigatório
- Não se enquadrar nas características de inelegibilidade da Lei Complementar (LC) 64/1990



O senhor diz que a maioria dos vereadores começa e termina a carreira na Câmara. A que se devem os casos dos que se tornaram deputados, senadores, prefeitos e até presidentes?

Acredito que o sentido pessoal de missão seja um elemento comum, uma predestinação a algo muito mais amplo. Isso também ocorre em função de outras permissividades dos partidos, das conveniências de buscarem recrutar nomes às pres-

Fontes: Constituição Federal, Lei Federal 9.096/1995 e LC 64/1990, alterada pela Lei da Ficha Limpa, LC 135/2010



CAMPANHA PARA PREFEITO E VEREADOR NA CIDADE DE SÃO PAULO EM 2012

sas sem cuidado com a relação entre as figuras e os partidos. A busca às pressas facilita que sejam eleitas figuras menos comprometidas, com baixíssimo apego ao partido político.

Como se explica a profissão vereador para uma criança ou um adolescente?

Eu até aceito o termo profissão porque na democracia não há como fugir dessa realidade. Você dificilmente tem a possibilidade de alguém se dedicar à vida pública se ela não vira uma profissão. Há custos financeiros, pessoais, emocionais e intelectuais envolvidos. A vida pública pode ser ingrata, pode expor a pessoa pública a acusações injustas, pode maximizar pequenos erros mais do que em qualquer outra área profissional, sem contar o risco de perder uma eleição quando se imaginava que estava ganha. Se por um lado há dificuldades para a eleição de um vereador, sobretudo na cidade de São Paulo, o Legislativo municipal é o grande laboratório de uma experiência política por lidar com questões mais objetivas, menos etéreas do que as de ordem federal e estadual.

A vida pública é de uma importância incomparável, pois aqueles que tratam formalmente de toda uma sociedade são figuras que, quando honestas e bem preparadas, sempre terão razão em seu íntimo para perceber que são relevantes para a sociedade. Cabe a nós, cidadãos, polirmos essa profissão, dedicarmos a ela carinho e respeito. É isto que eu diria a uma criança, um neto que quisesse ser vereador: reflita bem antes, tenha clareza do que isso significa, esteja moralmente e eticamente bem preparado. Saiba se o desejo está ligado à vocação ou é algo efêmero, passageiro, uma curiosidade. Se decidir entrar, dê o melhor de si, saiba que o fato de ter reverses não deve levar você a desistir, mas não seja um obcecado pelos cargos. A pessoa tem de ter um despojamento porque são da própria mecânica do processo democrático essas escolhas que levam pessoas com boas qualificações e com bom histórico de realizações a não serem eleitas. O povo pode errar ou pode ter uma sabedoria que não fomos capazes de captar em uma decisão. 

SAIBA MAIS

Livro

Amadores, Passageiros e Profissionais: Carreira Política na Câmara Municipal de São Paulo. Rui Tavares Maluf. Editora Biruta. 2010.

MERCEARIA G



A Casa Godinho, primeiro bem imaterial de São Paulo, mantém as tradições das antigas mercearias

CUIDANDO DO INTANGÍVEL

A capital paulista possui **importante patrimônio imaterial** e procura formas legais para protegê-lo

Rodrigo Garcia

rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

São Paulo é a cidade mais rica do País, como é possível perceber vendo as indústrias, o comércio e os serviços oferecidos. Essa lista, no entanto, fica ainda maior com as riquezas não palpáveis do Município, perceptíveis para qualquer morador ou visitante: o sotaque específico de um bairro, uma disputa histórica entre dois times de futebol, um culto religioso e tantas outras características que fazem São Paulo ser o que é. Esse tesouro é formado pelos bens imateriais, também chamados de patrimônio cultural intangível, patrimônio cultural imaterial, cultura tradicional e popular, patrimônio oral ou patrimônio vivo.

Apesar de imateriais, esses bens podem ser protegidos e incorporados oficialmente ao patrimônio. Um dos meios é registrá-los, e neste ano isso ocorreu pela primeira vez em São Paulo com a forma de atendimento da Casa Godinho, armazém localizado no Centro. O procedimento equivale ao tombamento. De acordo com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), responsável pelo registro, o estabelecimento “mantém o atendimento ao cliente no balcão, direto e pessoal, característico dos antigos empórios de secos e molhados e

ainda faz parte do cotidiano de compras de várias gerações de paulistanos, sendo, portanto, uma referência na memória afetiva dos moradores de São Paulo e uma notável referência espacial no Centro da cidade” (saiba mais sobre a Casa Godinho na pág. 22).

Um dos primeiros brasileiros a perceber a necessidade de proteger o patrimônio cultural imaterial foi o escritor paulistano Mário de Andrade. Em seu diário de viagens ao Norte e ao Nordeste do País, publicado no livro *O Turista Aprendiz*, ele escreveu na noite de 6 de janeiro de 1929, Dia de Reis: “Hoje o Boi do Alecrim [folguedo de um bairro de Natal] saiu pra rua e está dançando pros natalenses”. Andrade descreve a gratidão das pessoas porque ele e Luís da Câmara Cascudo, folclorista potiguar, conseguiram que elas pudessem dançar na rua sem pagar a licença da polícia.

O escritor critica as dificuldades impostas para a realização da festa, dizendo que “civilização brasileira consiste em empecilhar as tradições vivas que possuímos de mais nossas”. Embora concorde que os blocos precisassem tirar licença, “pra controlar as bagunças e os chinfrins [confusões]”, ele lamenta que “essa gente pobríssima, além dos sacrifícios que já faz pra encenar a dança”, ainda pagasse licença. Andrade afirma, ainda, que “seria justo mais é que protegessem os blocos, Prefeitura, Estado: construíssem palanques especiais nas praças públicas centrais, instituíssem prêmios em dinheiro dados em concurso”, a fim de incentivar a tradição. “Pra essa gente seria, além do gozo da vitória, uma fortuna”, conclui Mário de Andrade.

Os bens imateriais são protegidos em várias instâncias. A Convenção pela Salvaguarda do Patrimônio Cultural



Um dos bens imateriais sob análise para obter o registro é a **esquina mais famosa** da cidade

Imaterial da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ressalta a necessidade de “conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda”.

No âmbito nacional, a Constituição menciona que entre os bens culturais incluem-se “as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver” e deixa claro que “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Já a Lei Orgânica de São Paulo afirma que as medidas de preservação adotadas pelo Município deverão abranger “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente, ou em conjunto, relacionados com a identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”.

MATERIAL E/OU IMATERIAL

A divisão entre bem imaterial e material não é consenso entre os especialistas em políticas culturais. O antropólogo Edgard de Assis Carvalho, ex-presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), da Secretaria Estadual de Cultura, acha absurda essa separação. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito do Cine Belas Artes, criada pela



Guire Gambelotto/CMSP

Feiras livres podem se tornar patrimônio cultural imaterial de São Paulo

Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), ele chamou a atenção para o caso do acarajé, que o governo federal declarou ser um bem imaterial. “Como se para fazer um acarajé não precisasse pegar o feijão; e também tem as mulheres que cozinham o feijão”. Por isso, muitos pesquisadores utilizam o termo paisagem cultural, unindo os conceitos de bem material e imaterial.

Entretanto, Rogério Menezes, pesquisador do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan),

Nádia Somekh é diretora-geral do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), da Secretaria Municipal de Cultura, e presidenta do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp). Nos dois órgãos, ela pretende agilizar a análise dos processos de tombamento e registro e propõe que o novo Plano Diretor democratize a proteção ao patrimônio histórico.

Como a Prefeitura de São Paulo pode proteger um bem imaterial?

Nádia Somekh: A ideia é fazer um registro, porque não tem como proteger de outra forma. O bem imaterial tem uma vida. Ele precisa ser registrado e, eventualmente, até o movimento de transformação também precisa ser preservado.

Como o Conpresp está realizando os registros?

Existem muitos pedidos, mas precisamos ser seletivos, pois a equipe é muito reduzida. Vamos precisar de esforço para registro desses bens imateriais e já temos um trabalho imenso com os bens materiais. Percebemos que existem estabelecimentos comerciais notáveis e pratos de São Paulo que necessitariam do registro de bem imaterial, como a Fidalga, a Chapelaria Paulista, o filé do Moraes, o sanduíche de pernil do Estadão, o bauru do Ponto Chic e outros. Mas a gente tem de ter uma equipe para fazer isso.

De que forma ocorre o processo de registro?

Como é uma novidade, ainda não temos um procedimento consagrado. Temos de regulamentar, mas dentro da formulação da política de preservação do patrimônio histórico.

Queremos tratar o patrimônio de uma forma compreensiva e mais ampla do que vem sendo tratado. O balanço que a gente fez é que o patrimônio é tratado com ações fragmentadas. A gente quer democratizar para a população o acesso aos bens. O patrimônio é uma herança, então a população é que tem de saber, mais do que os detentores do conhecimento técnico, o que é para ser protegido.

Tem alguma sugestão para o Plano Diretor?

Queremos incentivar a descentralização, criar uma sala em cada subprefeitura para acolher o desejo da população em relação ao tombamento de bens materiais e registros do patrimônio imaterial, além de um plano de salvaguarda. Isso nos ajudaria no registro, pois se a própria população puder fazer, facilita a proteção. É importante que o cidadão também seja responsável pelo registro. As salas poderão democratizar ainda mais o processo de preservação da memória da cidade. Essa é uma proposta que o Conpresp e o DPH da Secretaria de Cultura vão apresentar.

O que muda após o registro de bem imaterial?

Na prática, não muda nada. Mas fica registrado, não vai se perder, ninguém vai esquecer.

do Ministério da Cultura, ressalta no livro *Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois*, de sua autoria, que “se do ponto de vista conceitual, a distinção entre patrimônio material e imaterial é discutível, do ponto de vista da preservação, essa distinção se mostrou necessária”.

Para proteger um bem imaterial, existem três instrumentos básicos: mapeamento e inventário de referências culturais, registro e ação de salvaguarda. O primeiro se divide em três fases, o levantamento preliminar, a identificação e a documentação. O especialista do Iphan explica em seu livro que o ma-

peamento e inventário procura “descrever e documentar cada bem imaterial identificado como referência cultural significativa para os grupos sociais relacionados a um território ou tema cultural”. Com isso, segundo ele, é possível compreender os processos de formação histórica, produção, reprodução e trans-



Ricardo R/CMSP



O bem imaterial tem uma vida”

Como analisa as críticas de que o Conpresp seria pouco democrático e transparente?

Acho que o conselho é bastante democrático à medida que ele se dispõe a receber todas as iniciativas. Eu recebo todo mundo, quem quer se manifestar. Insisto que o Conpresp mantenha a composição atual porque sou uma pessoa muito objetiva e pragmática, e gosto de trabalhar com resultados. Maior do que ele está, fica que nem o Condephaat, com 26 conselheiros, mas que tem bem mais lentidão.

De que forma seriam essas salas?

Seria um escritório nas subprefeituras, como uma sala de informações turísticas. Essa ideia eu peguei em Quito, capital do Equador. Eles têm uma rede de descentralização e há um local aonde o município pode levar um projeto de tombamento, de registro. Mas não é só jogar para o Poder Público resolver o problema. Temos de compartilhar essa salvaguarda. No

Uruguai eles têm uma tradição de registrar o bem imaterial e o valorizam por meio de guias turísticos, que mostram os pontos importantes do país.

Existe solução para o Cine Belas Artes?

O tombamento é um instrumento limitado. A fachada do cinema está tombada pelo Condephaat, mas as salas continuam fechadas. Ou seja, não resolveu o problema. O que precisamos é de uma solução. Que seja privada, com o proprietário do prédio utilizando aquele espaço com o que a sociedade está pedindo: salas de cinema. Ou o Poder Público resolve. Eu gosto muito da mobilização popular pela sua memória, pela sua história. Mas a gente precisa trabalhar pra ter resultados. Sou pragmática e me absteve de votar pelo tombamento porque achava que não era a melhor solução. É preciso uma negociação, o local está fechado e o proprietário está perdendo dinheiro.

missão que caracterizam tais bens, assim como as condições, os problemas e os desafios para sua continuidade.

Segundo Menezes, nessa fase da pesquisa é muito importante a participação dos detentores, transmissores e usuários dos bens culturais, não apenas como informantes, mas também

como intérpretes dos sentidos e valores atribuídos a esses bens e como agentes das ações de salvaguarda.

Após o inventário, há o registro, instrumento legal que viabiliza a constituição do repertório de bens culturais que integram o universo do patrimônio cultural a ser reconhecido, preserva-

do e valorizado pelo Poder Público. O procedimento é realizado juntamente e em complementação ao tombamento. O pesquisador do Iphan explica que o registro equivale ao tombamento: “tombam-se edificações, sítios e objetos; registram-se saberes e fazeres, celebrações, formas de expressão e lu-



Miguel Romano, proprietário da mercearia: "Ficaria muito chateado se, quando o Conpresp fizer a revisão, a gente perder esse título"

Mozart Gomes/CMSP

UMA EXPERIÊNCIA MULTISSENSÓRIA

Entrar na Casa Godinho ativa a memória afetiva e histórica sobre a cidade de São Paulo. São peças de bacalhau expostas logo na entrada, garrafas de cachaça e vinho em prateleiras de imbuia, potes de grãos, temperos a granel, balança antiga, empadas consideradas as melhores da cidade e muitos outros produtos típicos de um armazém de secos e molhados. Tudo isso em uma loja que funciona no mesmo endereço desde 1924.

"É impressionante a quantidade de idosos que se emocionam e dizem 'eu vinha aqui com meus pais quando era criança'", conta com orgulho o proprietário da Godinho, Miguel Romano. "Alguns achavam até que ela não existia mais."

Esse patrimônio foi reconhecido pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp), que justificou assim a decisão de declarar a Casa Godinho como primeiro bem imaterial da cidade: "É um dos raros remanescentes de um tipo de estabelecimento comercial que predominou em São Paulo entre o final do século 19 e meados do século 20, especializado na venda de secos e mo-

lhados e preferencialmente mantido por imigrantes de origem portuguesa e seus descendentes".

A Casa Godinho foi fundada em 1888 pelo português José Maria Godinho, na Praça da Sé, sendo transferida depois para a Rua Líbero Badaró, 340, no centro de São Paulo, onde funciona até hoje. O fato de o empório manter a mesma ambientação da época e comercializar basicamente os mesmos tipos de produtos também pesou na decisão do Conpresp.

Segundo Romano, a loja não faz propaganda e sua fama vem do boca a boca. Depois da decisão do Conpresp, anunciada em janeiro, o número de clientes aumentou. De acordo com o proprietário, nunca houve intenção de alterar a caracterização do estabelecimento, mas mudar era uma opção. Com o registro de bem imaterial, "agora é uma obrigação manter a tradição".

Apesar de comprar na Casa Godinho ser uma viagem ao passado, o estabelecimento se prepara para o futuro: tem site, Facebook e Twitter e está ampliando seu espaço, mas sem perder as características. "Eu ficaria muito chateado se, em 2023, quando o Conpresp fizer a revisão, a gente perder esse título", afirma Romano.

gares”. Segundo Menezes, como não é possível assegurar a integridade física do bem imaterial por meio de fiscalização e procedimentos de conservação e restauração, “o objetivo do registro é propiciar sua continuidade, com base na produção de conhecimento, documentação, reconhecimento, valorização, apoio e fomento”.

Já o plano de ações de salvaguarda envolve o apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural; a promoção e divulgação do bem cultural; a valorização de mestres e executantes; a melhoria das condições de produção, reprodução e circulação; e a organização dos detentores e de atividades comunitárias.

Uma ação de salvaguarda, às vezes, pode ser simples. A pesquisadora Natália Guerra Brayner, do Iphan, no livro *Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais*, conta o caso da renda bico de singeleza, feita em Marechal Deodoro (AL). Em 2003, a população da cidade estava preocupada, pois apenas uma senhora, dona Marinita, já bastante idosa, sabia produzir essa renda. Foram realizadas, então, oficinas de aprendizagem do bico de singeleza ministradas por dona Marinita para outras mulheres. Depois, a renda passou a ser feita por um número maior de artesãs, garantindo a permanência desse bem cultural.

Menezes faz questão de destacar que um plano de salvaguarda “deve respeitar e valorizar os modos de expressão, de transmissão e de organização próprios das comunidades envolvidas”, condição fundamental para a continuidade desses bens culturais. Para o pesquisador, os planos devem visar, a médio

e longo prazos, à gestão autônoma da salvaguarda desses bens culturais por parte de seus detentores e produtores.

BEM PAULISTANO

Em 2007, por projeto apresentado pelo então vereador Chico Macena (PT), foi criado o Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial do Município de São Paulo. Pela lei, as propostas para registro têm de ser dirigidas ao Conpresp. O órgão, composto por nove integrantes, com representantes da Prefeitura, CMSP e sociedade em geral, analisa e decide sobre a solicitação. Pelas regras do programa, um bem que for declarado patrimônio terá seu título reavaliado de dez em dez anos e poderá perder a distinção, caso não existam mais as características que o levaram a ser protegido.

No Conpresp, estão sob análise outros pedidos de registro de bens

imateriais, como a Festa de San Genaro (na Mooca), as Trovas Acadêmicas da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o dérbi paulistano (o jogo de futebol entre Corinthians e Palmeiras), o sotaque da Mooca, o cruzamento das Avenidas Ipiranga e São João, o virado à paulista, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (no Largo do Paiçandu) e a Festa do Divino (na Freguesia do Ó).

A socióloga Fátima Antunes, que trabalha no Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura, explica que os pedidos para que um bem seja registrado podem ser encaminhados ao Conpresp pela Prefeitura, por associações civis e pelos pró-

Vereador **Toninho Paiva** quer garantir que obra de Adoniran Barbosa não seja esquecida



Angelo Damasc/CMSP



Fachada do Belas Artes
foi tombada, mas cinema
continua fechado

CPI TENTA SALVAR O BELAS ARTES

Em 2012 ocorreu um fato raro em qualquer Câmara Municipal do Brasil: uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada para tentar salvar um cinema. Vereadores se reuniram para tentar salvar o Cine Belas Artes, considerado por muitos paulistanos como um símbolo da agitação cultural da cidade. Desde 1943, o cinema funcionava na Rua da Consolação, perto da Avenida Paulista. Com uma programação diferente da dos cinemas de shopping, o Belas Artes atraía cinéfilos. Mas em 2011 ele foi fechado porque seu proprietário não chegou a um acordo com o dono do prédio sobre o aluguel.

A população se mobilizou, foi fundado o Movimento pelo Belas Artes e abaixo-assinados totalizaram quase 100 mil assinaturas. O Poder Público começou a analisar a questão. O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico (Conpresp), baseado em um parecer da Procuradoria Geral do Município (PGM), decidiu que não iria tombar o cinema, alegando ser juridicamente inviável porque o tombamento pelo uso seria inconstitucional. Segundo o procurador Antonio Miguel Aith Neto, da PGM, o procedimento não teria, “por si só, o condão de reanimar a atmosfera do cinema, recriar o clima de inquietação intelectual, inspirar o alumbramento dos frequentadores”.

Já o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) tombou apenas a fachada do cinema, o que não garantiu o funcionamento do Belas Artes, que continua fechado.

A CMSP resolveu agir. A CPI do Belas Artes ouviu representantes do Conpresp, do Condephaat, do Ministério da Cultura e do Mo-

vimento pelo Cine Belas Artes. Também compareceram às reuniões o promotor Washington Luís Lincoln de Assis, autor de uma Ação Civil Pública em defesa do cinema, assim como seu proprietário, André Stum. O dono do imóvel, Flávio Maluf, foi convidado, mas não foi a nenhuma reunião.

A CPI concluiu que “para a preservação do Cine Belas Artes como patrimônio cultural do povo paulistano são imprescindíveis a desapropriação do imóvel pelo Poder Público Municipal e a realização de parceria público-privada para exploração comercial do imóvel expropriado nos moldes como, por décadas, funcionou o Cine Belas Artes”.

O relatório final da CPI também afirma que é preciso mudar a lei para obrigar o Conpresp a adotar “um regimento interno que confira maior transparência a suas reuniões e decisões”. Por fim, a Comissão ainda recomendou que a Prefeitura registrasse o Cine Belas Artes no Programa Permanente de Proteção e Conservação do Patrimônio Imaterial.

O texto foi aprovado pelos os membros da CPI: o presidente Eli-seu Gabriel (PSB), o relator Floriano Pesaro (PSDB), Abou Anni (PV), Chico Macena (PT), Juscelino Gadelha (PSB) e Marta Costa (PSD), exceto o vice-presidente, Marco Aurélio Cunha (PSD).

Cunha explicou sua decisão: “Entendo que a desapropriação de um imóvel privado é um pouco forte demais para a gente colocar como uma obrigatoriedade ou grande sugestão”. E concluiu: “Acho perigoso indicar utilidade pública e desapropriação de uma propriedade em função de um conteúdo que é maravilhoso, mas um tanto quanto intangível”.

NA FILA DE ESPERA

Candidatos a bens imateriais de São Paulo

**CRUZAMENTO DAS AVENIDAS
IPIRANGA E SÃO JOÃO**

SOTAQUE DA MOOCA

CULTO EVANGÉLICO

**FESTA DE SAN GENARO
(NA MOOCA)**

**IRMANDADE DE N. SRA. DO
ROSÁRIO DOS HOMENS PRETOS
(NO LARGO DO PAIÇANDU)**

**TROVAS ACADÊMICAS
DO LARGO SÃO FRANCISCO**

UMBANDA

**DÉRBI PAULISTANO
(CORINTHIANS X PALMEIRAS)**

**FESTA DO DIVINO
(NA FREGUESIA DO Ó)**

JAGANÃ

**OBRA DE
ADONIRAN BARBOSA**

FEIRAS LIVRES

VIRADO À PAULISTA



prios municipais, desde que seja por intermédio de um abaixo-assinado com, no mínimo, 10 mil assinaturas.

Alguns projetos de vereadores paulistanos sobre o registro de bens imateriais estão sendo analisados pela Câmara Municipal: o culto evangélico, a umbanda, as feiras livres e a obra de Adoniran Barbosa. “O brasileiro tem memória curta, por isso é importante garantir que as músicas desse gênio sejam conhecidas pelos jovens”, justifica o vereador Toninho Paiva (PR), que apresentou um projeto sobre a obra de Adoniran. Caso os projetos sejam aprovados, serão encaminhados ao Conpresp.

A presidenta do Conpresp, arquiteta Nádia Somekh, admite que, tendo uma equipe tão pequena, é difícil tratar tanto dos bens imateriais quanto dos materiais. “Não temos fôlego para analisar os pedidos, somos apenas 17 pessoas”, afirmou. O representante da Câmara no Conselho, vereador Adilson Amadeu (PTB), também lamenta que o órgão tenha tão poucos funcionários. “Eles estão sobrecarregados”, enfatizou. Ele defende que haja concurso público para a contratação de servidores para cuidar do patrimônio cultural.

Natália Guerra Brayner, do Iphan, no livro *Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais*, ressalta que o cuidado com os bens intangíveis não deve ser apenas do Poder Público. Entre as sugestões para que um cidadão comum ajude a preservar riqueza que é de todos, ela aponta: ensinar aos filhos o valor dos bens culturais, procurar conhecer e valorizar os mestres e artistas locais, envolver-se na luta pela preservação dos patrimônios ameaçados de desaparecimento e acompanhar as ações dos órgãos governamentais em prol da preservação das manifestações culturais locais. 

SAIBA MAIS

Livros

Os Sambas, as Rodas, os Bumbas, os Meus e os Bois. Rogério Menezes. Iphan, 2010. Disponível em www.iphan.gov.br

Patrimônio Cultural Imaterial: Para Saber Mais. Natália Guerra Brayner. Iphan, 2007. Disponível em www.iphan.gov.br

Documento

Relatório da CPI do Cine Belas Artes. Disponível em www.camara.sp.gov.br

*Lobby busca influenciar
decisões políticas,
administrativas e legislativas*

O LOBBY

É INJUSTIÇADO NO BRASIL?

Termo é evitado até pelas empresas que realizam,

mas prática faz parte da democracia

Gisele Machado

gisele@camara.sp.gov.br

Não existe lobista no Brasil. Pelo menos, não com esse nome. Quem trabalha com lobby no País costuma se definir como “mediador de interesses” ou “profissional de relações governamentais”. Tudo para não usar as palavras lobby e lobista, que sempre aparecem no noticiário com carga negativa.

Basta dar uma olhada rápida nos títulos dos jornais dos últimos meses para ver como o termo lobby sempre aparece em matérias que sugerem tráfico de interesses e outras ações desonestas: *Lobby pró-armas critica medidas de Obama contra violência armada (Portal G1, 16/1/13)*, *Ministra diz que Valério fez lobby no Banco Central (Folha de S. Paulo, 6/9/12)*, *Líder do PMDB faz lobby para sócio em contrato de R\$ 7 bi (O Estado de S. Paulo, 29/8/12)*, *Relato da PF diz que filho de ex-ministra cobrava por lobby (Folha de*

S. Paulo, 28/7/12). E os Paralamas do Sucesso já cantaram em *300 Picaretas*: “É lobby, é conchavo, é propina e jeton”.

“A palavra lobby assumiu conteúdo semântico pejorativo, confundindo-se, por vezes, com atividade vinculada à corrupção. O lobista hoje é compreendido, principalmente pela população média, como aquele que promove negociações e que é parasita da burocracia”, reconhece o deputado federal César Colnago (PMDB-ES) em seu substitutivo ao projeto de lei 1202/2007, sobre lobby, de autoria de Carlos Zarattini (PT-SP), justificando a retirada do termo em sua versão do texto.

A carga negativa também queima o filme dos lobistas no cinema. Em *Obrigado por Fumar*, um grande lobista conta com um agente de Hollywood para promover o fumo nas telonas, mesmo com a pressão da sociedade para que



os danos do cigarro sejam expostos. Já Jack Abramoff, *O Super Lobista* (2010) interpretado por Kevin Spacey, define a si próprio como “um canal para motivar políticos preguiçosos a aprovar leis e regulamentos”. Também retratado no documentário *Casino Jack & The United States of Money*, Abramoff acabou preso em 2006 por infringir os limites descritos na lei que regulamenta o lobby nos Estados Unidos, o *Lobbying Disclosure Act*. Sim, porque a atividade, em países como os Estados Unidos, tem definições e procedimentos que permitem separar a prática honesta do joio da corrupção.

Segundo a definição da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o lobby é a comunicação oral ou escrita com uma autoridade pública para influenciar decisões políticas, administrativas e, principalmente, legislativas.

No livro *Grupos de Interesse (Lobby)*, da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça do Brasil, o lobby aparece como “uma atividade lícita e imprescindível para a consolidação e efetivação do regime democrático, além de se constituir em uma medida de transparência e facilitar sobremaneira o combate à corrupção”. Outros especialistas concordam e defendem que lobby é um exercício ético, expressão do direito que os grupos de interesse legítimos têm de levar seus argumentos aos tomadores de decisão.

“Não existe lobby bom ou ruim. Lobby é um exercício de cidadania, só possível em países democráticos, abertos. É correto”, diz o sócio e diretor de Relações Governamentais da empresa Patri Políticas Públicas, Eduardo Carlos Ricardo. Para

Andrea Cristina de Jesus Oliveira, autora da tese de doutorado *Lobby e Representação de Interesses: Lobistas e seu Impacto sobre a Representação de Interesse no Brasil* (Unicamp, 2004), a definição de lobby não passa por corrupção e tráfico de influência, crimes passíveis de punição.

O cientista político Wagner Pralon Mancusso, autor do livro *O Lobby da Indústria no Congresso Nacional* (Humanitas, 2007), pensa diferente. Em seu conceito, o termo comporta o bem e o mal. “Para a mídia, lobby é sempre corrupção. Já os lobistas querem que a definição diferencie lobby de corrupção. Na minha visão de acadêmico, trata-se de uma expressão neutra, que significa defesa de interesse perante o tomador de decisão.” Para o teórico, muitos profissionais da intermediação de interesses praticam corrupção e tráfico de influência em suas diversas aplicações, como a fraude de concorrência. “Mesmo assim, o lobby lícito, cuja base é muita informação, é uma parte muito grande, pois sua credibilidade é importantíssima. Há uma força que o impele a prestar informações precisas, por mais que parciais, que mostrem seu ponto de vista.”

O LOBISTA: QUEM É?

Lobista, segundo *Grupos de Interesse (Lobby)*, é um representante especializado – terceirizado ou da própria instituição – que transmite as mensagens do grupo de pressão aos tomadores de decisão. O substitutivo do deputado César Colnago exige que a participação do lobista seja especializada, baseada

//
“Não existe lobby bom ou ruim. É um exercício de cidadania”, afirma diretor da Patri Políticas Públicas



Kevin Spacey interpreta o protagonista de “O super lobista”

Divulgação

em elementos técnicos e estratégias, mas permite que o profissional seja formado em qualquer área.

Também para Colnago – e outros especialistas ouvidos pela **Apertes** –, a atividade deve ser exercida de modo contínuo. O lobista pode ser pessoa física ou jurídica. Pode ou não receber remuneração por seu trabalho.

O lobista é professor universitário Gilberto Galan, autor de *Como Fazer Lobby: Ensinando um Empresário a Criar Representação Governamental dentro da Empresa*, já atuou em companhias como Kodak, Philip Morris, HP, Embraer e Citibank. Como responsável pela atividade de lobby da indústria tabagista, sua principal tarefa era municiar as autoridades com informações. “Nunca se fez um trabalho de dizer que cigarro não faz mal. Um dos argumentos que levávamos era

o de poder fazer propaganda se o produto é legal. E a cadeia produtiva do tabaco é a maior arrecadadora de impostos do País, em torno de 70% ou mais. Deveria poder fazer propaganda”, explica.

Para o executivo, lobby se faz sem dar dinheiro para obter favores políticos. “Fiz apresentações no Legislativo, e até ao presidente da República, levando apenas argumentação pública. É esse o trabalho do lobista. Só demora mais”, compara.

Galan conta que outra preocupação de seu trabalho era se antecipar a possíveis restrições em políticas públicas. Uma medida era deixar o cigarro menos agressivo e estampar nas embalagens a redução na quantidade de nicotina. “É uma estratégia oferecer as melhorias voluntariamente. Quando tem um órgão regulador do outro lado, você sabe que sua vez vai chegar e já faz sua parte.”

Hoje trabalhando em sua própria consultoria, Galan diz que antes de contratar um lobista ou escritório de lobby é recomendável verificar se o código de conduta do contratado evita procedimentos de corrupção e tráfico de influência. Além disso, o papel do lobista é ser apenas o elo de ligação entre seu cliente e a autoridade. “Em 99% das vezes em que a aproximação ocorre dentro da ética, é o membro da empresa ou segmento quem fala com o tomador de decisão, porque ele entende do negócio”, diz. Nesse caso, o lobista pode acompanhar o cliente.

AGENDA

Eduardo Carlos Ricardo, sócio-diretor de relações governamentais da Patri Políticas Públicas, concorda com Galan. “Quando se aluga alguém para fazer algo por você, já começou errado. Boa coisa não pode ser. Se a causa é boa, se o interesse é legítimo, não tem por que se esconder atrás de alguém. Não quero alugar minha cara nem minha reputação por dinheiro nenhum”, diz o executivo.

Ricardo conta que seu trabalho consiste em informar os clientes, principalmente, sobre o surgimento e andamen-

O que alguns vereadores paulistanos pensam sobre o lobby

A revista **Apertes** perguntou a alguns vereadores da Câmara Municipal de São Paulo o que achavam do lobby e da regulamentação da prática e recebeu as seguintes respostas.

Adilson Amadeu (PTB)

“Na Câmara Municipal de São Paulo desconheço a presença de profissionais com essa qualificação. Nunca fui procurado. Qualquer pessoa física ou jurídica tem o direito de se manifestar sobre assuntos do interesse dela. Cabe ao parlamentar diferenciar o que é interesse individual e coletivo. Não vejo problema nessas manifestações que, acredito, podem contribuir para o processo legislativo na medida em que acrescentam um novo olhar sobre as matérias que nos são apresentadas. Quanto à regulamentação da atividade, imagino que se ocorresse tiraria a impressão de atividade clandestina, ilegal, espúria que o lobby carrega. Evidentemente, uma regulamentação estabelecerias normas e limites. Nesse sentido acredito que seria positiva.”

Alfredinho (PT)

“Não acredito que o lobby contribua para o processo legislativo. O Legislativo não fica nem melhor nem pior com essa prática, embora eu não veja nada de ilegal no fato de um prefeito, por exemplo, procurar um parlamentar para obter recursos para o seu município. Entretanto, seria interessante que se estabelecessem regras públicas e o reconhecimento para pessoas exercerem essa prática. Assim como funciona nos Estados Unidos da América. Lá, por trabalharem dentro da legalidade, os lobistas conseguem intermediar e resolver muitos temas de interesse do povo. Por isso entendo que deveria ser regulamentado.”

Natalini (PV)

“Em minha opinião, lobby significa a pressão da sociedade sobre os agentes públicos, no caso os parlamentares. A pressão legítima e nas causas coletivas da sociedade é saudável e necessária na política. O desvio para pressões individuais e de interesses escusos e antirrepublicanos é que é deplorável. Acho que as demandas e pressões sociais devem ser públicas e abertas, para controle social.”

Netinho de Paula (PC do B)*

“Como parlamentar, acho sofrível a ausência de normas e práticas que regulam a atividade de lobista no Brasil. Um guia para as normas de conduta dos membros da Câmara dos Comuns se faz com urgência necessária para a melhora de nossa recente democracia.

Em sistemas parlamentares de democracias avançadas em todo o mundo este assunto é muito avançado. Países com regras e regulamentos que regem as atividades dos lobistas e grupos de interesse específicos são mais a exceção do que regra. Na União Europeia, o Bundestag (parlamento) alemão é a única câmara que tem regras específicas e formais relativas ao registro de lobistas. Todos os grupos que buscam articular ou defender um interesse devem se registrar no Bundestag. Esse registro, que está disponível ao público, é publicado anualmente.

A definição de lobista é repleta de dificuldades. No caso da Austrália, tão inadequado foi o sistema de registro de lobistas de 1983, que se decidiu abolir o regime em 1996, pois foi considerado inexequível.

Sistemas parlamentares estão sob uma pressão crescente para considerarem interesses e princípios democráticos fundamentais. Tal pressão pública e política normalmente surge de crises específicas ou escândalos que lançam os holofotes da mídia sobre a relação entre grupos de interesse, de um lado, e os políticos e burocratas do outro. Ao mesmo tempo, regulamento formal não é universalmente considerado uma panaceia. No Reino Unido a visão prevalecente é que a regulamentação legal inadvertidamente poderia conferir status especial de interesse. Isso poderia dar origem à impressão de que alguns grupos de pressão são mais favorecidos ou privilegiados do que outros. Sendo assim, termino este depoimento mostrando-me favorável à regulamentação da atividade.”

** Licenciado para a Secretaria da Igualdade Social até o fechamento desta edição*

O lobista **Gilberto Galan** diz que base deve ser a argumentação



to de projetos de regulamentação que possam afetá-los. É feito um relatório por mês, com orientações. O pagamento pelo serviço de assessoramento ao lobby é mensal, já que o executivo é contra o pagamento de comissões mediante êxito. “Sem o comissionamento, vira um trabalho regular, e não um negócio.”

Para elaborar sua tese de doutorado sobre lobby, Wagner Mancusso observou o trabalho Agenda Legislativa da Indústria, capitaneado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) há 16 anos ao lado de outras 30 entidades indus-

trias. O grupo identifica e acompanha proposições legislativas cuja aprovação, rejeição ou alteração possa influenciar no Custo Brasil. São observados, simultaneamente, milhares de textos em tramitação sobre educação, qualidade dos gastos públicos, sistema tributário, rees-

truturação da previdência social, infraestrutura, meio ambiente, correção dos desníveis socioeconômicos regionais, relações trabalhistas, micro e pequenas empresas e custo do financiamento.

Os temas são genéricos para permitir unanimidade de interesse entre todas as

É LOBBY

- Monitorar o cenário legislativo e administrativo
- Fornecer às autoridades pareceres técnicos e sugestões
- Orientar o cliente a visitar tomadores de decisões públicas
- Procurar aliados e adversários para convencê-los a colaborar em seus objetivos
- Usar a mídia para divulgar posicionamento

NÃO É LOBBY*

- Receber remuneração para influenciar decisão judicial
- Atuar para interferir em ato administrativo com aplicação prevista em lei e sem possibilidade de interpretação subjetiva
- Forçar a ação de autoridades públicas, utilizando métodos ou processos escusos
- Prejudicar ou perturbar reunião de interesse público
- Receber bônus pelo êxito em benefício do cliente perante a administração pública
- Oferecer vantagens a autoridade pública em troca de favores

* Esses casos podem configurar corrupção ou tráfico de influência, passíveis de punição

Fontes: Andrea Cristina de Jesus Oliveira, Projeto de lei 1202/2007, Código de Ética dos Profissionais de Relações Públicas

Jorge Kayano é médico sanitário e pesquisador, entre outros temas, de políticas e programas sociais no Instituto Pólis, Organização Não-Governamental (ONG) que busca a afirmação de direitos ambientais, urbanísticos, culturais e de participação social.

O que o Instituto Pólis pensa sobre a regulamentação da atividade de lobby?

Jorge Kayano: Nós temos posição favorável à regulamentação, sabendo que ela pode representar avanço para separar o que muitas vezes se chama de lobby mas são atividades ilegais de corrupção. Junto com interesses legítimos há os escusos, espúrios mesmo, corrupção direta, e é o que se chama de lobby.

Regulamentar facilitaria a atuação de organizações como a sua?

Não resolve o problema dos grupos da sociedade com os quais o Pólis se identifica, os mais excluídos, mais distantes das esferas de poder. Hoje, quem atua com estrutura para fazer um lobby correto e com gente competente são os grupos empresariais privados ligados aos serviços públicos mais dispendiosos. São exemplos: o setor imobiliário, as empreiteiras, as empresas de transporte público ou ligadas à lim-

peza pública. Diferentemente desses grupos com mais poder econômico e capacidade de arremeter pessoas para o lobby, há grupos de interesse na sociedade sem as mesmas condições. A regulamentação teria que levar em consideração melhorar a igualdade para o exercício do lobby pelos diferentes grupos de interesse.

O que limita as ações de lobby das ONGs?

Algumas delas têm dificuldade para sobreviver, quanto mais para fazer lobby. Melhorar isso tem a ver com ampliar as possibilidades de fonte de financiamento da própria atividade das ONGs. A regulamentação do exercício do lobby tem que vir com outras reformas.

Quando as ONGs conseguem êxito fazendo lobby?

Um exemplo de lobby relativamente atuante e com boa imagem é o que luta pelo direito à educação, feito por muitas organizações e que impulsionou a criação do Fundo da Educação Básica. Essa é uma experiência positiva, que mostra que o lobby pela educação é legítimo. O movimento incluiu algumas organizações com mais recursos e outras com menos, mas o sucesso tem a ver com os interesses defendidos. ONGs com temas de maior aceitação social, legitimados pela sociedade, possuem mais chances de obter êxito

participantes do grupo. Além de monitorar o processo legislativo, os profissionais da Agenda Legislativa fazem análises técnicas, posicionamentos sobre os textos e disseminação das informações. A última etapa é a pressão política, que pode incluir desde contatos com parlamentares até ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF).

No conjunto das 216 principais normas jurídicas acompanhadas pela

Agenda Legislativa da Indústria em 2003 e com tramitação encerrada até 23 de dezembro daquele ano – período analisado por Mancusso – os industriais obtiveram sucesso político em 144 casos. A análise apontou “evidências sólidas” de associação entre o trabalho de lobby realizado pela indústria e o resultado final das tramitações.

Para Mancusso, o sucesso da Agenda Legislativa da Indústria deve-se, em

grande parte, à ação grupal. No entanto, o especialista acredita que grupos menos poderosos podem ser eficientes, também. “É mais difícil, mas depende muito do caso. Há questões que mesmo grupos com poucos recursos têm mais legitimidade para debater. Ou compensam a menor capacidade financeira com maior poder de repercussão”, explica. Além disso, temas que representam uma tendência, como plenos direi-



Em nossa sociedade, há grupos em desvantagem para exercer o lobby”

também por conta do impulso que se chama de lobby indireto, no qual a manifestação da sociedade pressiona e facilita a tomada de decisões governamentais favoráveis. Outra possibilidade é o campo ambiental e de direitos da criança, que hoje tem mais acesso a recursos e fontes de apoio por representar uma tendência da sociedade.

tos ao consumidor, têm maior abertura ao lobby, mesmo que ele venha de um setor desorganizado da sociedade.

SAINDO DA CLANDESTINIDADE

Eduardo Carlos Ricardo não acredita na autorregulação do setor, porque as associações costumam ser lenientes com seus integrantes. “A entidade dos advo-

gados ou dos médicos pune alguém? Para tirar médico da atividade precisa ser algo escandaloso. O corporativismo impera, para o médico, para o engenheiro, para o lobista. A nossa sociedade não está preparada para isso. Nos lugares em que isso avança é tudo por lei.”

O executivo da Patri diz que gostaria de ver explícito, em uma lei, o que pode e o que não pode fazer como lobista. Para Ricardo, institucionalizar

o lobby é mais uma forma de desmistificá-lo. Regular a atividade é um caminho para que se criem cursos de formação específicos para lobistas; para que a sociedade saiba quem são esses profissionais e possa fiscalizá-los.

“Regular traz à luz o que hoje é feito às escuras. Desassocia quem faz lobby por interesses legítimos dos que fazem por interesses escusos”, diz o professor de ética e

filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Roberto Romano. O ministro chefe da Controladoria-Geral da União, Jorge Hage Sobrinho, disse à **Apertes** que considera fundamental regulamentar o lobby no Brasil para separar a atividade legal da ilícita. Andrea Oliveira, em sua tese, complementa que "pautado por regras

claras, o lobbying (atividade de lobby) poderia contribuir para a transparência do processo de tomada de decisões e a noção errônea de clandestinidade também chegaria ao fim",

No Brasil, alguns projetos legislativos preveem regulamentar o lobby. A maioria trata de regulamentação interna dos poderes ou está arquivada. O

projeto de lei de Zarattini, apresentado à Câmara dos Deputados em 2007, mencionava claramente a intenção de disciplinar a atividade de lobby na administração pública federal. A versão substitutiva de Colnago, apresentada em 2012, não fala abertamente em lobby, mas pretende disciplinar a atuação de pessoas e grupos de interesse que desenvolvam habitualmente, de forma remunerada ou gratuita, atividades destinadas a influenciar atos e decisões sujeitas à interpretação subjetiva do Poder Público. Para exercer a profissão, o documento prevê que o lobista deverá, antes, credenciar-se nos órgãos em que atuará. O cadastro ficaria à disposição de qualquer cidadão pela internet.

A proposta também traz algumas exigências para garantir a ética no exercício da profissão. Não pode ser lobista quem tiver atuado como servidor público e quem tenha sido condenado por ato de corrupção ou improbidade administrativa, enquanto durarem os efeitos da condenação. Outra prerrogativa é que os lobistas encaminhem anualmente, ao poder em que estiverem cadastrados, uma discriminação de suas atividades, da natureza das matérias de seu interesse e gastos realizados no último exercício devido a sua atuação nos Poderes



Gustavo Garbelotto/CMSP

Carlos Zarattini,
deputado federal:
regulamentar para
evitar corrupção

LOBBY



BRASIL



ESTADOS UNIDOS



UNIÃO EUROPEIA

Definição

Não há definição oficial de lobista.

Lobista é qualquer indivíduo empregado ou contratado por um cliente para fazer mais de um contato de lobby. Também é o indivíduo cujas atividades de lobby cheguem a 20% ou mais do tempo de serviço dedicado a um cliente durante um período de três meses.

Não há definição consensual.

Registro

Substitutivo ao projeto de lei 1202/2007 prevê que o Poder em que o lobista atua deverá disciplinar o cadastramento e o acesso às suas dependências.

É feito na Câmara dos Deputados ou no Senado.

Organizações e lobistas autônomos registram-se no site da UE para obter os cartões de acesso ao Parlamento Europeu para trabalhos de lobby.

Sanções

Vão da advertência à suspensão do credenciamento por até três anos. Em ambos os casos, pode ainda ser apurada a responsabilidade criminal.

Vão de multa de até US\$ 200 mil a prisão por até cinco anos (no caso de corrupção).

Incluem suspensão temporária do registro, exclusão do registro em caso de falha grave ou persistente e retirada de todos os cartões de acesso ao Parlamento Europeu.

Fontes: Projeto de lei 1202/2007, *The Lobbying Disclosure Act*, Código de conduta da União Europeia

e órgãos da administração pública federal, em especial pagamentos a pessoas físicas ou jurídicas com valor acima de R\$ 1 mil. A declaração será divulgada na internet pelos próprios Poderes.

Para Zarattini, a aprovação da regulamentação ajudaria no combate à corrupção, mas setores muito fortes na Câmara dos Deputados são contrários, e demonstram seu posicionamento atrasando a tramitação da matéria. “Os interesses privados (dos parlamentares) não são condizentes com a regularização. Quando se pretende manter oculta uma relação entre o político e uma empresa, não se quer regulamentar. Se não quer aparecer nem regulamentar, é porque há algo errado”, opina o deputado petista.

O diretor da Patri concorda que não há interesse na aprovação do projeto.

“Difícilmente será aprovado porque nesse caso todos terão que andar na linha: ONGs, prestadores de serviços, gestores políticos, entidades...”

Uma das principais referências utilizadas por Zarattini na elaboração de seu projeto vem da legislação norte-americana. Em sua abertura, o *Lobbying Disclosure Act* menciona que a divulgação efetiva da identidade e extensão dos esforços de lobistas pagos para influenciar funcionários do governo federal na condução das ações do governo aumentaria a confiança do público na integridade do governo. No Brasil, por enquanto, a palavra lobby ainda não aparece sequer no projeto de lei. Muito menos nos nomes das empresas... de lobby. 

(*) **Colaborou Rodrigo Garcia**
rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

SAIBA MAIS

Sites

Lobbying Disclosure Act

http://lobbyingdisclosure.house.gov/amended_lda_guide.html

Normas de transparência da União Europeia

<http://europa.eu/transparency-register/>

EM BUSCA DA VERDADE

Comissão Municipal **Vladimir Herzog** investiga crimes e legados da ditadura militar

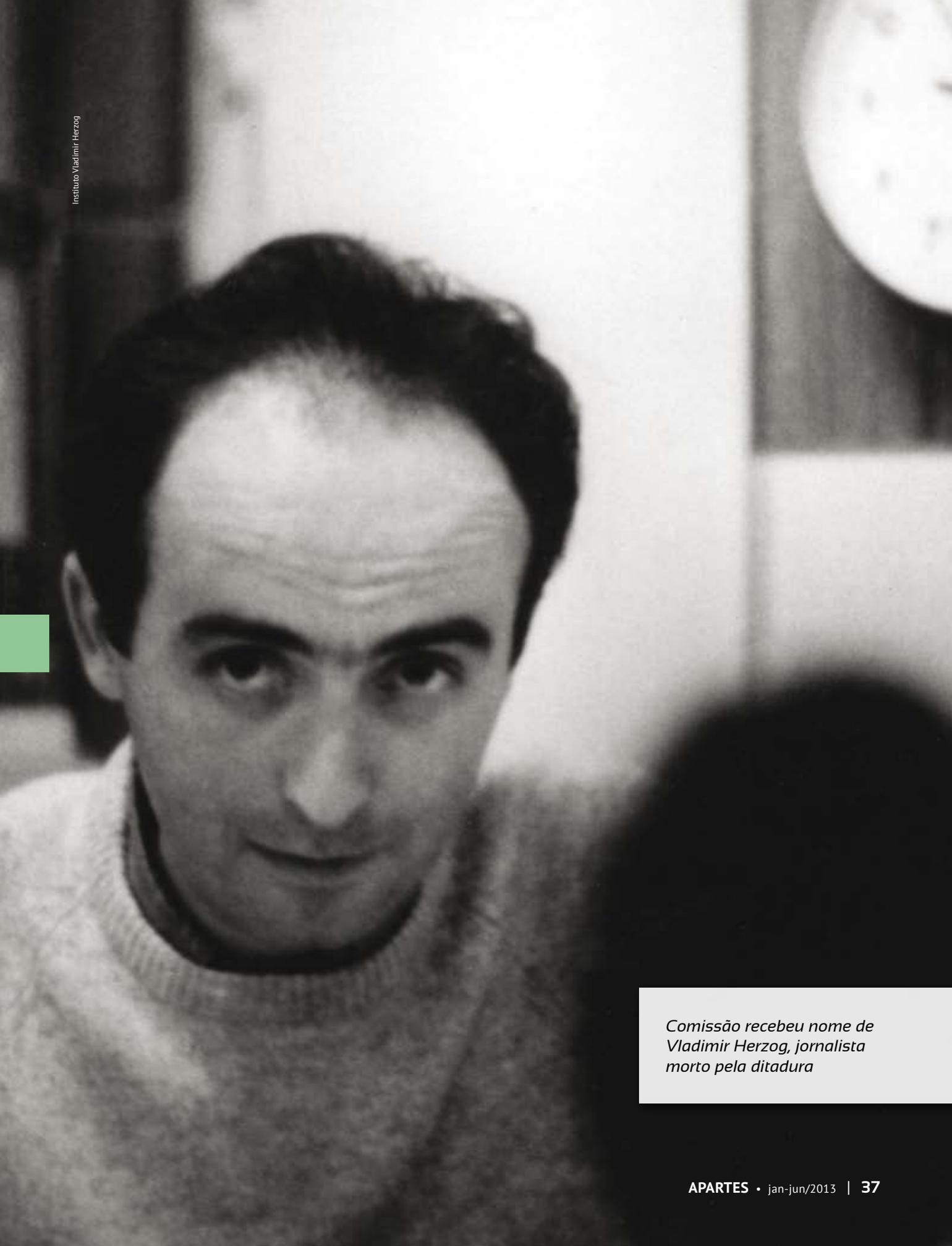
Fausto Salvadori Filho

fausto@camara.sp.gov.br

O trajeto até o Cemitério Dom Bosco, no bairro paulistano de Perus, era demorado. Para visitar o túmulo do marido, em 1971, Fanny Akselrud Seixas precisava pegar o trem e depois percorrer quatro quilômetros a pé, subindo e descendo morros, acompanhada de duas filhas. O percurso ficava ainda mais longo com a presença de um carro ocupado por militares, que costumavam seguir as três mulheres disparando xingamentos e ameaças. A perturbação às vezes continuava cemitério adentro. Agentes da repressão se aproximavam da família diante do túmulo e diziam: “Essa sepultura do lado dele está

reservada para o seu filho. Nós vamos matá-lo e enterrá-lo aqui do lado do papai”.

O marido de Fanny era o sindicalista e militante da luta armada Joaquim Alencar Seixas, assassinado naquele ano, sob tortura, nas dependências do Departamento de Ordem Interna – Centro de Ordem de Defesa Interna (DOI-Codj). O filho que os militares ameaçavam matar era Ivan Akselrud Seixas. Com 16 anos, o jovem militante havia sido preso e torturado junto com o pai. Sem condenação formal, Ivan permaneceria preso pelo Estado até completar 22 anos. Àquela altura, a família já havia con-



*Comissão recebeu nome de
Vladimir Herzog, jornalista
morto pela ditadura*

seguido transferir os restos mortais de Joaquim para o jazigo de um parente, no Rio de Janeiro, atendendo ao conselho de um cozeiro: “Tirem ele daí porque vai haver uma vala e vão misturar todos os ossos”.

CORPOS CLANDESTINOS

A vala foi mesmo construída no Cemitério de Perus, e recebeu clandestinamente mais de mil corpos sem identificação. Entre os cadáveres, misturavam-se mortos pela violência do Estado e indigentes. “A vala de Perus recebeu pessoas vítimas da violência policial, da violência da fome ou de uma epidemia de meningite, que matou por volta de 3 mil pessoas em 1973, obviamente os mais pobres, mas que a censura não permitiu que se investigasse”, contou Ivan Seixas, hoje presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).

A comissão foi instalada na CMSP em 11 de abril de 2012 com o objetivo de promover “esclarecimentos em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no Município de São Paulo ou praticadas por agentes públicos municipais” durante a ditadura militar, período que começou em 1964, com a deposição do presidente João Goulart, e terminou em 1985, com a posse do primeiro presidente civil em duas décadas, José Sarney. A comissão recebeu o nome de Vladimir Herzog,

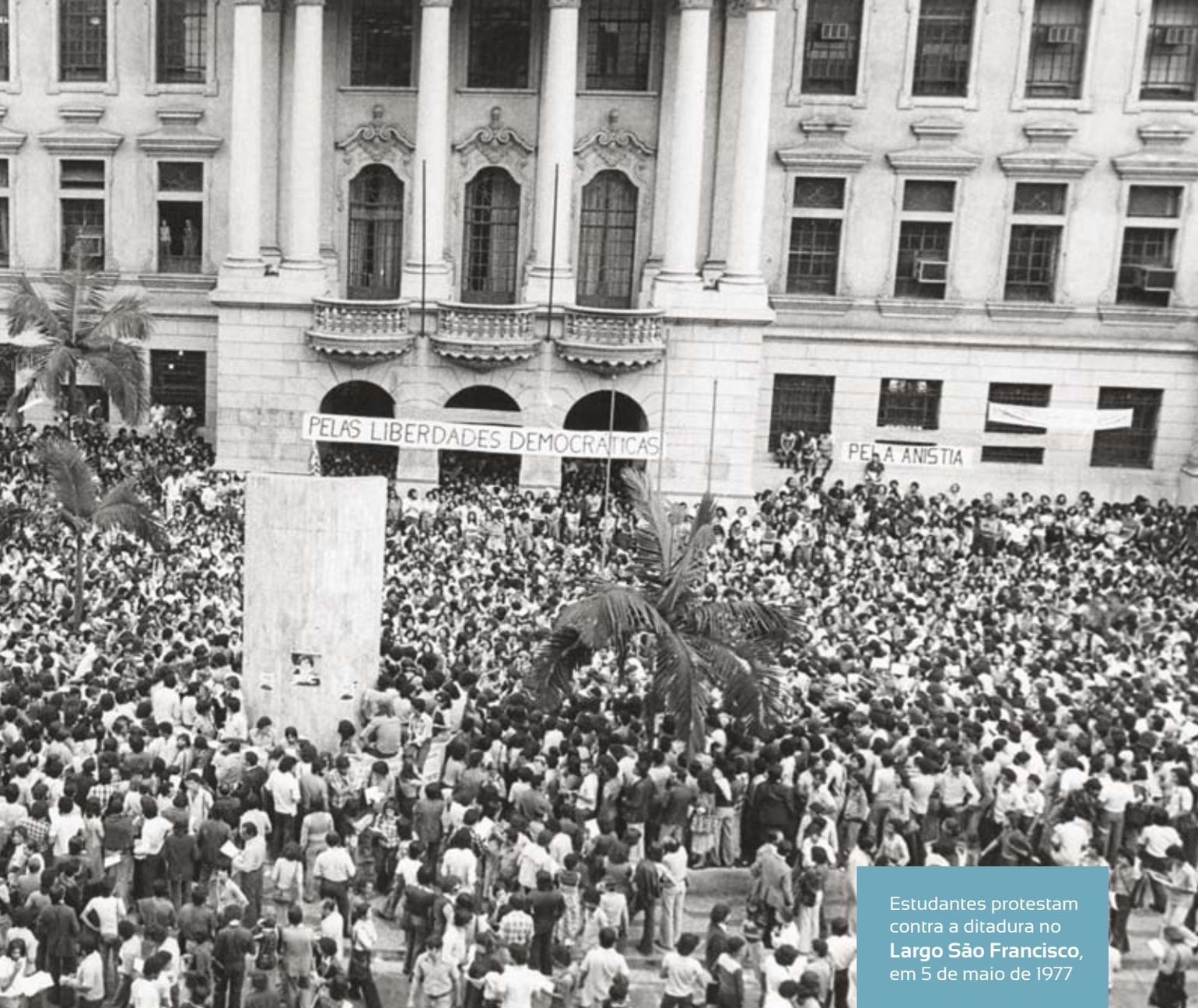
em homenagem ao jornalista assassinado pela repressão em 1975 (veja mais na pág. 48).

“Essa comissão tem o objetivo de passar a limpo a história: ver o que aconteceu, aprender com isso e recomendar ações para que o Brasil se torne um país democrático e respeitador dos direitos humanos”, afirmou o relator da comissão, vereador Eliseu Gabriel (PSB), na sessão de abertura. A Vladimir Herzog funcionou, inicialmente, até

o final de 2012, conforme previsto na resolução que a criou. Neste ano, um novo ato reabriu a comissão, estendendo seu prazo até 16 de maio de 2014.

Agindo em parceria com outros dois grupos, a Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa de São Paulo, a comissão de vereadores decidiu retomar os trabalhos de uma investigação pioneira, conduzida 22 anos antes pela CMSP: a Comissão





Estudantes protestam contra a ditadura no Largo São Francisco, em 5 de maio de 1977

Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a vala clandestina de Perus.

T DE “TERRORISTA”

A existência da vala, conhecida há anos por parentes de mortos e desaparecidos pela ditadura, veio à luz da opinião pública em 1990, por conta de uma reportagem do jornalista Caco Barcellos, da TV Globo, que deu origem a uma investigação aberta pelo governo da pre-

feita Luíza Erundina (1989-1992). A CPI da Câmara, a primeira investigação do tipo conduzida por um Parlamento brasileiro, foi instalada no mesmo ano.

“Foram seis meses de muita investigação e muita tensão”, lembrou o ex-vereador Ítalo Cardoso, que participou da CPI de Perus e, doze anos depois, presidiu a Comissão Municipal da Verdade em sua primeira fase. Enquanto interrogavam publicamente personalidades da repressão, como Paulo Maluf, prefeito na

época dos fatos investigados, e os médicos Harry Shibata e Isaac Abramovitch, profissionais do Instituto Médico Legal (IML) que assinavam os laudos dos mortos pela ditadura, a comissão teve de lidar com ligações anônimas que ameaçavam matar vereadores e jornalistas e explodir o Palácio Anchieta, relatadas no livro *Vala Clandestina de Perus*.

As pesquisas mostraram como funcionava a máquina de ocultar violações contra os direitos humanos praticados

pela ditadura. Em São Paulo, a repressão estava concentrada em dois órgãos. Um era a Operação Bandeirantes (Oban), um grupo paramilitar financiado pelo governo e por empresários, que depois foi institucionalizado com o nome de

DOI-Codi, subordinado ao Exército. Entre 1970 e 1974, o DOI-Codi foi comandado por Carlos Alberto Brilhante Ustra – que em 2008 tornou-se o primeiro militar reconhecido como torturador pela Justiça brasileira. A outra central de torturas da

ditadura era o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops ou Dops), no qual se destacava o delegado Sérgio Paranhos Fleury. “São Paulo sediou talvez o maior centro de torturas e arbitrariedades do País, durante o regime de exceção institucional pós 64”, afirma o relatório da Comissão Municipal da Verdade, aprovado no final do ano passado.

As vítimas dos órgãos da repressão eram encaminhadas ao IML com uma letra T vermelha anotada em sua documentação, indicando que eram “terroristas”. Era um recado aos legistas para produzir laudos falsos, ignorando indícios de execuções e torturas e confirmando as versões oficiais para a causa da morte, que falavam em atropelamento ou troca de tiros. “A característica comum dos laudos de necropsia é sempre confirmar a versão da autoridade policial que o solicitou. Atestavam lesões condizentes com o breve histórico constante das respectivas requisições de laudos, ignorando as lesões reais nos cadáveres, indicadoras de torturas severas que deram causa à morte”, contou a ex-vereadora Tereza Lajolo, relatora da CPI de Perus, à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog.

“Tortura é para sempre”

Maria Amélia de Almeida Telles, militante



Fui militante praticamente a minha vida inteira. Em 1972, dia 28 de dezembro, eu e meu marido fomos presos. Em seguida, foram à minha casa e sequestraram minha irmã e os meus dois filhos – minha filha com cinco anos de idade e o meu filho com quatro. Ficamos na Operação Bandeirantes. No segundo dia, já estavam os meus filhos dentro da sala de tortura. Eu estava amarrada na cadeira do dragão [instrumento de tortura, era uma cadeira que dava choques], sem roupa, urinada, com fezes, com vômito, e meus filhos foram colocados dentro dessa sala da Operação Bandeirantes. Eles ficaram ali durante uns 10, 15 dias – iam e voltavam. Minha irmã foi torturada, grávida de sete meses.

Então eu sou testemunha ocular, sim, da história. Infelizmente, carrego isso comigo. Desde aquela época, eu tenho um compromisso de, junto com famílias, com amigos, com pessoas que apoiam, que se interessam, buscar a história dos mortos e desaparecidos políticos.

Os meus filhos são traumatizados até hoje. Tortura é para sempre.

Trechos de depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em 19/7/12

ESTATUTO DO SEPULTAMENTO

Na vala de Perus, foram encontradas 1.049 ossadas – destas, 450 eram de crianças menores de dez anos, danificadas demais para serem identificadas. Os restos mortais foram encaminhados à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que não deu prosseguimento ao



Memorial erguido no **Cemitério de Perus** homenageia desaparecidos

trabalho de identificação. A pedido dos familiares dos desaparecidos, houve uma intervenção do Ministério Público Federal (MPF), que obrigou o retorno das ossadas a São Paulo. Hoje, estão no Cemitério do Araçá, no aguardo de um destino.

Em 22 anos de idas e vindas de ossadas pelos corredores de diferentes órgãos públicos, apenas oito corpos da vala de Perus foram identificados, segundo os dados do MPF. Todos eram militantes políticos assassinados pelo governo militar: Antônio Carlos Biscaíno Lana, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Dênis Casemiro, Helber José Gomes Goulart, Frederico Eduardo Mayr, Flávio de Carvalho Molina, Luiz José da Cunha e Miguel Sabat Nuet.

“É necessário que se terminem os trabalhos de identificação das ossadas de Perus, quanto aos desaparecidos políticos, e que se dê uma destinação final àquelas ossadas, com um sepultamento digno”, afirma o relatório da Comissão Vladimir Herzog. O relatório pede a criação de um “estatuto do sepultamento”, para garantir que os corpos de indigentes só sejam sepultados ou cremados após os responsáveis terem usado todos os meios possíveis para identificá-los, principalmente testes de DNA. Segundo o texto, os governos atuais podem fazer sumir corpos de criminosos e moradores de rua, como o regime militar fazia com seus opositores nos

anos 70, “já que as estruturas permaneceram intactas, mormente o IML, ligado à Secretaria de Segurança e não à Saúde, por exemplo”.

O relatório também pede a mudança dos nomes ligados à repressão e à tortura que ainda permanecem estampados nas placas de ruas paulistanas “batizadas em homenagem a torturadores, colaboradores e próceres da ditadura militar” (conheça algumas dessas localidades na pág. 44). A lei 15.717, criada pelo vereador Orlando Silva e pelo ex-vereador Jamil Murad (ambos do PC do B), sancionada em 23 de abril, vai ao encontro da sugestão, ao permitir alterar nomes de locais “quando se tratar de denominação



Fábio J. Lazzari/CMSP

Ex-vereadora
Tereza Lajolo
relembra CPI de 1990

referente à autoridade que tenha cometido crime de lesa-humanidade ou graves violações de direitos humanos”.

“HERANÇA MALDITA”

Nem todos os legados dos anos autoritários podem ser eliminados com uma troca de placas. Uma das principais “heranças malditas” da ditadura, segundo o relatório da Comissão Municipal, foi deixada na polícia: “a cultura da violência e a aceitação natural da tortura como método de investigação, numa confusão ontológica entre polícia e segurança pública eficazes com o emprego irrefreado da violência e da tortura”.

A política de extermínio do Estado durante o regime militar foi muito além dos opositores ao regime. Presos políticos que passaram pelo Presídio Tiradentes contam que costumavam acordar de madrugada com os gritos dos presos comuns prestes a serem assassinados pela polícia. “Eles eram tirados de lá gritando: ‘Políticos, políticos, socorro! O Esquadrão

da Morte está nos levando’. Os membros do Esquadrão da Morte eram os mesmos que nos torturavam”, contou o militante Clóvis de Castro à Comissão Municipal da Verdade. Comandado por Sérgio Fleury, o Esquadrão da Morte era uma espécie de avô das atuais milícias: um grupo paramilitar formado por policiais que executavam suspeitos de crimes comuns.

A ditadura aumentou a presença militar nas forças de segurança, dando mais poderes às polícias militares e pondo-as sob o guarda-chuva do Ministério do Exército. Em 1969, um decreto-lei do governo federal tirou das ruas as Guardas Cívicas, substituindo-as pelos policiais militares. As Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) surgiram no ano seguinte, com a missão de executar “ações de controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana”.

O fim do regime militar não modificou a estrutura de policiamento, nem impediu que a Polícia Militar (PM) se envolvesse em uma série de chacinas que marcariam os anos da redemocrati-

zação, como os 111 mortos na Casa de Detenção, no Carandiru, em 1992, e os 21 mortos na comunidade de Vigário Geral, no Rio de Janeiro, em 1993, além das dezenas de mortes atribuídas a grupos de extermínio como “Os Matadores do 18”, que atuavam na zona norte de São Paulo, e os “Highlanders”, na zona sul.

O maior dos massacres ocorreu em maio de 2006, quando o Estado comandou uma suposta reação aos ataques do crime organizado, que haviam matado 43 agentes públicos. A ação da polícia e de grupos de extermínio encapuzados multiplicou o número de vítimas, que em nove dias chegou a 493 mortos (mais do que a ditadura conseguiu eliminar em duas décadas). “Isso tudo é herança da ditadura”, afirma a jornalista Rose Nogueira, que, como presidente do Condepe, ajudou a montar uma comissão independente que analisou os homicídios de maio de 2006. Para ela, aqueles crimes repetiram o procedimento adotado décadas antes pela repressão política. “Os carrascos da ditadura diziam que, para cada agente do

Estado que fosse morto, matariam outras dez pessoas”, conta Rose, que conheceu as torturas do regime autoritário atrás das grades do Dops (veja mais ao lado).

Três análises independentes, conduzidas pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard apontaram indícios de execuções em centenas dos chamados “crimes de maio”, praticados tanto por policiais fardados em supostos confrontos, como por esquadrões da morte encapuzados. “O que aconteceu em maio de 2006 aqui em São Paulo foi uma barbaridade inominável”, afirmou o vereador Eliseu Gabriel na Comissão da Verdade.

A violência praticada pelos agentes do Estado também atinge os jornalistas, três décadas depois da morte de Vladimir Herzog. No ano passado, dois repórteres saíram do País por conta de ameaças recebidas após terem feito reportagens denunciando casos de violência policial: André Caramante, da *Folha de S.Paulo*, e Mauro König, da *Gazeta do Povo*, de Curitiba. Policiais também são suspeitos da morte dos jornalistas Rodrigo Neto de Faria e Walgney Carvalho, ocorridas neste ano na região do Vale do Aço (MG).

Ouvido pela **Apertes**, o sociólogo Luís Antônio Francisco de Souza, professor do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e coordenador do Observatório de Segurança Pública, afirma que a raiz da violência policial está no legado autoritário que vinculou polícias e Forças Armadas, confundindo as atividades po-

liciais que deveriam ser de caráter civil com as essencialmente militares. “O modelo militar dá ênfase às estratégias de ocupação do território e ao uso da força letal, sobretudo armamento pesado. Estimula, evidentemente, o uso da força e aumenta os espaços para violações de

direitos humanos”, afirma Souza. “Hoje, há consenso, entre pesquisadores e entre policiais, que devemos enfrentar os desafios de uma segurança desmilitarizada.”

A desmilitarização da PM como estratégia para combater as violações de direitos humanos foi defendida pelas con-

“Quem fez terrorismo foi o Estado”

Rose Nogueira, jornalista



Fui presa diretamente pelo Dops, delegado Fleury, em 1969. Passei por tantas outras coisas horríveis, mas a maior foi a separação do meu filho, que tinha um mês de idade. Como eu tinha leite no peito, eles me chamavam de Miss Brasil [nome de uma vaca premiada na época] ou de vaca terrorista. Era uma sujeira. Fiquei quase 50 dias no Dops sem tomar banho, sangrando e com leite escorrendo.

Como consequência das torturas, nunca mais pude ter filhos, porque tive uma infecção puerperal.

A *Folha da Tarde*, que era a minha empregadora, foi informada sobre onde eu estava, mas me deu abandono de emprego, embora eu estivesse em licença-maternidade.

Desde que saí da prisão, resolvi ser defensora dos direitos humanos. Temos de lembrar que luta de resistência é universal. Está na Bíblia, está na Carta dos Direitos do Homem da Revolução Francesa e da Revolução Americana, na Carta da ONU de 1948, na Convenção de 1993, etc. Resistir à tirania é um dos direitos do homem, e foi o que fizemos. Quem fez terrorismo foi o Estado brasileiro e quem fez luta armada foi a ditadura contra o governo brasileiro. Nós fizemos a luta de resistência.

Trechos de depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em 17/9/12

ferências nacionais de Direitos Humanos, em 2008, e de Segurança Pública, em 2009, bem como pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano passado.

“São pessoas hipócritas que vêm falar da violência policial. É uma baita

injustiça o que se faz com a Polícia Militar”, defende o vereador Coronel Paulo Telhada (PSDB), ex-comandante da Rota. Segundo ele, a polícia só usa a violência necessária para responder às ações dos criminosos. “Se a polícia matou 111 no Carandiru foi porque houve confronto”,

diz. Para ele, o mesmo valeu para os crimes de maio de 2006. Telhada, que naquele ano ainda fazia parte da PM, diz que as centenas de mortes ocorreram em trocas de tiros. “Quem fala em execução é gente que nunca sentou a bunda numa viatura”, diz. “Quem atira na polícia

NOMES DA REPRESSÃO

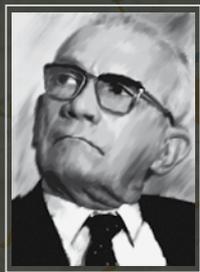
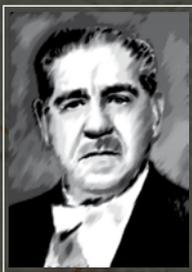
Algumas das localidades de São Paulo que homenageiam nomes ligados à ditadura

Avenida General Golbery do Couto e Silva (Vila Leopoldina)
GOLBERY DO COUTO E SILVA (1911-1987) foi um dos principais ideólogos do regime militar

Rua Doutor Sérgio Fleury (Grajaú)
SÉRGIO PARANHOS FLEURY (1933-1979) chefiou o Dops, palco de várias torturas

Rua Henning Boilesen (Jaguaré)
O empresário HENNING ALBERT BOILESEN (1916-1971) financiava a repressão e participava de sessões de tortura

Elevado Presidente Artur da Costa e Silva (Minhocão)
Em 1968, ARTUR DA COSTA E SILVA (1899-1969) baixou o AI-5, ato que transformou o País numa ditadura sem disfarces





Procuradora Eugênia Augusta depõe na Comissão da Verdade Vladimir Herzog

vai morrer. Se o cara está atirando em mim, eu acerto na cabeça dele. Aliás, sou bom nisso. Fiz muito”, conta, rindo.

Para Telhada, não faz sentido falar em herança da ditadura militar no comportamento atual da polícia. “Se existe ranço de 64, não é da polícia. Hoje, na Polícia Militar do Estado de São Paulo, não tem um só policial que tenha trabalhado na ditadura militar”, afirma. A missão da polícia, segundo ele, sempre foi defender a população e combater o crime. “A Rota foi criada para combater o crime organizado, que nos anos 70 era o pessoal de esquerda, que assaltava banco, sequestrava, matava”, compara. O coronel afirma que há hipocrisia, também, nas críticas à ditadura: “A imprensa, por exemplo, apoiou 100% o golpe de 64 e hoje dá uma de João sem braço”.

CÃES DE GUARDA

A comissão que leva o nome de Vladimir Herzog também analisou as relações entre os crimes da ditadura e a imprensa. “O golpe militar e a dita-

dura que se seguiu pós 64 foram uma ‘parceria’ civil-militar que teve nos áulicos empresários da grande imprensa seus ‘cães de guarda’”, afirma o relatório. Trajetórias de luta pela liberdade de expressão, como a de Herzog, foram mais raras do que a maioria das empresas jornalísticas gosta de admitir. “Muito se fala da resistência que a imprensa teve à ditadura militar. Se essa resistência ocorreu, foi por parte de alguns jornalistas, porque a grande imprensa colaborou fortemente com o processo que se inicia em 31 de março”, afirmou, em depoimento à Comissão, a historiadora Beatriz Kushnir, autora de uma tese de doutorado pela Universidade de São Paulo (USP) que deu origem ao livro *Cães de Guarda*.

Em vez de resistência, o que existiu, segundo a autora, foi um acordo entre as principais empresas jornalísticas e o Estado autoritário. Ela lembra que muitos dos censores que atuavam para a ditadura eram jornalistas, e que muitas vezes a proibição de divulgar uma informação não vinha do governo, mas dos proprietários dos veículos.

A composição da Comissão Municipal da Verdade:

1ª fase

11/4/2012 até o final do ano

(Resolução nº 879/2012)

Presidente: Ítalo Cardoso (PT)

Relator: Eliseu Gabriel (PSB)

Vice-presidente: Gilberto Natalini (PV)

Demais integrantes:

Aguinaldo Timóteo (PR), Jamil Murad (PC do B), José Rolim (PSDB), Juliana Cardoso (PT)

2ª fase

6/3/2013 até 16/5/2014

(Resolução nº 2/2013)

Presidente: Gilberto Natalini (PV)

Relator: Mario Covas Neto (PSDB)

Vice-presidenta: Juliana Cardoso (PT)

Demais integrantes:

José Police Neto (PSD), Laércio Benko (PHS), Ricardo Young (PPS), Rubens Calvo (PMDB)

AS PROPOSTAS

Conheça parte das propostas apresentadas no relatório da primeira fase da **Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog:**

À CMSP:

- » Produzir legislação que permita mudar nomes de ruas que homenageiam personalidades da ditadura

Às comissões da verdade:

- » Solicitar ao Congresso a elaboração de um estatuto de sepultamento, exigindo uso de exames de DNA e outros meios na identificação dos cadáveres de indigentes
- » Criar comissões de estudo para propor uma reformulação das polícias

À Prefeitura de São Paulo:

- » Terminar a identificação das ossadas de Perus e dar destinação final às ossadas no Cemitério do Araçá
- » Tombamento do antigo espaço do DOI-Codi, na Rua Tutoia

Ao Governo de São Paulo:

- » Transferência do Instituto Médico Legal para a Secretaria da Saúde
- » Retirada das acusações das fichas de antecedentes de ex-presos políticos



Para o vereador **Coronel Telhada**, “se existe ranço de 64, não é da polícia”

“Se vocês pesquisarem nos acervos da Censura de Diversões Públicas do Estado de São Paulo, no Arquivo Nacional de Brasília, vão encontrar uma correspondência entre Victor Civita (fundador da Editora Abril) e o diretor da Polícia Federal, mostrando que um funcionário da Abril foi a Brasília ajudar os censores a melhor censurar”, contou a historiadora. O principal exemplo de colaboracionismo com o regime militar analisado por Beatriz foi o do grupo Folha de S.Paulo, especialmente a Folha da Tarde, tão alinhada com os militares que ganhou o apelido de “Diário Oficial da Oban”.

A *Folha da Tarde* era considerada “o jornal com maior tiragem”, por causa da quantidade de “tiras” que passou a empregar como jornalistas, andando armados pela redação. As manchetes pregavam “amor, fé e orgulho” no regime e chamavam os opositores de “assassinos e inimigos do povo”. Notícias sobre a mor-

te de ativistas políticos eram publicadas na *Folha da Tarde* quando eles ainda estavam vivos. Ivan Seixas conta que, nos dias em que era torturado com a família no DOI-Codi, teve certeza de que os militares iriam matar seu pai quando leu no jornal a notícia sobre a morte de Joaquim.

Denúncias de militantes afirmam que a colaboração do grupo Folha com a ditadura ia além das páginas do jornal: a empresa é acusada de ceder carros para emboscadas da Oban e, posteriormente, do DOI-Codi. Em depoimento à Comissão Municipal da Verdade, em 24 de abril deste ano, o ex-delegado da Polícia Civil Cláudio Guerra contou que o proprietário do jornal, Otávio Frias de Oliveira, “visitava o Dops e era amigo do Fleury”.

Procurada pela **Apertes**, a assessoria de imprensa da editora Abril afirmou que não iria se pronunciar sobre o assunto. No caso da *Folha*, a versão da empresa sobre sua atuação no período ditatorial está no livro *Folha Explica a Folha* (Publifolha, 2012), da jornalista Ana Estela de Sousa Pinto. O livro confirma várias acusações feitas contra o grupo, mas põe algumas nuances. Segundo a obra, notícias falsas sobre mortes de militantes, como a de Joaquim Seixas, não foram divulgadas apenas pela *Folha da Tarde*: todos os jornais do período publicaram a versão oficial do governo. Carlos Caldeira, sócio de Frias na *Folha*, “tinha afinidade com integrantes do regime militar e era amigo do coronel Erasmo Dias”. No caso de Otávio Frias, segundo Ana Estela, a família do empresário passou a ser escoltada por delegados do Deops após ser ameaçado pela Aliança Libertado-

ra Nacional (ALN), grupo armado de oposição à ditadura. Sobre o empréstimo de carros para Oban e DOI-Codi, “a direção não nega a possibilidade de a colaboração ter ocorrido, mas sem o conhecimento da empresa”.

CRIME E CASTIGO

Após o final da CPI de Perus, parentes de desaparecidos procuraram o Ministério Público Federal para forçar o Estado a retomar os trabalhos de identificação das ossadas, que estavam paralisados. Conversando com as famílias, os procuradores descobriram que elas queriam mais. “Entendemos que eles não queriam do Ministério Público apenas identificação de ossadas, queriam justiça”, relembra a procuradora Eugênia Augusta Gonzaga Fávero. Pesquisando o tema, ela descobriu que “nunca houve no Brasil



Kushner: “jornais foram porta-vozes e cúmplices da ditadura”



“Parecia um hospício, não um quartel”

Gilberto Natalini,
vereador

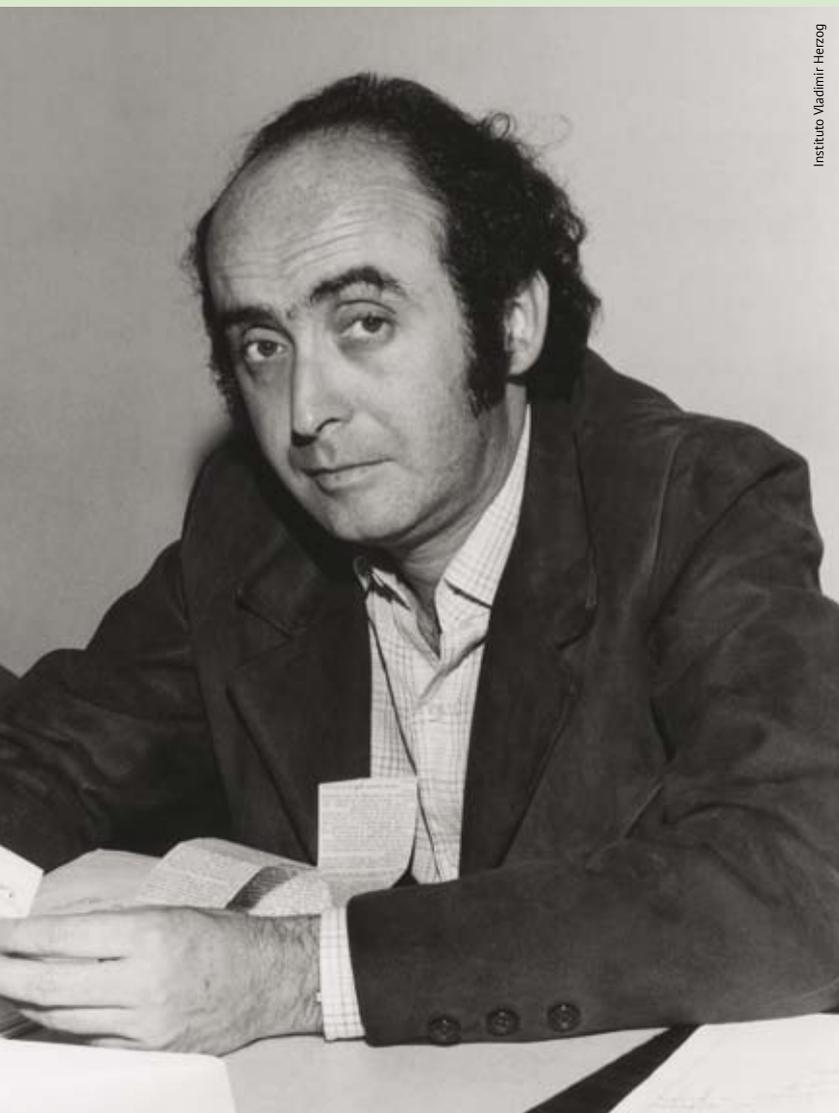
Entrei na Escola Paulista de Medicina em 1970. Não tinha ainda completado 17 anos. Organizei-me com outros estudantes que lutavam para conquistar determinadas prerrogativas que tinham sido tiradas do movimento estudantil. Em 1972, fui preso. Agrediram meu avô e minha avó, que intervieram para me defender. Eles agrediram até um tio paraplégico, tadinho; andava de muletas.

Fiquei vários meses no DOI-Codi e fui muito torturado. Fui um dos que tiveram a honra e a satisfação de apanhar pessoalmente do Coronel [Carlos Alberto Brilhante] Ustra [comandante do DOI-Codi entre 1970 e 1974]. Durante uma noite inteira me colocou nu em cima de duas latinhas de leite Ninho, com os fios de choque ligados no corpo. Jogavam água com sal na gente e metiam choque em cima. Ele me bateu com uma vara de um cipó chamado gurumbumba, que dá até nó, mas não quebra. Ele me bateu durante horas e mais horas naquela noite e eu nunca mais me esqueci disso. Chamavam os soldados de plantão para me verem apanhando e me faziam declamar poesia, juras ao Exército brasileiro. Na verdade, parecia um hospício, não parecia um quartel de Exército da minha Pátria.

Fui absolvido por unanimidade no Tribunal Militar. Não havia nenhuma prova de nada contra mim. Perguntei ao coronel que presidiu o inquérito: “Coronel, e tudo o que eu sofri no DOI-Codi?” Ele disse: “Aqui o senhor não reclama muito, senão a gente manda o senhor de volta para experimentar mais um pouco”.

Trechos de depoimento à Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog, em 12/7/12

“A arma de Herzog era a caneta”



Instituto Vladimir Herzog

A morte do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, marcou o início do fim da ditadura brasileira. Diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura, ele havia se apresentado um dia antes na sede do DOI-Codi, atendendo a uma intimação para esclarecer suas ligações com o Partido Comunista. Ali, foi torturado até a morte. O jornalista era casado com a publicitária Clarice Herzog, com quem teve dois filhos, Ivo e André.

Os militares divulgaram que Vlado havia se suicidado, e tiraram uma foto do seu corpo enforcado para corroborar a armação. Seis dias após a morte, um ato ecumênico na Catedral da Sé, celebrado pelo cardeal Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henry Sobel e pelo pastor protestante James Wright, reuniu cerca de 8 mil pessoas. Foi o começo de uma onda de protestos que acabaria levando o presidente Ernesto Geisel a intensificar o processo de abertura política.

Nascido na Croácia, então parte da Iugoslávia, em 27 de junho de 1937, Vlado veio para o Brasil com cinco anos, junto com os pais que fugiam do nazismo. Formou-se em filosofia na USP e começou no jornalismo como repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Após o golpe de 1964, mudou-se com Clarice para a Inglaterra, onde trabalhou na BBC. De volta ao Brasil, em 1968, atuou na revista *Visão* antes de ser chamado para comandar o jornalismo da Cultura.

“Ao contrário de tantos outros que também tomaram, Herzog nunca pegou numa arma. Sua arma de trabalho era uma caneta. Foi com ela que lutou e por conta dessa arma foi assassinado”, afirma o ex-vereador Ítalo Cardoso, presidente da primeira fase da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog. Neste ano, a CMSP promulgou projeto de lei assinado por Ítalo e pelos vereadores Claudinho de Souza (PSDB), Dalton Silvano (PV), José Police Neto (PSD) e Toninho Paiva (PR), que deu o nome de Herzog para a praça situada ao lado do Palácio Anchieta, sede da CMSP.



PM reprime confronto entre **estudantes da USP e Mackenzie** na região central, em 1968

um único procedimento criminal apurando todas essas mortes”. A partir disso, Eugênia e outros procuradores do MPF passaram a mover ações civis e ações penais públicas pedindo a punição de responsáveis por crimes contra a humanidade. Foi em uma dessas ações que a Justiça reconheceu o coronel Ustra como torturador.

O relatório da Comissão Municipal da Verdade apoia a punição aos crimes da ditadura e defende que a Lei de Anistia, de 1979, criada para perdoar os crimes políticos, não pode ser usada para encobrir violações praticadas pelo Estado. “Agente de um Estado que sequestra, tortura, estupra, mata presos políticos, não está cometendo nenhum crime político, ele está cometendo um crime comum”, afirma o relatório.

A punição para os crimes de hoje só pode vir com a punição dos crimes de ontem. É o que Kathryn Sikkink, especialista em direitos humanos da Universidade de Minnesota, aponta em seu livro *The Justice Cascade*, que analisou o impacto da redemocratização em cem nações, entre os anos de 1980 e 2004.

“Países que processaram os responsáveis pelas violações de direitos humanos, como Argentina e Chile, registraram os maiores avanços nos direitos humanos, enquanto países como o Brasil, que não fez os líderes autoritários prestarem contas de seus atos, têm os níveis mais altos de violência”, afirma a autora em artigo no *The New York Times*.

Para a militante Débora Maria da Silva – que fundou o grupo Mães de

Maio, de combate à violência policial, após o assassinato do filho, em maio de 2006 – a violência impune não para nunca de produzir mortes. À **APARTES**, ela afirmou que “se os crimes da ditadura tivessem sido punidos, os crimes de maio de 2006 não teriam ocorrido. Se os crimes de maio de 2006 tivessem sido punidos, os grupos de extermínio não estariam matando hoje nas periferias”. 

SAIBA MAIS

Livros

Vala Clandestina de Perus: Desaparecidos Políticos, um Capítulo não Encerrado da História Brasileira. Vários autores. Instituto Macuco, 2012.

Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Beatriz Kushnir. Boitempo, 2004.

Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. Jacob Gorender. Perseu Abramo, 1987.

Filmes

1964 – Um Golpe Contra o Brasil. Alípio Freire. 2013.

A Noite que Durou 21 Anos. Camilo Tavares. 2013.

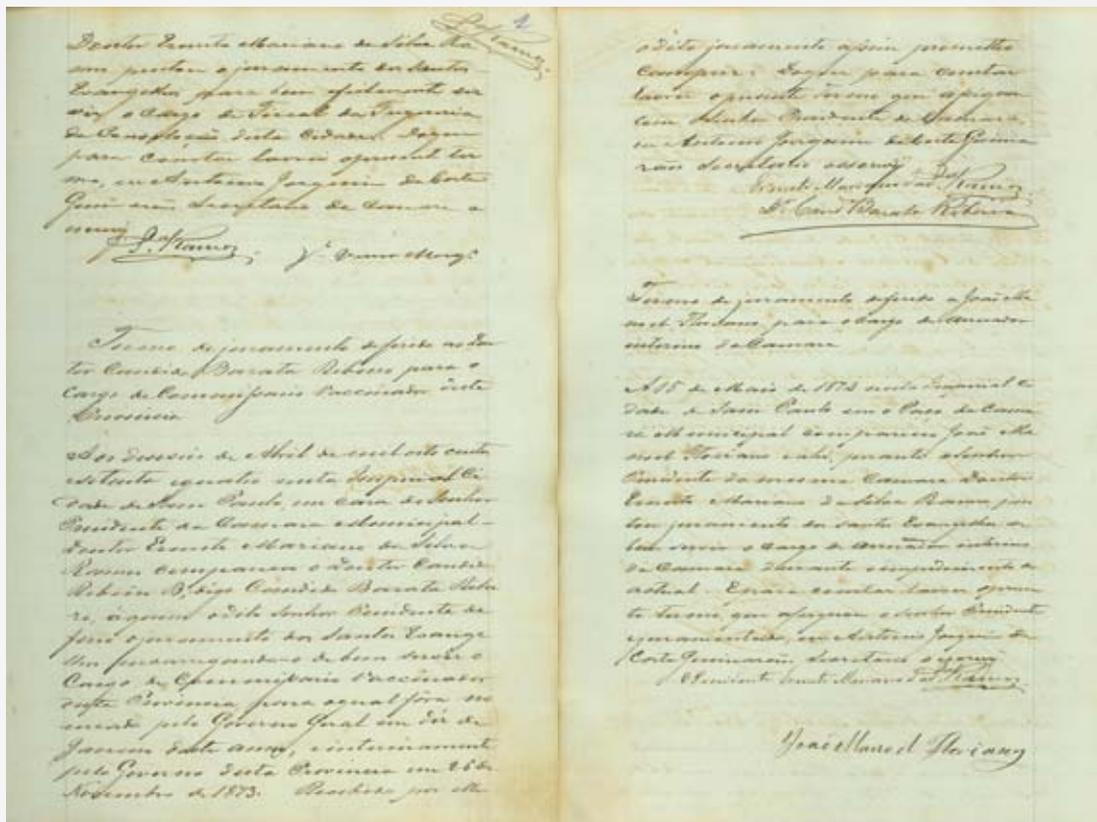
O livro na foto registrou os termos de juramentos feitos na Câmara Municipal de São Paulo por autoridades e outros servidores que prestaram serviços na capital paulista entre 1873 e 1930.

Um dos juramentos do livro é do médico e político baiano Cândido Barata Ribeiro, nascido em 11 de março de 1843. Ribeiro foi nomeado comissário vacinador da Província de São Paulo em 1874.

Ribeiro lutou pela abolição da escravidão e teve grande atuação na campanha pelo regime republicano no Brasil. Tornou-se prefeito do Distrito Federal (na época, Rio de Janeiro) em 1892 e, no ano seguinte, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Em 1899, foi eleito senador pelo Distrito Federal.

Faleceu em 10 de fevereiro de 1910, na cidade do Rio de Janeiro, sendo sepultado no Cemitério de São João Batista.

Fonte: Supremo Tribunal Federal



Abaixo, a transcrição* do termo de juramento assinado por Barata Ribeiro:

“Termo de juramento deferido ao Doutor Cândido Barata Ribeiro para o cargo de Comissário Vacinador desta Província.

Aos dezesseis de abril de mil oitocentos setenta e quatro nesta Imperial Cidade de São Paulo, em casa do Senhor Presidente da Câmara Municipal – Doutor Ernesto Mariano da Silva Ramos compareceu o Doutor Cândido Ribeiro B, digo Cândido Barata Ribeiro, a quem o dito Senhor Presidente deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-o de bem servir o cargo de comissário vacinador desta Província, para o qual fora nomeado pelo Governo Geral em dez de janeiro deste ano, e interinamente pelo Governo desta Província em 26 de novembro de 1873. Recebido por ele o dito juramento assim prometeu cumprir. Do que para constar lavrei o presente termo que assinou com o Senhor Presidente da Câmara, eu Antônio Joaquim da Costa Guimarães Secretário o escrevi.

Ernesto Mariano da Silva Ramos.
Cândido Barata Ribeiro”

* A grafia foi atualizada.



SEM DONO, SEM DOCUMENTO

Quantidade de **animais soltos na capital** é grande, mas desconhecida, e **abrigo do CCZ** opera com capacidade máxima

Sândor Vasconcelos

sandor@camara.sp.gov.br

Existe uma população abandonada nas ruas de São Paulo que não se manifesta, mas sofre com maus tratos, falta de alimento, doenças e outros problemas. Algumas notícias apontam cerca de dois milhões de desamparados, mas não existe número exato oficial. Esses desabrigados são os animais largados na capital paulista, principalmente cães e gatos.

A maior dificuldade para se chegar a um número preciso é saber se o animal que está na rua tem dono, se foi abandonado ou simplesmente fugiu. O próprio conceito de abandono também é controverso, já que muitos bichos recebem cuidados e vivem bem, soltos nos espaços públicos.

“É arriscado dizer se são abandonados, pois nada comprova”, afirma a médica-veterinária Ana Claudia Furlan Mori, gerente do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), ligado à Secretaria de Saúde de São Paulo. Segundo ela, a população estimada de animais domésticos com lar na capital paulista supera três milhões. “Muitos dos que são vistos nas ruas podem ter casa”, observa Mori.

Seja qual for o número, o certo é que os bichos que perambulam pelas ruas paulistanas podem causar transtornos, como acidentes ou ataque a pessoas, e transmitir doenças como raiva, toxoplasmose e sarna. “Não existe problema em São Paulo que não tenha grandes dimensões”,

CERCA DE **400 CÃES**
E **100 GATOS** LOTAM
O ABRIGO DO **CCZ**
PAULISTANO



Mozart Gomes/CMSP

avalia Ana Claudia Mori. “E os animais soltos em vias públicas são um”, completa. Segundo a veterinária, “a proporção é a mesma de outros municípios de grande e médio portes, é um problema nacional”.

A gerente do CCZ paulistano acredita que os grandes culpados pela situação são os donos irresponsáveis, que “um dia resolveram ter um animal, propuseram-se a vacinar, dar ração, levar para passear, mas não conseguiram dar conta e simplesmente abriram a porta para o bicho ir embora”.

Vanice Orlandi, presidenta desde 2005 da União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), entidade mais antiga do Brasil a atuar na área, culpa também a postura dos comerciantes de animais pelo alto número de abandonos. “Entregam para quem puder pagar, não querem saber o que farão com o bicho”, aponta Orlandi. “Estão livres para aumentar o problema e induzem as pessoas a adquirir os animais, como se vendessem carros”, lamenta. Segundo a presidenta, a Uipa, que realiza adoção dos bichos que recolhe, procura conscientizar o futuro dono sobre o grande trabalho que dá um animal de estimação. “Fazemos o papel de advogado do diabo”, compara.

DEVERES ESTIPULADOS POR LEI

Quem deseja ter um animal de estimação em São Paulo deve ter consciência de que existem responsabilidades estabelecidas pela lei 13.131/2001, do vereador Roberto Tripoli (PV). Esta norma obriga que todo cão ou gato, primeiramente, possua o Registro Geral Animal (RGA),

SACRIFÍCIO É PROIBIDO

Foi-se o tempo em que os donos de bichinhos de estimação tinham pavor só de ouvir a palavra “carrocinha”. Em 2008, foi sancionada a lei estadual nº 12.916/2008, do deputado Feliciano Filho, do Partido Ecológico Nacional (PEN), que proíbe a eliminação de cães e gatos em todo o território de São Paulo.

Graças à lei, os CCZs, carrocinhas, canis públicos e congêneres do Estado são proibidos de sacrificar animais sadios, sendo permitida a eutanásia apenas em animais que apresentem doenças incuráveis ou que coloquem em risco a saúde pública.

Após aprovação da lei municipal 13.943/2004, de autoria do vereador Roberto Tripoli, o CCZ paulistano também é proibido de enviar animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

cujo número deve ser usado permanentemente preso à coleira.

Caso o animal não seja registrado, seu dono pode ser intimado pela administração municipal para que providencie o RGA no prazo de 30 dias. Se mesmo assim não fizer, recebe multa de R\$ 20 por bicho sem registro. Há, também, obrigação de manter as vacinas em dia, providenciar alo-

jamento adequado e responder civil e penalmente pelos atos do animal, entre outras.

A lei 13.131/2001 ainda proíbe que se abandonem animais em vias e logradouros públicos e privados. A multa é de R\$ 500 por bicho deixado nas ruas. Considera-se abandono o ato intencional de deixar o animal desamparado e entregue à própria sorte. Portanto, a perda do bichinho não é punida.

A mesma lei trata de sanções relativas a maus-tratos contra animais, quando comprovados por agente sanitário municipal. Quando essa situação é diagnosticada, o proprietário tem um prazo para resolver a irregularidade. Caso não faça, recebe multa prevista na lei federal 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais) e pode perder a posse do bicho.

Simone Brandão, da Coordenadoria Especial de Proteção a Animais Domésticos de São Paulo, reconhece a dificuldade de se denunciar os casos de abandono. “Como estar no mesmo local e momento em que a pessoa abandonou?”, aponta. Ela orienta que tais ocor-

rências sejam comunicadas à Polícia Militar, pelo 190, ou a outras autoridades públicas. No site www.uipa.org.br/como-denunciar há orientação para a elaboração de denúncias.

Vanice Orlandi, presidenta da Uipa, aponta também a dificuldade de associar o animal abandonado à pessoa responsável pelo ato: “Se você abandonar, não tenho como chegar até você e fazer com que responda”. Ela conta que em alguns países, como a Itália, os animais são microchipados e, se abandonados, a pessoa paga uma multa alta e responde a processo. “Aqui, caso de mandar até a placa do veículo que abandonou e não fazem nada”, lamenta a presidenta.

Sobre a atuação do Poder Público, Orlandi acredita que deveria haver uma política mais eficiente de esterilização para diminuir, de fato, a população. “Temos algumas coisinhas, mas é tudo paliativo”, reclama. Para ela, a questão de bichos largados nas ruas é gravíssima em São Paulo, e nem a Prefeitura sabe exatamente os números. Outro agravante, segundo ela, é que não há campanha educativa



Fábio Jr. Lazari/CMSP

ANA CLAUDIA MORI, GERENTE DO CCZ DE SÃO PAULO, CONDENA OS DONOS IRRESPONSÁVEIS

SAIBA COMO TIRAR O REGISTRO GERAL ANIMAL (RGA)



Local: CCZ (Rua Santa Eulália, 86, Santana) ou estabelecimento veterinário credenciado (lista disponível no www.prefeitura.sp.gov.br/zoonoses)

Documentos: CPF, RG e comprovante de residência do proprietário.

Atestado de vacina contra raiva emitido e assinado por veterinário ou comprovante do CCZ expedido há no máximo 12 meses

Taxa: R\$ 4,50

* O RGA é obrigatório por lei na cidade de São Paulo



Mozart Gomes/CMSP

ANIMAIS DE
INTERESSE
ECONÔMICO
ABANDONADOS, COMO
OS **EQUINOS**, SÃO
RECOLHIDOS PELO CCZ

para que as pessoas deixem de comprar animais e esterilizem os que já possuem.

“Outro dia, tiramos dois cachorros de pessoas que ficavam batendo na cara dos bichos na rua”, conta Orlandi, que questiona: “Eram de raça, disseram que ganharam de ‘uma dona do Pacaembu’. Como é que se chega a essa dona?”. “Não existe das autoridades vontade de punir o abandono”, denuncia.

Em relação às campanhas de educação, a Prefeitura de São Paulo possui, desde 2001, o projeto Para Viver de Bem com os Bichos (PVBB), realizado em ins-

tuições de ensino municipais. O PVBB é resultado de parceria entre a Coordenação de Vigilância em Saúde (Covisa), o CCZ e a Secretaria de Educação. A proposta do programa é fornecer subsídios para que os profissionais de educação trabalhem com os alunos temas relacionados aos animais de estimação, meio ambiente saudável e fauna sinantrópica (animais que se adaptaram à vida com os humanos, como ratos, abelhas e aranhas).

O projeto utiliza palestras, vídeos e a experiência dos técnicos do CCZ, que levam aos participantes do curso

informações sobre posse responsável de bichos de estimação, orientações sobre prevenção de agressões por parte desses animais e as principais doenças transmitidas. Em relação aos sinantrópicos, aborda as formas de controle e manejo ambiental adequado e prevenção de acidentes.

“Na Uipa, fazemos um trabalho para diminuir a chance de o dono abandonar o animal e alertamos que, se não o quiser mais, deve trazer para nós”, esclarece Orlandi. Ela conta que alguns bichos são devolvidos três anos depois da adoção. Existe, também, quem queira largar seu cachorro ou gato na entidade e, segundo Orlandi, às vezes até a polícia é acionada.

BICHO SOLTO

Ainda segundo a lei 13.131/2001, os cães e gatos soltos nas ruas devem ser recolhidos. Os donos dos registrados são chamados ou notificados para retirá-los no prazo de cinco dias. Já os não identificados devem ser mantidos no CCZ.

Na prática, apenas os animais que colocam em risco a saúde da população ou que tenham sido atropelados, por exemplo, são apreendidos pelo CCZ. “A estrutura física é limitada e nada justifica recolher um animal apenas porque está na rua”, explica Ana Claudia Mori, gerente do órgão. Atualmente, cerca de 400 cães e 100 gatos estão alojados no CCZ e ficam lá até serem adotados

ou morrerem. Os animais resgatados serão castrados, vacinados, desverminados e microchipados.

Devido a essa limitação, a gerente orienta quem encontra um animal nas ruas a tentar verificar a real situação do mesmo, se realmente não tem dono ou responsável. “De qualquer forma, se um bicho de pequeno porte está solto e não representa risco, não recolhemos”, esclarece Mori.

No caso de animais de grande porte, como equinos e bovinos, quando o CCZ recebe denúncias de maus tratos ou abandono em via pública, investiga a situação e, caso seja comprovada a crueldade, recolhe e envia para a Associação Paulista de Auxílio aos Animais (Apa), Organização Não-Governamental (ONG) conveniada cuja função é dar destinação a esses animais, qualificados como de interesse econômico. “Já houve ocorrência de suíno solto na Avenida 23 de Maio, de touro na Marginal do Pinheiros”, relembra a gerente do CCZ.

A Uipa também recolhe cães e gatos desamparados, mas devido ao grande número de pedidos, existe uma triagem. “Um animal que tenha dono, que esteja, de certa forma, amparado, será preterido em favor de uma fêmea que está para parir na rua ou de um cachorro atropelado”, explica Vanice Orlandi, presidente. Atualmente, a Uipa abriga cerca de 400 gatos e 800 cães, cujo consumo mensal de ração chega a R\$ 20 mil.

Os animais feridos resgatados recebem tratamento e ficam disponíveis para adoção. “Já pegamos baleados, arrastados por

HOSPITAL GRATUITO
OFERECE ATENDIMENTO
GERAL E ESPECIALIZADO,
ALÉM DE **CIRURGIAS**
E SERVIÇO DE IMAGEM



Marcelo L.X./CMSP



Marcelo L.X./CMSP



Marcelo L.X./CMSP

LEANDRO ALVES,
ANESTELOGISTA:
“O QUE ME ENCANTOU PARA TRABALHAR AQUI FOI PRESTAR SERVIÇO GRATUITO E DE QUALIDADE”

veículos, queimados e com problemas de comportamento porque foram submetidos a maus tratos”, revela Orlandi. Para lidar com os bichos muito agressivos, a entidade possui adestradores voluntários. A Uipa possui a clínica mais antiga do Brasil, com cinco veterinários que atendem aos cães e gatos recolhidos e clientes particulares, de segunda a sábado, das 9h às 17h. A consulta custa R\$ 60 e o valor é revertido para benefício dos animais cuidados pela entidade, que se mantém, também, graças à contribuição mensal de associados.

HOSPITAL GRATUITO

Desde 2012, está em funcionamento no bairro do Tatuapé, zona leste paulistana, o primeiro Hospital Veterinário Gratuito, para atendimento a cães e gatos. O serviço é voltado, prioritariamente,

a animais de abrigos ou cujos proprietários tenham baixa renda e estejam cadastrados em programas sociais, como Renda Mínima e Bolsa Família. Atendem-se, também, aos animais abandonados ou feridos recolhidos pelo CCZ.

O hospital foi viabilizado mediante verba específica no Orçamento proposta pelo vereador Roberto Tripoli, no valor de R\$ 10 milhões, sendo R\$ 7,2 milhões para o funcionamento do hospital no primeiro ano. Para o atendimento, foi realizado um convênio entre a Prefeitura e a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais (Anclivepa-SP).

De acordo com Simone Brandão, da Coordenadoria Especial de Proteção a Animais Domésticos, ligada à Secretaria Municipal de Saúde, são distribuídas 30 senhas todos os dias da semana, às 7h. A fila começa a se formar, geralmente, às 2h. O hospital funciona das 7h às 18h, e todas as emergências são



Marcelo L.X./CMSP

TODOS OS DIAS,
SÃO DISTRIBUÍDAS
30 NOVAS
SENHAS PARA
PROPRIETÁRIOS
DE **CÃES** E
GATOS



Marcelo L.X./CMSP

PROCEDIMENTOS DE
ORTOPEDIA E
ONCOLOGIA SÃO
OS MAIS COMUNS



Marcelo L.X./CMSP

ESTRUTURA DO
HOSPITAL VETERINÁRIO
INSTALADO NO TATUAPÉ
É COMPARÁVEL À DAS
CLÍNICAS PARTICULARES

Vida dedicada aos gatos



Por voltas das 20h30, no Parque da Aclimação, zona sul de São Paulo, ouvem-se os chamados: “Fraili, Capuccino, Ianque, Benjamim...”. Os gatos vão surgindo e sabem que a refeição chegará em breve. A responsável pela satisfação dos cerca de 50 felinos que vivem no local é Jacy Lins, que há quatro anos dá de comer a eles.

Jacy é tecnóloga autônoma e trabalha na área de construção civil. Vegetariana há 20 anos e vegana (não consome nada que tenha origem animal – carne, ovo, gelatina, couro, etc.) há mais de oito, é vizinha do parque e vive com três gatos que recolheu após serem atropelados. Sempre gostou de cuidar de animais, “desde cachorro até tartaruga”, segundo ela. Assumiu o compromisso diário porque, alimentando os bichanos no próprio parque, diminuiu a necessidade de irem buscar alimento em outros lugares, o que os deixava mais expostos a perigos.

Além dos gatos do parque, Jacy também assiste os que vivem nas ruas próximas. “Tinha de fazer algo, sentia um peso na consciência de gastar meu dinheiro com bobagem, sabendo que algum bicho passava necessidade”, justifica Jacy. E a conta é alta: somente com ração, são quase R\$ 2 mil por mês. Mais as castrações (ao custo de R\$ 70 cada) e consultas veterinárias (R\$ 90 cada).

Apesar de saber que alguns serviços são disponibilizados gratuitamente pelo CCZ, Jacy esbarra na falta de um meio para levar os bichos. Por isso e pelo comportamento selvagem de alguns, nem todos os gatos do parque são castrados e vacinados. Para amenizar o problema, a cuidadora acha que deveria haver mais mutirões públicos de castração. “Num parque deste tamanho, nunca vi uma campanha aqui”, critica.

Para dar conta praticamente sozinha do cuidado com os felinos, a rotina de Jacy começa às 7h30 e termina de madrugada, por volta das 3h. “Às vezes, fico até 2 horas da manhã nas ruas”, revela. A cuidadora conta com alguns amigos para distribuir a ração no parque, mas o auxílio é esporádico. “Já espalhei panfletos pedindo ajuda, pois às vezes fico sem trabalho, mas é difícil alguém colaborar”, lamenta. “O que mais preciso é ração e serviços veterinários”, explica.

O grande sonho de Jacy é ter uma fazenda para viver com todos os gatos abandonados de sua vizinhança. Até que se realize, ela segue sua missão de cuidar dos bichinhos no parque. E nem pensa em levá-los para um abrigo. “Eles são felizes aqui, sobem em árvores, têm a vida selvagem.” E graças a ela, têm quem zele por eles. Todos os dias.

atendidas. Os cerca de 50 veterinários que formam a equipe atualmente são pós-graduados, alguns têm mestrado e doutorado.

Leandro Alves, veterinário há seis anos, é anesteologista do hospital e participou da primeira cirurgia da instituição, feita em um cachorro. Segundo ele, o total de atendimentos diários chega a 200, incluindo as novas senhas diárias, casos de emergência e os retornos.

O primeiro atendimento, onde é feita a triagem, acontece na Rua Professor Carlos Zagotis. O proprietário passa por entrevista com assistente social sobre sua condição socioeconômica. O paciente é encaminhado para o prédio principal, na Rua Serra do Japi, para um clínico-geral ou um especialista em ortopedia, dermatologia, oftalmologia, odontologia e clínica cirúrgica. Também são realizadas cirurgias ortopédicas e de tecidos moles, exames laboratoriais e tratamento de oncologia. Há, ainda, um serviço de imagem, com raios X e ultrassom. Os atendimentos mais comuns, segundo Leandro, são ortopédicos e oncológicos.

Desde a inauguração o hospital recebe grande demanda. As reclamações a respeito da demora no atendimento começaram a aparecer. Segundo Alves, a espera por uma cirurgia de mama chegava a 90 dias. A equipe decidiu fazer mutirões e, hoje, é capaz de operar os animais após uma semana de espera.

“Como atendemos um público de baixa renda, sabemos da dificuldade que é o transporte até aqui”, explica Leandro. “Não há condição de pagar um táxi ou até mesmo o metrô, pois é proibido carregar animais e a pessoa

tem de escondê-los em uma mochila”, reconhece. Por esses motivos, ele resalta a importância de se fazer o máximo de procedimentos no mesmo dia, evitando os retornos.

Segundo o veterinário, já houve casos de proprietários que chegaram às 23h para pegar senha apenas no dia seguinte. Quando a pessoa não consegue o número para atendimento, é obrigada a voltar em outro dia, sem atendimento preferencial.

Um dos pacientes atendidos pelo convênio com a Anclivepa foi o Manchinha. O gatinho foi entregue por um homem a Iracema Maria Santos, mais conhecida como “Maria dos Cachorros”, sob a seguinte ameaça: “Ou você fica com ele, ou eu o mato”. A protetora não teve escolha. Ficou com o bichinho e o levou para receber os cuidados veterinários.

Mesmo com as dificuldades, Leandro acredita que o serviço prestado é de ponta. “Eu posso fazer aqui as mesmas coisas que faria em um hospital com mais recursos”, avalia Alves. Segundo ele, entretanto, existe também carência de espaço. “Começamos em um prédio, que não deu conta; arrumamos outro e mesmo assim não dá. Para raio X, por exemplo, não conseguimos zerar a fila”, lamenta.

O repasse mensal da Prefeitura de São Paulo à Anclivepa é de, no máximo, R\$ 600 mil e varia de acordo com os procedimentos realizados. Para fiscalizar, a administração tem acesso on-line aos prontuários dos animais que passaram pelo hospital e existe uma pesquisa de satisfação e qualidade, feita por telefone com os proprietários.

VEREADOR
**ROBERTO
TRIPOLI** PRETENDE
CONSEGUIR MAIS
**HOSPITAIS
GRATUITOS**
PARA A CIDADE DE
SÃO PAULO



Mozart Gomes/CMSP



O próximo hospital veterinário, segundo o vereador Roberto Tripoli, está em fase de implantação: “Na administração do prefeito Fernando Haddad, consegui um hospital na zona norte e depois virão outros, em mais regiões da cidade”.

PROBEM

Dos R\$ 10 milhões conseguidos no Orçamento 2012, R\$ 2,8 milhões são para a construção do prédio do Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos (Probem), da Coordenadoria Especial de Proteção a Animais Domésticos.

O Probem foi criado por meio da lei 15.023/2009, também do vereador Tripoli. O objetivo do programa é promover e proteger a saúde de cães e gatos, garantir seu bem-estar e prevenir agravos à saúde pública e ao meio ambiente.

Segundo a coordenadora Simone Brandão, o programa está sendo reestruturado para que seja alavancado o número de adoções e castrações na cidade de São Paulo. O projeto contará com ações voltadas para as comunidades carentes e aldeias indígenas, locais que recebem grande número de animais abandonados. Os bichos serão levados ao CCZ para serem castrados, desverminados, registrados (RGA) e microchipados e, então, devolvidos às comunida-



Mozart Gomes/CMSP



Mozart Gomes/CMSP

ABRIGO DA UIPA, NA MARGINAL DO TIETÊ: ALGUNS ANIMAIS ESTÃO LÁ HÁ DEZ ANOS

RIGISSA E SEU NOVO COMPANHEIRO, PLATÃO: "EU ME APAIXONEI POR ELE"

des. "O programa é grande, precisa de estrutura, pessoal, e a licitação está sendo retomada para finalizar a construção do prédio", explica Brandão.

NA RUA E BEM TRATADO

Uma parcela dos animais soltos em locais públicos de São Paulo recebe cuidados de particulares, por conta própria (veja mais na pág. 60). A iniciativa acaba tornando o cuidador, ou protetor, como alguns se autodenominam, responsável pela permanência do bicho nas ruas.

Ana Claudia Mori, gerente do CCZ, entende a situação dos cuidadores. "Para eles, é muito difícil ver um animal na rua e não se dispor a cuidar", aponta Mori, que completa: "Às vezes, essas pessoas não têm espaço em casa, ou a família não quer o bichinho, então o alimentam na rua, dão vacina. Ele se torna um animal comunitário".

A gerente classifica a situação, entretanto, como conflituosa. "Alguns

gostam do bicho em locais públicos, outros não. O CCZ trabalha com a conscientização para que os cuidadores mantenham o animal saudável e com qualidade de vida". Para ela, a maioria dos animais de rua é bem alimentada, então o CCZ não se posiciona contra a iniciativa dos cuidadores. "A questão é até onde podemos interferir no direito de uma pessoa cuidar do animal que vive em locais públicos".

ADOÇÃO E CUIDADOS

As feiras de adoções também seguem regras em São Paulo, estipuladas pela lei 14.483/2007, do vereador Roberto Tripoli. Segundo a legislação, os eventos não podem acontecer em praças, ruas, parques e outras áreas públicas. Os cães e gatos devem estar esterilizados e vacinados e precisam ter sido submetidos ao controle de parasitas.

O CCZ realiza quatro grandes eventos de adoção no ano. Os interessados também podem ir até o prédio do ór-



gão (Rua Santa Eulália, 86, Santana) de segunda a sexta, das 9h às 17h, e aos sábados, das 9h às 15h. Mais informações sobre adoção estão disponíveis no www.prefeitura.sp.gov.br/zoonoses.

Na sede do CCZ, são disponibilizados serviços gratuitos como castração, vacinação contra raiva e vermifugação. Os animais têm de ser levados ao prédio localizado em Santana e o serviço está disponível durante o horário de funcionamento do Centro. Esses servi-

ços gratuitos também são realizados pelas Supervisões de Vigilância em Saúde (Suvis), localizadas em todas as regiões da cidade. Os endereços das Suvis estão disponíveis no telefone 156 (Serviço de Atendimento ao Cidadão) ou no site www.prefeitura.sp.gov.br.

O CCZ promove mutirões para castração de cães e gatos em áreas prioritárias, com maior número de agressões, menor Índice de Desenvolvimento Humano e maior quantidade de pesso-

as. São feitas parcerias com clínicas e ONGs para execução do serviço.

Quem pretende levar um bichinho para casa pode participar também das feiras de adoção feitas pela Uipa, ir até a sede da ONG (Marginal do Tietê, 3.200) ou escolher o futuro amigo no www.uipa.org.br. Um dos adotados pelo site foi o Platão, que fará companhia a Rigissa Couere. “Entrei no site e me apaixonei por ele, aí mandei um e-mail e hoje estou aqui para levá-lo”, conta



Mozart Gomes/CKSP

A UIPA
SÓ PERMITE
**ADOÇÃO
DE GATOS
PRETOS**
POR PESSOAS
PRÓXIMAS

MEU ANIMAL DE ESTIMAÇÃO MORREU. O QUE FAÇO?

Em São Paulo, existem dois transbordos, áreas que recebem os animais mortos para que sejam incinerados e levados aos aterros sanitários, sem custos. O Transbordo Santo Amaro fica na Rua Miguel Yunes, 480 (fone 5615-1927). O Transbordo Ponte Pequena localiza-se na Avenida do Estado, 300 (fone 3331-2811).

Outras opções são levar o animal para clínicas e hospitais veterinários, que dão a destinação correta, ou para um crematório. Esses serviços particulares são pagos.

A orientação do CCZ é para que jamais os animais mortos sejam enterrados em quintais ou terrenos, ou jogados em locais públicos, pois contaminam os lençóis freáticos. Essa prática pode configurar crime ambiental, passível de pena.

Rigissa, com a alegria estampada no rosto. Há animais que já estão há cerca de dez anos na Uipa e alguns enfrentam problemas de depressão.

Uma medida importante relativa às adoções são os critérios e fiscalização para garantir que o animal terá um bom lar. Na Uipa, o futuro dono passa por uma entrevista para se ter uma ideia sobre qual seria sua reação se o animal, por exemplo, destruísse algum bem. “Também tentamos conscientizar a pessoa de que há despesas e é necessário ter tempo para cuidados”, conta a presidenta, Vanice Orlandi. “A gente tenta investigar e levamos em conta o

histórico do animal”, explica. “Se sofreu, não doamos a uma pessoa que fica o dia todo fora; se a casa não for telada, não doamos gato”, revela.

Após a adoção, é feita uma fiscalização periódica com visitas, na medida do possível. “Alguns adotantes mentem, dizem que têm condição, que vão levar para casa e acabam deixando o bicho trancado em um galpão”, lamenta Orlandi. Outros cuidados também são tomados para proteger os bichinhos: “Gato preto a gente não doa, só se for para uma pessoa muito conhecida”, explica. “Vem gente aqui querendo gato preto em plena sexta-feira 13”. 

SAIBA MAIS

Sites

www.prefeitura.sp.gov.br/zoonoses
www.uipa.org.br

VIDA NOS CORREDORES

Motoboys ajudam a economia da cidade ao agilizar entregas,
mas sofrem acidentes com custo cada vez mais elevado

Gisele Machado

gisele@camara.sp.gov.br

Julho de 2012 era o mês em que Francisco Galdiano Rodrigues da Silva planejou largar a vida de motoboy para tentar um trabalho que pagasse mais, com menos riscos. Ele estava na profissão há oito anos e já tinha guardado dinheiro para quitar a moto. Em 15 de junho daquele ano, fez uma entrega em Santo André e voltava na sua moto pela Rodovia Anchieta, atrás de uma lotação. O veículo saiu abruptamente de sua frente e o deixou de cara com um caminhão parado.

O choque gerou múltiplas fraturas na face – na órbita do olho esquerdo, na mandíbula, no céu da boca e no maxilar –, fratura exposta no braço direito e perda do baço.

Só voltou a ver o mundo, em flashes, no dia 13 de julho, quando saiu do coma. Teve alta 45 dias depois.

Acidentes envolvendo motocicletas, como o de Francisco, há cinco anos já custavam quase R\$ 400 milhões anuais à cidade, além do sacrifício de corpos, vidas e futuros. Quem vive das motocicletas – os motoboys, motofretistas ou motocas – não pode parar. Perdem um membro, fazem adaptações no corpo e voltam ao trabalho, acelerando sempre.

“O cenário é de guerra”, define o professor da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec) Ricardo Barbosa da Silva, autor do livro *Motoboys no Globo da Mor-*



Motociclistas usam os “espaços vazios” das congestionadas ruas paulistanas



A cidade tinha **892 mil** motocicletas em fevereiro de 2013

te: Circulação no Espaço e Trabalho Precário na Cidade de São Paulo. “Muitos dos acidentados são bem jovens, desprotegidos da assistência do governo, e têm de se virar sozinhos”.

Um em cada cinco motociclistas paulistanos atua profissionalmente. Cada um percorre em média, por dia de trabalho, 150 quilômetros. Juntos, os 200 mil motoboys da capital fazem três milhões de entregas diárias e movimentam R\$ 423 milhões por mês, segundo o Sindicato dos Mensageiros, Motociclistas e Ciclistas de São Paulo (SindimotoSP).

A carreira, hoje regulamentada por lei federal, desde a década de 90 dá emprego, principalmente, a jovens excluídos de outras áreas do mercado, impulsiona os negócios de entrega de alimentos ou medicamentos e salva o dia de muitos escritórios. “O empresário, que reclama da moto um pouco mais rápida no trânsito, é o mesmo que chega ao trabalho atrasado e desesperado pelo motoboy, o único que pode salvá-lo quando ele precisa levar

com urgência um documento ao outro lado da cidade congestionada”, costuma dizer o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida Gil, ex-motoboy com quatro acidentes leves no currículo.

O volume de motos segue crescendo na cidade de São Paulo, mesmo com a diminuição no ritmo das vendas. Em fevereiro de 2013, eram cerca de 892 mil unidades nas ruas paulistanas, segundo a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo). No ano passado, o Município ganhou 52 mil motos, número significativo, mesmo abaixo das 68 mil unidades emplacadas em 2011.

O presidente do SindimotoSP acredita que a venda de motos ainda tem fôlego, porque a quantidade de motociclistas deve continuar crescendo. “É um meio de transporte barato, não te prende no trânsito e é uma alternativa ao transporte público”, diz. Gil aposta na crescente dependência do motofrete em São Paulo: “Esse serviço é tão essencial quanto

o dos Correios, só que serve para transportar mais itens – desde comida até equipamentos de informática –, leva as encomendas mais rapidamente e é mais específico, porque tem hora e data”.

Mas a motocicleta é uma boa alternativa ao transporte público? O professor Ricardo Barbosa da Silva acredita que não. “A problemática vivida pelos próprios motoboys tem a ver com a mobilidade geral da metrópole. Enquanto não se resolve esse problema, enquanto não forem criadas soluções para todos terem um trânsito mais humano e até que se estimule o sistema de transporte coletivo para a circulação ser mais consciente, cria-se a necessidade de mais motociclistas”, analisa Silva.

UMA MORTE POR SEMANA

Estudo realizado pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET-SP) comprova a frágil estabilidade das motos. Em mil colisões com morte entre 2006 e 2010, as motocicletas tiveram participação de 31%, embora representassem 13% da frota da cidade de São Paulo. No ano passado, um motociclista paulistano perdeu a vida a cada 20 horas. Embora assustador, esse número já foi pior: em 2011 havia uma morte a cada 17 horas.

Comparativamente, os motoboys são minoria entre as vítimas – as mortes atingem principalmente quem usa a moto apenas como meio de transporte. Segundo a CET, 3,4% dos mortos em acidentes no trânsito paulistano em 2011 eram motofretistas, o que significa uma

morte por semana. “Na cidade de São Paulo, os amadores vão para o trânsito com experiência e maturidade insuficientes e sofrem mais acidentes”, explica o médico Dirceu Rodrigues Alves Júnior, chefe do Departamento de Medicina de Tráfego Ocupacional da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet).

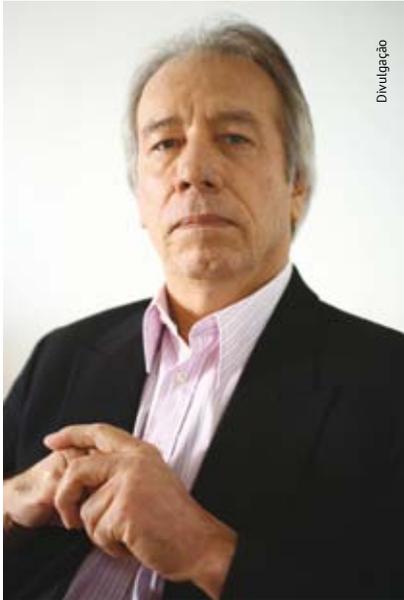
Além do risco de morte, os motociclistas convivem com o fantasma das sequelas. Dados disponibilizados pela Seguradora Líder, atual administradora do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvt), mostram números impactantes sobre invalidez permanente. Entre 2000 e 2011, em todo o País, os pagamentos desse tipo de seguro que resultaram de acidente com moto cresceram 1.378% (de 7.325 para 108.264), enquanto as indenizações por morte entre os motociclistas subiram 134% (de 7.624 para 17.812).

O aumento na quantidade de acidentes com motos fez crescer a quantidade de vítimas de politraumas (fraturas acompanhadas de danos em órgãos). Na última década, o número de pacientes com esse quadro clínico atendidos no Instituto de Ortopedia e Traumatologia (IOT) do Hospital das Clínicas (HC) da USP subiu de 13% para 21%, enquanto as fraturas mais

Gil, presidente do SindimotoSP, aposta que São Paulo vai continuar dependente dos motoboys



Fábio Jr. Lazzari/CMSP



Divulgação

O médico **Dirceu Rodrigues Alves Júnior** acredita que as mortes de motoboys paulistanos voltarão a crescer

complexas cresceram 7%. Segundo o ortopedista Kodi Kojima, do IOT, os dados refletem o aumento da ocorrência de acidentes de moto e de alto impacto, além da maior eficiência nos resgates. “O número de pacientes não variou muito no período. O que notamos foi um aumento da gravidade das fraturas”, disse o ortopedista.

O especialista explica que, há alguns anos, havia mais probabilidade de o acidentado morrer no local do acidente, antes de ter chance de ser socorrido. “O paciente que não teria nenhuma chance hoje consegue chegar ao nosso pronto-socorro, embora sua saúde geral esteja muito comprometida e possua várias fraturas, a maioria delas grave”, diz Kojima.

Se o motoboy Francisco Silva, do início desta reportagem, ficasse mais cinco minutos sem atendimento, não teria sobrevivido por conta da hemorragia interna e da fratura facial, que não o deixava respirar. No período em que ficou em coma, os médicos priorizaram os cuidados para salvar sua vida. As fraturas nos ossos da face e no braço direito ficaram de lado e calcificaram de modo irregular.

Mesmo com sequelas, Silva não perde o bom humor. Diz que enxerga tudo duplo, “como uma televisão antiga”, que não consegue mais colocar os dois braços atrás da cabeça nos “enquadros” da polícia e que só sabe distinguir cachaça de água pelo paladar, já que perdeu o olfato. Ele também ficou com todos os dentes fora de posição e perdeu 16 quilos. Deve voltar a trabalhar quando, enfim, fizer as cirurgias reconstrutoras, ainda não agendadas. Até lá, receberá auxílio da Previdência Social.

Brincadeiras à parte, duas consequências do acidente afetam bastante o motoboy. A primeira é não poder trabalhar. “Conto os segundos para o dia passar”, lamenta. A outra é não se reconhecer no espelho. “Não reconhecia meu corpo quando saí do hospital; antes eu era um cara atlético. Sabe quando você acorda e não se vê bonito? Eu faço isso todo dia.”

O preço de ocorrências como a de Francisco é alto. Levantamento divulgado em 2013 pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo mostra que, em 2011, foram gastos cerca de R\$ 27 milhões com internações de motociclistas, valor 76% superior ao de 2008. Já as

perdas geradas à economia paulistana pelos acidentes de moto somaram R\$ 373 milhões em 2008, segundo dados registrados por Ricardo Silva na tese de mestrado que deu origem ao seu livro.

PROFISSÃO MOTOBOY

Motoboy, desde julho de 2009, é profissão regulamentada no Brasil. As regras para trabalhar com o transporte de mercadorias e outras atividades



Presidente do SindimotoSP mostra **condumoto** e licença da Prefeitura para trabalhar com motofrete

permitidas ao motofretista estão na lei federal 12.009/09. “Esse é o caminho para uma categoria forte, organizada, mais respeitada, com melhores salários e outra visão da sociedade. Com a regulamentação, vem a melhor qualificação dos profissionais”, diz o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida Gil.

Segundo a lei federal e a lei municipal 14.491/2007, do ex-vereador Adolfo Quintas, o motoboy precisa, entre outras exigências, ter pelo menos 21 anos, possuir Carteira Nacional de Habilitação há pelo menos dois na categoria A e ser aprovado em curso de 30 horas/aula regulamentado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran).

De acordo com a legislação, o profissional também precisa ter inscrição no cadastro municipal de condutores capacitados para o transporte de pequenas cargas (Conдумoto), possuir autorização e licença da Secretaria Municipal de Transportes para a motocicleta ser usada em motofrete e ter autorização emitida pelo Departamento Estadual de Trânsito. O veículo precisa ser adaptado e registrado na categoria aluguel. O uso dos equipamentos de segurança é obrigatório pela regulamentação do Contran e pela lei municipal.

O Banco do Povo Paulista, da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, criou uma linha de crédito de R\$ 10 milhões para o financiamento de motos de carga e equipamentos para adaptação dos veículos. Mesmo assim, Gil reclama das taxas para regulamentar e da burocracia: “O profissional chega cedo ao órgão de trânsito e só sai à tarde”. Em fevereiro de 2013, a categoria parou a Avenida Paulista

CONTA ALTA

PREJUÍZO CAUSADO PELOS ACIDENTES DE MOTO NA CIDADE



R\$ 373 MILHÕES
TOTAL

Fonte: Ricardo Barbosa da Silva, com base em estimativa do *Jornal Destak*, a partir de informações da CET e do Ipea (dados de 2008)

VIDA DE PILOTO

Conheça um dia típico de trabalho do **motoboy**

KM INICIAL

9 2 2 7 1



Adriano acorda às 5h45, sai às 7h de casa, em Interlagos, zona sul de São Paulo, e abastece a moto.

Adriano Freire de Sousa, de 37 anos, é motoboy. Já trabalhou em padaria e em restaurante, mas em 2001 resolveu transformar o hobby em ganha-pão. Graças à profissão que tem hoje, comprou a casa onde mora, quitou a moto e está financiando um carro. Adora a adrenalina e a agilidade que a moto proporciona, nunca sofreu um acidente no trânsito, mas o risco que corre nas ruas o faz cogitar um futuro mais tranquilo. “Não penso em mudar de profissão agora, mas quero ter um negócio de motopeças no futuro. Se não for algo com moto, não vou conseguir fazer.”

Adriano ganha de R\$ 1.600 a R\$ 1.800 por mês, já descontando os gas-

tos de até R\$ 400 com a manutenção da moto e combustível. O piso médio salarial de motoboy na capital paulista é R\$ 900, levando-se em conta os pisos das várias categorias. Além disso, os patrões pagam cerca de R\$ 450 pelo aluguel mensal do veículo do motofretista, além de vale-refeição, que varia de R\$ 187 a R\$ 330, entre outros benefícios.

Há, no entanto, quem receba um salário mais gordo. O SindimotoSP diz que muitos motoboys ganham de R\$ 4 mil a R\$ 5 mil por mês, com a ajuda das horas extras (após 5 horas de trabalhos diários) e do acréscimo de quase R\$ 0,20 de aluguel sobre o que ultrapassar os 120 quilômetros rodados no mesmo dia.



Em seguida, vai para a empresa onde trabalha, no bairro de Veleiros, a 10 km de onde mora.



Às 8h faz a primeira entrega. Almoça, geralmente, das 12h30 às 13h.

KM FINAL

9 2 3 8 7

No dia em que foi acompanhado pela **Apartes**, Adriano percorreu 116 km e fez 14 entregas de documentos, peças de informática e eletrônicos (nos dias mais cheios, chega a 25 entregas).

Retorna várias vezes à empresa para aguardar novos chamados. Por volta das 18h, bate o ponto e encerra o expediente.



pedindo o adiamento do início das punições aos que descumprirem a lei.

O professor Ricardo da Silva sente falta, também, de um estímulo do governo na forma de desconto. Segundo ele, os produtos obrigatórios pela lei já começam a faltar nas lojas. E a encarecer.

Os sites da CET e do SindimotoSP têm cartilhas que detalham as medidas que o motoboy deve tomar para estar em dia com a regulamentação exigida para trabalhar no setor.

MEDIDAS EDUCATIVAS

O médico Dirceu Alves Júnior, chefe da Abramet, aposta que as mortes de profissionais da moto vão aumentar, apesar do registro atual de diminuição. “A queda não é uniforme; acontece em um mês e no outro não. A frota maior nas ruas e a inexperiência dos condutores nos fazem enxergar aumentos progressivos”. O professor Ricardo Silva também desconfia dos números que apontam tendência de queda, inclusive porque, segundo ele, as regulamentações patinam muito antes de serem aplicadas, devido ao excesso de exigências burocráticas. “Desde 1999 surgiram várias tentativas de regulamentar o motofrete, mas nenhuma foi colocada em prática. Por isso precisamos esperar mais antes de qualquer conclusão”, diz.

A CET-SP não disponibilizou representante para dar entrevista à **APARTES**, mas enviou comunicado em que credita a queda nas mortes de motociclistas em 2012 a algumas ações que tem implan-

tado para mudar o comportamento dos condutores de motocicletas. Entre as medidas, estão a proibição do tráfego de motos na pista expressa na Marginal do Tietê, a implantação de seis radares portáteis para intensificar a fiscalização e enfoque na educação para o trânsito, com a oferta de cursos e campanhas.

Com parceria da Abraciclo, a CET inaugurou no fim de 2012, ao lado do metrô Carrão, na zona leste, o Centro Educacional Paulistano de Motociclistas (Cepam), que vai sediar aulas práticas e teóricas sobre condução segura, palestras, debates, outras atividades de conscientização do condutor e oferta de check-ups das motos.

O presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida Gil, elogia também as motofaixas exclusivas em algumas vias de tráfego intenso na cidade. Para Gil, as faixas dão mais segurança aos motociclistas e deveriam ser ampliadas. O professor Ricardo Barbosa da Silva pensa que o motociclista deveria ser respeitado nas vias regulares, sem que fosse preciso segregá-lo: “A cidade não tem esse espaço extra. Se melhorar o transporte público, vai cair até mesmo a pressão pela moto e outros veículos de transporte individual”.

Para Alves Júnior, da Abramet, os cursos são ineficientes e as campanhas públicas de educação são descontinuidas. “Os centros de formação de condutores dão um preparo precaríssimo, sem um treino de todas as adversidades possíveis”, avalia. No curso de 30 horas que os motoboys brasileiros devem fazer, o médico acredita que deveria ser incluído um simulador com exercícios que preparassem melhor os alunos.



SÃO PAULO SEM MOTOTÁXI

Em 1998, entrou em vigor em São Paulo a Lei 12.609, do vereador Wadih Mutran (PP), na foto, que proíbe a utilização de motocicletas para o transporte remunerado de passageiros, ou seja, como táxi. O decreto 37.733/1998 regulamentou a norma e definiu que o Departamento de Transportes Públicos do Município é o responsável pela fiscalização.

Quem infringir a lei pagará multa e, em caso de reincidência, a motocicleta será apreendida. A ideia de Mutran era preservar a integridade física dos munícipes, dados os “constantes acidentes fatais envolvendo motos no trânsito caótico e perigoso do Município de São Paulo”.



Para o presidente do SindimotoSP, deveria haver tantas campanhas de educação e políticas públicas voltadas aos motociclistas como há para pedestres e motoristas de outros veículos. Já Silva acredita que os cursos pontuais são menos eficientes do que educar a sociedade toda, para reverter a falha educacional que vem desde a educação escolar infantil. “Os motoboys vão fazer curso de educação, mas na firma os empresários falam pra eles correrem. Tem de mudar toda a concepção cultural: quem contrata não deve considerar só a pressa e o preço”, diz

o estudioso. Para o professor, a fiscalização é paliativa e insuficiente, apesar de ser, em conjunto com as demais medidas, o reconhecimento de que o governo vê no trânsito para motocicletas um problema a ser resolvido.

SERVIÇO DE LUXO

Ricardo Silva vê dois cenários possíveis para a situação dos motoboys na capital. A projeção pessimista é a manutenção do quadro atual: a regulamentação da atividade não sai do papel, por excesso de exigências; os serviços de transporte público são ineficientes; os problemas de mobilidade não são superados satisfatoriamente e tendem a exasperar o quadro; os motofretistas são mais requisitados, emergencialmente, e vão ao mercado sem qualificação, tornando-se mão de obra barata.

No cenário otimista, a regulamentação da categoria seria colocada em prática sem burocracias exageradas, a cidade criaria soluções para melhorar a mobilidade e haveria mais educação do que punição. Assim, o moto-frete seria visto mais como profissão do que como trabalho passageiro; a moto seria mais uma alternativa, e não uma solução improvisada para driblar o trânsito. “O trabalho do moto-boy seria menos estigmatizado, mais valorizado, contratado como um serviço especial, de luxo, com valor condizente”, prevê Silva. 

SAIBA MAIS

Livro

Motoboys no Globo da Morte: Circulação no Espaço e Trabalho Precário na Cidade de São Paulo. Ricardo Barbosa da Silva. Humanitás/Fapesp, 2011.

Sites

www.hcemmovimento.blogspot.com.br
www.paradapelavida.com.br/campanhas
www.cetsp.com.br
www.sindimotosp.com.br



Solicite o recebimento da revista **Apertes** em sua casa, gratuitamente, preenchendo cadastro no site www.camara.sp.gov.br



NO TEMPO DO MURILLO

Fausto Salvadori Filho

fausto@camara.sp.gov.br

Amável leitor, quisera o autor da presente reportagem, que narra tempos idos e vividos da existência de Murillo Antunes Alves, emular o estilo daquele jornalista, cerimonialista e vereador. Para tal, tornar-se-ia necessário abrir mão da roupagem contemporânea e empregar palavras de sobrecasaca e gravata preta, como as que abrem esta narrativa. Seria a forma ideal de homenagear Murillo, figura que brilhou no firmamento do jornalismo como uma das estrelas dos tempos primevos do rádio e da televisão, e modo seguro de trasladar o leitor de volta ao tempo dos

comunicadores bacharéis, que traziam nas mãos gravadores de arame e o português mais castiço na ponta de suas línguas.

Não obstante, falta a este escriba “engenho e arte”, como recomendaria o velho Camões. E, mesmo que os houvesse, o resultado haveria de aparecer como um espetáculo sobremaneira enfadonho aos olhos hodiernos. Destarte, urge abrir mão de todo o preciosismo dos tempos idos, sob o risco de enfasiar o amável leitor a ponto de afastá-lo da leitura. O que seria uma pena, já que vale a pena conhecer Murillo Antunes Alves.



Arquivo pessoal

Pioneiro do rádio, **Murillo Antunes Alves** tornou-se vereador e mudou os hábitos do motorista paulistano

Murillo entrevista o meia Rui Campos, da seleção vice-campeã do mundo em 1950

A carreira jornalística de Murillo durou mais de 70 anos e só chegou ao fim com sua morte, em 2010. Ele foi um dos primeiros repórteres do rádio brasileiro e cobriu os principais eventos jornalísticos do século 20. Graças a um fogão quebrado, realizou a última entrevista com Monteiro Lobato. Recebeu tantas

vezes o troféu Roquette Pinto, que seus organizadores criaram um limite para as premiações. Na TV Record, foi âncora do programa *Record em Notícias*, o “Jornal da Tosse” (por causa da idade avançada de seus apresentadores), que atravessou três décadas no ar. Como cerimonialista, atuou na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP), na

Assembleia Legislativa paulista e em outras instituições, ajudando a profissionalizar o cerimonial público. Foi oficial de gabinete da Presidência da República e acompanhou de perto a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Três décadas depois, elegeu-se vereador paulistano e criou a lei do cinto de segurança obrigatório.

“A marca de Murillo era a elegância em tudo: na expressão verbal, nas atitudes, na roupa”, lembra o jornalista Pedro Vaz. “Ele falava muito bem, sem repetir termos nem usar palavras parecidas. O texto já saía editado da boca.” Professor da Faculdade Cásper Líbero e gerente da Rádio Gazeta AM, Vaz trabalhou com Murillo na TV Record e, em 2002, entrevistou-o para um vídeo sobre a história do rádio. “Murillo estava sempre bem composto, de terno, óculos e cabelo impecáveis”, conta.

“O Murillo fala um português tão castiço que não parece que está dando notícia. Parece que está lendo a carta de Pero Vaz de Caminha!”, afirmava o jornalista José Simão, da *Folha de S.Paulo*, numa reportagem de 1992 sobre o “Jornal da Tosse”, um programa que, nas palavras de Simão, precisava ser acompanhado “com o Aurélio do lado”.

IRRADIANDO DO TELHADO

Filho de professores, Murillo nasceu em Itapetininga, interior de São Paulo, em 28 de abril de 1919. Com 13 anos, era um escoteiro que fez a boa ação de “auxiliar na distribuição de alimentos e apoio às tropas constitucionais” da Revolução de 1932, “quando transitavam por aquela cidade rumo ao sul”, conforme depoimento registrado na CMSP. Com 14 anos, escrevia na publicação do colégio, *O Arauto*, da qual chegou ao cargo de editor-chefe, promoção que o jornalzinho divulgou assim: “Murillo Antunes Alves, nosso redator-chefe, passou a usar calças compridas”.

As calças compridas levaram Murillo para os bancos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (USP), onde se formou em 1943. “Modestamente, tenho de confessar que fui o primeiro da turma. Éramos 216 alunos na formatura”, contou Murillo na entrevista concedida a Pedro Vaz.



Fotos: Arquivo pessoal

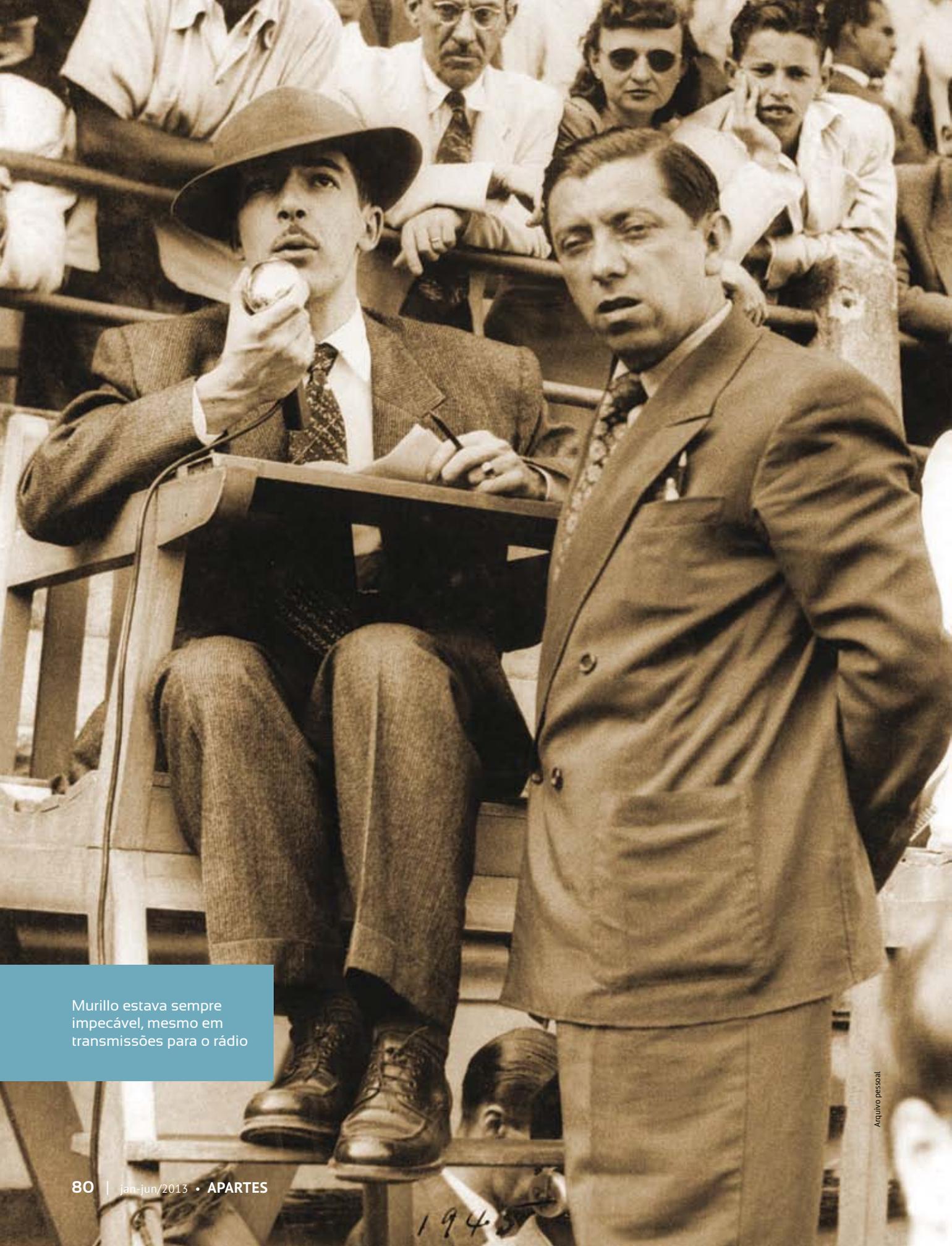


Arquivo pessoal

Aos dez anos, em escola de Itapetininga



Fotos: Arquivo pessoal



Murillo estava sempre impecável, mesmo em transmissões para o rádio

Arquivo pessoal

1945

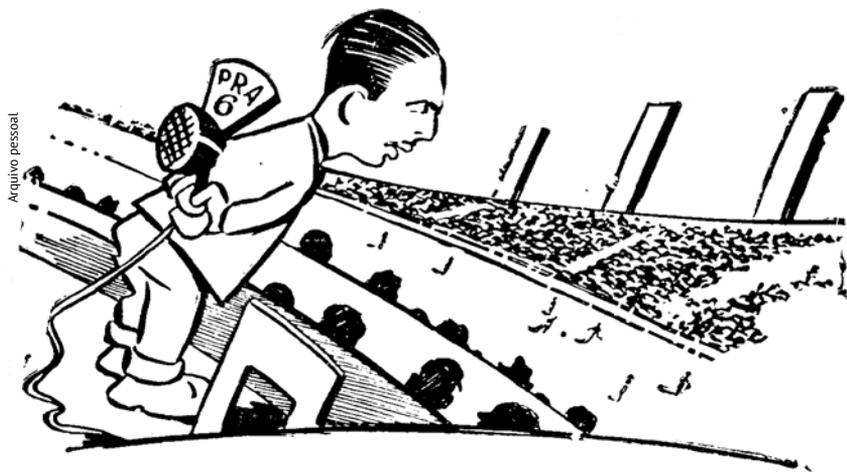
REPÓRTER PIONEIRO

Morando em um quarto alugado de pensão, o jovem Murillo precisava de um emprego para bancar seus gastos. Seguindo o exemplo dos colegas, foi bater na porta das rádios. “A Faculdade de Direito era um verdadeiro celeiro de artistas e radialistas”, conta Reynaldo Tavares, profissional do rádio e autor do livro *Histórias que o Rádio não Contou*. Entre os universitários que se tornaram pioneiros da área, há Nicolau Tuma, criador da expressão radialista (nascida dos termos rádio e idealista, numa referência aos altos ideais e baixos salários da profissão) e Casimiro Pinto Neto, hoje mais lembrado como criador do sanduíche bauru do que como o primeiro Repórter Esso de São Paulo.

A estreia de Murillo deu-se como locutor – ou *speaker*, como se falava – da Rádio São Paulo, do grupo Emissoras Unidas, também formado por Record, Bandeirantes e Cosmos (futura Jovem Pan) e pertencente a Paulo Machado de Carvalho. “Em matéria de ordenado, não sonhe muitas coisas. As pessoas são capazes de pagar para trabalhar no rádio”, foi logo dizendo um gerente da São Paulo. Murillo aprendeu a lição e, ao longo da vida profissional, teve trabalhos fora do jornalismo. Durante décadas, atuou como advogado especializado em assuntos esportivos, assessorando clubes e a Federação Paulista de Futebol.

O esporte era uma de suas grandes paixões. A primeira cobertura esportiva foi um jogo do Palestra Itália (antigo nome do Palmeiras). Como a Rádio São Paulo não tinha os direitos de transmissão, Murillo e o locutor Geraldo José de Almeida irradiaram o jogo do telhado de uma casa alugada pela emissora na Rua Turiassu, de onde era possível ver o estádio do Palestra. Como outros radialistas se recusaram a trabalhar naquelas condições, Murillo teve de fazer a função improvisada de comentar a partida. “Passei todo o tempo embaixo das telhas, de cócoras, sem ver o campo, com uma lanterna para ler os anúncios. Não vi nada, mas mesmo assim comentei o jogo”, contava Murillo. O trabalho às cegas foi bem recebido, e ele tornou-se comentarista esportivo da São Paulo.

Em 1942, foi para a Bandeirantes, onde tornou-se o primeiro locutor esportivo da emissora. Na Rádio Cultura, apresentou um programa de perguntas e respostas com universitários. Mesmo no rádio, Murillo vestia uma beca por cima do smoking, já que o programa era visto por uma multidão que lotava o auditório da emissora, na Avenida São João. Depois de passar pela Rádio Gazeta, pelo jornal *Gazeta Esportiva* e pela Rádio Tupi, voltou para a Bandeirantes, onde trocou a locução esportiva por uma novidade: a reportagem.



Murillo em caricatura publicada na coluna *Fora do Microfone*, na *Gazeta Esportiva*, em 1944

“Murillo foi um dos primeiros a exercer a reportagem no rádio”, afirma Reynaldo. Depois de 1945, a ditadura do Estado Novo havia chegado ao fim, e com ela as exigências de que todo radialista só poderia ler no ar textos previamente aprovados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Pela primeira vez, o rádio podia improvisar, narrar eventos ao vivo, entrevistar. Pela primeira vez, o rádio podia reportar.

No início da nova função, Murillo entrevistou o governador de São Paulo, Ademar de Barros, para a Bandeirantes, em 1947. Usou um dos primeiros grava-



Arquivo pessoal

No rádio, cobriu os principais fatos jornalísticos do século 20

dores do Brasil, equipamento importado dos Estados Unidos, da marca General Electric, que só funcionava ligado a uma tomada. As gravações eram registradas num arame, que às vezes arrebentava e precisava ser emendado com um palito de fósforo. Ademar gostou da entrevista e, no mesmo ano, comprou a Bandeirantes. Sem disposição para trabalhar numa rádio política, Murillo preferiu mudar-se para a Record, onde ficaria até morrer.

GETÚLIO E LOBATO

Foi na Record que Murillo produziu suas principais reportagens. Em maio de 1948, conseguiu uma rara entrevista com o senador Getúlio Vargas, que se mantinha incomunicável em um autoexílio no interior do Rio Grande do Sul. Em um avião fretado pela

Record, foi até São Borja em busca de notícias do ex-presidente. Encontrou Gregório Fortunato, mas o chefe da guarda pessoal de Getúlio disse que ele não falaria com a imprensa. De volta ao hotel, durante o jantar o gerente chamou-o de lado: "Aquele senhor jantando é compadre do doutor Getúlio". Murillo aproximou-se e puxou conversa. Papo vem, uísque vai, perguntou: "O senhor já andou de avião?". Fascinado com a oportunidade, o compadre aceitou levar o jornalista e sua equipe, em um monomotor alugado, para a fazenda onde estava Getúlio, na cidade vizinha de Itati.

Após aterrissar no pasto, foram recebidos por Vargas, de bombachas e charuto, que os convidou para o almoço – um churrasco que, para o paladar de Murillo, pareceu "duro como sola de sapato". Como sobremesa, Getúlio aceitou responder a algumas perguntas e, no final, leu uma declaração, endereçada aos "trabalhadores do Brasil", em que dizia: "Venho, trabalhadores, trazer-vos, com minha voz, a presença do ausente, porque senti em vossos corações a ausência dos presentes". O encontro ocorreu meses antes da histórica entrevista de Getúlio ao jornalista Samuel Wainer, em fevereiro de 1949, quando anunciou que concorreria à presidência.

Para gravar a entrevista com o ex-presidente, numa fazenda sem energia elétrica, a equipe de Murillo havia levado duas malas gigantescas, equipadas com baterias de caminhão. Isso apenas para fazer o gravador funcionar. As transmissões fora dos estúdios só começariam anos depois, com a im-

portação de novos materiais, também enormes. “Para irradiar um incêndio, utilizamos um equipamento que os americanos haviam usado na guerra. Foram necessárias três pessoas: eu, irradiando num microfone com fio, um técnico com uma bateria e um terceiro com um transmissor”, contou Murillo na entrevista a Pedro Vaz.

Em 6 de julho de 1948, Murillo foi ao encontro de Monteiro Lobato, mas o escritor recusou a entrevista. Muito doente, dizia-se desligado das coisas terrenas, esperando a morte como “um alvará de soltura”. Lobato tinha, contudo, uma preocupação bem terrena com o fogão elétrico do seu apartamento, que estava quebrado. Um técnico da rádio ofereceu-se para tentar consertar. Conseguiu. Em agradecimento, o escritor aceitou falar com o repórter e seu equipamento inusitado. “Eu estou falando e dizem eles que o aparelho está gravando e depois vai repetir ao mundo as minhas bobagens”, afirmou Lobato, estranhando o gravador. Na entrevista – disponível no livro *Confissões, Artigos e Crônicas* (Globo, 2010) e no YouTube – o criador do Sítio do Picapau Amarelo confessou um arrependimento: queria ter escrito muito mais para crianças. “Eu perdi o tempo escrevendo para gente grande, que é coisa que não vale a pena.”

“Chegamos à última pergunta: nesta hora, neste momento, qual seria o seu maior desejo, Monteiro Lobato?”, encerrou Murillo. “Meu maior desejo, neste momento”, respondeu, “seria ver este locutor pelas costas e eu já lá em cima, no meu apartamento, na cama para descansar desta esfrega

que levei hoje”. Dois dias depois, vítima de um acidente vascular cerebral, Monteiro Lobato morreu.

MODO DE PERGUNTAR

“Murillo era o repórter dos repórteres, um profissional *primus inter paris* (único entre seus pares) do radiojornalismo”, afirma o jornalista Salomão Ésser, veterano do rádio que, como Murillo, formou-se no Largo São Francisco e tem um gosto pelo português vernacular. “Quiseram os fados que eu tivesse esse convívio honroso, mas relativamente passageiro com ele”, recorda Ésser, que trabalhou com Murillo em seu primeiro emprego, na Record, em 1948. “Ser entrevistado por ele era uma glória para qualquer pessoa, pela sua linguagem, pela sua cultura, pelo seu conhecimento”, lembra.

Murillo era elegante até para perguntar se um político era ladrão. Um dia, um grupo de colegas, jogando conversa fora na sala de imprensa da Assembleia Legislativa, desafiou o jornalista a perguntar para o governador Ademar de Barros sobre a famigerada “caixinha” que, dizia-se, o político embolsava em todas as obras públicas. Aceito o desafio, aproximou o microfone de Ademar e fez a pergunta: “Vossa Excelência sabe perfeitamente, melhor do que ninguém, que todo homem público está sujeito a uma série de ataques e inventivas. O senhor é constantemente acusado pelos seus adversários de ter uma caixinha. Como Vossa Excelência recebe isso? Existe



Fotos: Arquivo pessoal

Ao lado da esposa, **Erika**, com quem viveu 48 anos



a caixinha?”. Diante da formulação da pergunta, o governador não se alterou e respondeu calmamente, com as negativas de praxe. “Você pode perguntar o que quiser. O importante é o modo de perguntar”, arrematava Murillo.

Como radiojornalista e, mais tarde, também como repórter e apresentador da TV Record, Murillo cobriu alguns dos principais eventos jornalísticos do século 20, como as eleições da Itália em 1948 e dos EUA em 1952, a inauguração de Brasília, em 1955, a chegada do homem à Lua, em 1969, o casamento da princesa Diana, em 1981, e

a morte de Tancredo Neves, em 1985. Entre as centenas de pessoas que entrevistou, há também nomes como Eva Perón, Catherine Deneuve, Nat King Cole, Roberto Carlos e Vittorio De Sica. Dos presidentes, ainda passaram pelo seu microfone Washington Luís, Júlio Prestes, Getúlio Vargas, Jânio Quadros, João Goulart, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel, João Figueiredo e José Sarney.

Recebeu sete troféus Roquette Pinto, o Oscar do rádio e da TV brasileiros, o que levou os organizadores a mudar as regras do evento, estabelecendo um

limite de seis premiações por pessoa. A decisão não impediu que, anos depois, Murillo levasse para casa o seu oitavo Roquette Pinto, como homenagem por sua carreira.

Em 1953, casou-se com a professora Erika Menguer. Natural de Kulmbach, na Alemanha, e naturalizada brasileira, Erika era filha do dono de uma pensão onde Murillo havia morado, no bairro de Santa Cecília, e lecionou durante muitos anos no Centro Cultural Brasil-Estados Unidos de São Paulo. O casal viveu junto até a morte de Erika, em 2001. Eles tiveram um filho, Roberto



Como vereador, concedeu **Título de Cidadão Paulistano** a Alexandre Jose Barbosa Lima Sobrinho

Arquivo pessoal



Material de campanha para as eleições de 1996

Murillo Antunes Alves, oito netos e um bisneto. “Meu pai foi um amigo que me deu conselhos sempre que precisei. Apesar de ficar pouco tempo em casa, por causa do trabalho, nada me faltou em termos de apoio”, conta Roberto.

TROCADILHOS E SOVINICES

A formalidade de Murillo, que utilizava a norma culta em todas as conversas e fazia do terno a roupa de todos os dias, era uma de suas marcas. “Eu só via o meu sogro de paletó. Fui saber como eram os braços dele no final da vida, quando ficou doente”, conta Sílvia Regina Abdelnur Antunes Alves, esposa de Roberto. Mas a estampa sisuda escondia um sujeito bem humorado. Gostava de jogar aviõezinhos de papel pela janela durante o trabalho e, em cada conversa, fazia questão de soltar trocadilhos. “Você veio para ver a alegria ou o vereador?”, costumava perguntar em seus tempos de Câmara Municipal. Salomão Éspere não esquece o episódio em que Murillo foi interpelado por um colega enquanto colava estampilhas numa sobrecarta: “Fala um aí, grande trocadilhista”. Sem pestanejar, respondeu: “Não sou trocadilhista, mas posso fazer um sem selo”, e colou o selo na carta.

Tão famosa quanto a capacidade verbal de Murillo era a sua pão-durice. O jornalista e museólogo Luiz Ernesto Machado Kawall conta que Murillo ameaçava não ir às festas do Roquette Pinto, lamentando com Paulo Machado de Carvalho que não tinha roupas ade-

quadas. E tanto falava que convencia o proprietário da Record a comprar roupas para ele e sua esposa. Motoristas que trabalharam com o jornalista contam que ele não saía de um evento sem antes ferrar os bolsos do paletó com os salgadinhos do bufê.

Em um dos encontros da Academia Paulista de Jornalismo, no Terraço Itália, o presidente da entidade, Israel Dias Novaes, ao discursar sobre seus dias de jovem interiorano, lembrou que costumava dividir o trem com Murillo, que dava um jeito de se esconder quando o chefe do trem aparecia para recolher os bilhetes. Presente ao evento, Murillo levantou-se e aproveitou para encaixar um de seus trocadilhos: “Você está provando que sempre fui impagável”.

Se era impagável, não era por falta de dinheiro. Na declaração de bens (seus e de Erika) que tornou pública em 1992, para o cargo de vereador, constavam, entre outros itens, dois apartamentos, 20 casas, seis terrenos, duas chácaras, quatro tapetes persas, três carros, um trator e 170 cabeças de gado.

“JORNAL DA TOSSE”

Murillo era oficial de gabinete da Presidência da República, em 1961, quando Jânio Quadros renunciou. No dia 25 de agosto, estava feliz, pois havia terminado de levar todos os seus móveis de São Paulo. “Hoje é um grande dia, presidente. Estou recebendo minha mudança e poderei me fixar definitivamente em Brasília”, teria dito Murillo, conforme relato ouvido por Kawall. Jânio ouviu



Gute Garbelotto/CMSP

Homenageado pela CMSP em 2008, no Dia do Cerimonialista

sem dizer nada. Ainda pela manhã, após uma reunião com quatro ministros, o presidente deixou o Planalto e disse para Murillo apenas “muito obrigado e até logo”. Quarenta minutos depois, o jornalista soube, pelo chefe do Gabinete Militar, que o presidente não mais voltaria. “Destruímos os documentos e,

como souvenir, guardei a agenda do último encontro”, declarou Murillo para a repórter Marisa Raja Gabaglia, do *Diário Popular* (atual *Diário de S. Paulo*).

A fama e a elegância renderam a Murillo a oportunidade de atuar como mestre-de-cerimônias em diversos eventos e como cerimonialista em ór-

gãos públicos. Em 1953, foi nomeado chefe do cerimonial da Assembleia Legislativa paulistana, casa onde atuou como servidor até se aposentar, em 1985. Também foi chefe do cerimonial no governo do Estado, na Prefeitura, onde voltou a trabalhar com Jânio, e no Tribunal de Justiça, todos de São Paulo.

No cerimonial, teve um papel tão destacado que, ao vê-lo cobrindo, como repórter, o casamento da princesa Diana, em 1981, o jornalista Mino Carta ironizou na *Folha de S.Paulo*: “Os ingleses devem ter sido informados da chegada de Murillo Antunes Alves quando já era tarde demais, porque se soubessem com alguma antecedência, não perderiam a oportunidade de consultá-lo sobre a programação da festa. Um mestre-de-cerimônias como o Murillo não aparece todos os dias, não dá sopa tão facilmente”.

As atividades no Poder Público não impediram Murillo de continuar à frente dos programas da TV Record. O mais duradouro foi o *Record em Notícias*, criado em 1976 pelo jornalista Hélio Ansaldo. Lembrava um programa de rádio e o estilo, tão antigo quanto seus apresentadores, gerava críticas e piadas, como o apelido “Jornal da Tosse”, que ficou mais conhecido que o nome oficial. “É hilário ver Murillo Antunes Alves iniciar suas falas com citações em latim num país em que grande parte das pessoas mal domina a língua materna”, apontava o jornalista Fernando Barros e Silva na *Folha de S.Paulo*, em 1990. Os jornalistas aceitavam as críticas com bom humor, chegando a assumir informalmente o apelido de “Jornal da Tosse”. Só nunca aceitaram o patrocínio do xarope Melagrião, que Helio Ansaldo achou demais.

LEI DO CINTO

O “Jornal da Tosse” tinha seus fãs. Prova disso, além da longevidade do telejornal, foi que vários dos seus apresentadores fizeram carreira política, como José Serra, Arnaldo Faria de Sá e João Mellão Neto. O próprio Murillo também se lançou candidato, em 1992, elegendo-se vereador com 13.609 votos, pelo PMDB.

O feito mais conhecido do vereador Murillo foi a criação da lei que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança. Alguns juristas levantaram que o projeto seria inconstitucional, pois apenas a União poderia legislar sobre trânsito. Vencendo as resistências, o projeto foi aprovado pela Câmara e sancionado então pelo prefeito Paulo Maluf, que assumiu a nova lei com entusiasmo.

Amparada por um esquema maciço de divulgação e fiscalização, a norma entrou em vigor em novembro de 1994

e mudou os hábitos do paulistano. Ao final de um ano de vigência, a adesão à lei entre os motoristas ultrapassou 90% e o número de mortes caiu de 2.401 casos para 2.278, mesmo com o aumento no número de acidentes. “Mesmo que uma só pessoa tivesse sido salva ou não se ferido gravemente, a lei já teria alcançado seu objetivo fundamental: preservar vidas”, comemorou o vereador.

Em 2005, uma decisão do Supremo Tribunal Federal confirmaria que a Lei do Cinto era, de fato, inconstitucional. Àque-la altura, contudo, a revogação da lei em nada mudou a vida dos paulistanos: desde 1997, o Código Brasileiro de Trânsito obriga o uso do cinto em todo o território nacional.

Murillo não conseguiu ir além do primeiro mandato. Saiu derrotado das eleições de 1996, mesmo ano em que a Record decretou o último pigarro do “Jornal da Tosse”. Uma derrota que não parece ter abatido o político, que encarava as campanhas por votos como “uma agrura não muito distante dos sofrimentos de Sísifo ou, se preferirem, das angústias das Da-



Arquivo pessoal

Murillo promove a lei do cinto de segurança obrigatório, de sua autoria

70 ANOS de jornalismo

1919

Nasce em 28 de abril,
em Itapetininga (SP)

1938

Estudante, começa na
Rádio São Paulo

1943

Forma-se em Direito na USP

1947

Ingressa no grupo Record

1953

Nomeado chefe do
Cerimonial da Alesp

1961

Oficial de gabinete de
Jânio Quadros, assiste à
renúncia do presidente

1985

Aposenta-se da Alesp

1992

Eleito vereador em SP

1997

Chefia Cerimonial da
CMSP até 2001

2010

Morre em 15 de fevereiro

naides”. Das mãos do então presidente da Câmara, Nelo Rodolfo, Murillo ganhou a chefia do cerimonial da CMSP, cargo que exerceu de 14 de janeiro de 1997 a 10 de janeiro de 2001.

AS MENINAS DO MURILLO

“Quando era vereador, Murillo vivia dando sugestões para melhorar o cerimonial, um serviço que estava começando na

Câmara”, conta Rodolfo. O novo chefe, segundo Rodolfo, mudou a cara do serviço. “Ele trouxe muito respeito para o cerimonial. Passou a ter um caráter oficial de solenidade, a respeitar os protocolos, e hoje é um dos mais efetivos e corretos que conheço”, recorda o ex-presidente.

“Com Murillo, o cerimonial se institucionalizou. Ele trouxe o peso do cerimonial técnico”, conta a atual chefe do setor, Cecília de Arruda, sobre quando trabalhou com o

jornalista e outras cerimonialistas, que ficaram conhecidas como “as meninas do Murillo”. Todas aprenderam muito com ele, começando com a ordem de precedência para a apresentação das autoridades, questão bastante sensível para os cerimonialistas, que são antes de tudo gestores de egos. Aprenderam a remover as cadeiras dos auditórios em dias com muitos eventos, para evitar que os convidados se acomodassem e esticassem as cerimônias além do tempo estipulado. E se encantaram com a cultura de Murillo, capaz de saudar na língua de origem o convidado de um país de idioma francês ou de saber como agir num evento para seguidores do Islã. “Hoje, a gente tem o Google. Na época, tinha o Murillo”, recorda Odete Recieli Ferreira da Rocha, outra das “meninas do Murillo”.

Além de aprender com o mestre em cerimônias e ouvir suas tantas histórias, as meninas cuidavam de Murillo, já um velhinho. Todos os dias, depois do almoço, ele ia para casa, onde tomava uma sesta e voltava descansado ao Palácio Anchieta. “Sempre andando rápido, esticadinho, magro, com mocassins italianos e ternos do arco da velha, que ele usava até o osso”, descreve a servidora da CMSP Maria Regina Macedo Novo Leonetti.

As meninas também aprenderam a lidar com o conservadorismo de Murillo, que não admitia determinadas atitudes, como a homenagem de um vereador à cultura africana que terminou em um bailado de jovens com os seios de fora. O chefe do Cerimonial ficou indignado com a cena, mas já não havia o que pudesse fazer.



Nora e filho mostram troféu **Roquette Pinto** com escultura de Murillo

“Nós não contamos para ele o que ia acontecer, porque sabíamos que seria contra”, diverte-se Maria Regina.

PONTO FINAL

Até seus últimos dias, o jornalista ia à redação da Record para conversar com os colegas. Não se aposentou: ao morrer, em fevereiro de 2010, era o funcionário mais antigo da empresa. O jornalista Luiz Kawall, que recebera de Murillo sementes de café de sua

fazenda em Alambari (SP), fez questão de plantá-las na Praça Benedito Calixto, onde mora. “Foi minha homenagem ao Murillo.” A planta permanece lá até hoje, lembrando um mestre no ofício de transformar a vida em narrativa. 

SAIBA MAIS

Livro

Histórias que o Rádio não Contou. Reynaldo C. Tavares. Negócio Editora, 1997.



Os 45 vereadores debatiam as questões paulistanas no Plenário do Palacete Prates

UMA LEGISLATURA PARA RECOMEÇAR

Após Estado Novo, **Primeira Legislatura** reforça papel dos vereadores como porta-vozes dos paulistanos

Rodrigo Garcia

rodrigogarcia@camara.sp.gov.br

Foram tempos tumultuados. Na segunda metade dos anos 40 do século passado, o mundo saiu de um grande conflito internacional e entrou na Guerra Fria. O Brasil depôs Getúlio Vargas, optou por um lado na disputa (pró-Estados Unidos), realizou eleições, promulgou uma nova Constituição e cassou comunistas.

A cidade de São Paulo e sua Câmara Municipal não ficaram alheias à movimentação. A legislatura 1948-1951, primeira do período histórico contemporâneo (atualmente, estamos na 16ª Legislatura), é considerada por historiadores como de suma importância, pois reflete as mudanças políticas e urbanas ocorridas desde a Revolução de 30.

Após 11 anos fechado, em 1948 o Parlamento municipal reiniciou suas atividades com a anulação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da candidatura de 15 vereadores eleitos pelo Partido Social Trabalhista (PST), acusados de ser comunistas (incluindo aquela que seria a primeira mulher a se tornar vereadora paulistana, Elisa Abramovich). Os trabalhos consis-

tiram em análises das contas de cinco prefeitos, debates acalorados sobre questões da metrópole e até agressão física a um vereador que anos depois seria o presidente da República, Jânio Quadros.

“Como as eleições para vereador ficaram mais livres, os eleitores tornaram-se mais importantes, o voto passou a ter mais valor e os vereadores descobriram a importância da periferia”, explica Ubirajara de Farias Prestes Filho, consultor em História da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). Ele completa que, como os prefeitos ainda eram escolhidos pelo governador, a Casa “virou um grande canal para as reivindicações por infraestrutura, saúde, educação, assistência e lazer; as sociedades amigos de bairro levavam para a Câmara suas reivindicações, e o Parlamento as encaminhava para a Prefeitura”.

A campanha eleitoral da época era baseada no corpo a corpo, bem amadora. Altimar Ribeiro de Lima, vereador da Primeira Legislatura, falecido em 2009, contou como conseguia os votos. “Eu tinha uma lista

de nomes dos eleitores e de suas crianças. Distribuía pessoalmente arroz, feijão, farinha, velocípede, patinete, boneca. Quem recebia a cesta básica, recebia brinquedo para os filhos; tornava-se eleitor cativo porque sabia que eu não o abandonava”, afirmou em entrevista ao jornalista Sândor Vasconcelos, da CMSP, em 2008. Ele também se lembra de que alguns candidatos usavam outras formas de campanha. “Passava um e punha uma faixa na rua; aí outro tirava a faixa e punha a dele. Distribuía santinho, falava no rádio, pintava muro, podia fazer tudo.”

Já Décio Grisi, único vereador vivo daquela época, declarou em depoimento publicado no livro *São Paulo na Tribuna – Primeira Legislatura (1948-1951)*: “A minha campanha foi muito parecida com a de Jânio Quadros, professor como eu. Ele, no Dante Alighieri, e eu, no Ginásio do Estado. Ambos contamos com o trabalho dos nossos alunos na campanha. Eles espalhavam mesinhas na cidade com nossas cédulas e foram os principais responsáveis pela nossa eleição. No meu caso, o eleitor que desconhecia o seu local de votação era orien-

tado pelos alunos, que estavam munidos de informações das listas de endereços publicadas no Diário Oficial”.

Outro vereador da Primeira Legislatura, Francisco Assumpção Ladeira, morto em 2011, explicou os motivos de ter optado pela vereança. “O que me interessa é a política municipal, não me interessa mais nada – Marselha, Paris, Lisboa – porque eu não vou viver lá. Quero saber da terra onde vivo e vou morrer. Transporte, água, esgoto, iluminação, todas as coisas que uma cidade deve ter. Podendo contribuir para isso, resolvi me candidatar a vereador”, contou em 2009 ao historiador Bernardo Schmidt, para o documentário *Tardes com Seu Chico*.

Antes mesmo de começar, a Primeira Legislatura sofreu um golpe. Em 31 de dezembro de 1947, véspera da posse, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de São Paulo acatou decisão do TSE, que declarou inexistentes os registros de candidatura dos 15 vereadores (um terço do total da Câmara) eleitos pelo PST e já diplomados. A alegação foi que eles eram comunistas, os “candidatos de Prestes”, em referência ao líder comunista Luís Carlos Prestes.

A PRIMEIRA LEGISLATURA (1948-1951) FUNCIONOU NO PALACETE PRATES, NA RUA LÍBERO BADARÓ







O vereador que arrancou sangue de Jânio

Em 18 de julho de 2008, **Altimar Ribeiro de Lima**, já com 84 anos, concedeu entrevista ao jornalista Sândor Vasconcelos, da CMSP, e à TV Câmara. Na ocasião, ele se lembrou de sua carreira política, iniciada aos 23 anos, da Primeira Legislatura (a primeira das três como vereador) e dos antigos companheiros. Altimar, engenheiro civil, foi secretário municipal de Obras e deputado estadual também por três legislaturas. Alguns trechos da entrevista:

Quando o senhor foi vereador, qual tema mereceu mais a sua atenção?

Altimar Ribeiro de Lima: Eu comecei a me interessar, de pronto, por um problema que até hoje aflige a nossa cidade. Como vereador, eu saía de casa às 6 horas da manhã e plantava 10 árvores por dia. Não eu pessoalmente, mas acompanhando o plantio. Assim, as árvores que plantei na Vila Madalena, no Butantã, na Vila Sônia, em diversos bairros, estão lá até hoje. Eu cheguei, pelas minhas contas, durante o meu mandato de vereador, a plantar mais de 30 mil árvores. Hoje, o pessoal reclama do ar de São Paulo. Se cada um tivesse plantado uma árvore, se cada dono de carro tivesse plantado uma árvore, nós não teríamos problema de respiração, de asma, de bronquite. Mas, infelizmente, ninguém seguiu o meu exemplo. Pelo contrário, é cortar árvore e não replantar. E as que replantam, às vezes não pegam e nem são substituídas. Esse é um problema que atinge a nossa vida e incomoda, traz prejuízo à saúde.

Como era a relação entre os vereadores?

Era boa, com muito diálogo, tudo amigável. Acabavam as brigas e todo mundo se abraçava.

Mas havia discussões, confronto de ideias?

Havia preconceito, como 'não voto nesse, não voto naquele'. Isso tinha. Mas acabava a sessão, ficava tudo igual.

O senhor se lembra dos principais líderes políticos da Câmara na época?

Eu era um deles. Jânio era outro.

Como era a relação com ele?

Era de amizade. Um dia antes de Jânio dizer que papai não prestava, eu tinha estado em sua casa para jogar baralho. Na véspera de ter uma briga, nós ficamos jogando, na maior das amizades. No dia seguinte, eu arranquei sangue dele.

E depois voltou a amizade ou ficaram sem conversar?

A gente voltou a conversar.

Mais algum momento marcante na Câmara Municipal de São Paulo?

Tem um interessante. O Jânio tinha um capote sujo, cebolento. Ele entrava na Câmara e pendurava. Estava fazendo um frio desgraçado e ele deixou a capa lá. Aí, então, ele saiu e eu peguei o capote, corri e dei para um pobre que estava passando na rua. O pobre fez uma cara assim, meio esquisita, de receber aquele troço sujo, mas estava muito frio e ele pôs. Aí o Jânio veio correndo, da Câmara, e arrancou o capote do pobre.

SEGUNDO O EX-VEREADOR RIBEIRO DE LIMA, A RELAÇÃO ENTRE OS PARLAMENTARES ERA BOA: “ACABAVAM AS BRIGAS E TODO MUNDO SE ABRAÇAVA”

EM 1948,
JÂNIO QUADROS
FISCALIZA PROVA DE
DATILOGRAFIA DURANTE
CONCURSO PARA A
CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

No dia seguinte, na posse, os vereadores cassados e cerca de cem militantes protestaram no Palacete Prates, sede da CMSP na época. Alguns manifestantes foram detidos pela polícia.

Entre os vereadores cassados, estava Elisa Kauffmann Abramovich, que seria a primeira mulher a ocupar uma vaga na Câmara Municipal de São Paulo. Assim, a primeira vereadora da cidade foi Anna Lamberg Zéglío,

eleita pelo Partido Social Progressista (PSP) em 1951, para a legislatura seguinte. Atualmente a Câmara aprovou uma resolução que reconhece esses vereadores cassados como legítimos representantes do povo.

MEGALÓPOLE EM CONSTRUÇÃO

Os debates e os projetos da Primeira Legislatura tratavam de problemas referentes a uma cidade que, ainda com muitas características rurais, rapidamente passava a ser uma megalópole: criação de animais, plantações nas margens do Rio Tietê, a migração de nordestinos, trânsito, transporte público, calçamento de ruas, construção de pontes, obras de saneamento, ações de assistência social, proteção à infância e até porteiras que existiam no Brás para permitir a passagem de trens.

A historiadora Carla Reis Longhi pesquisou os anais da Primeira Legislatura e relata no livro *São Paulo na Tribuna - Primeira Legislatura (1948-1951)* que os debates realizados na Câmara naquele período mostram uma preocupação genuína da vereança em discutir as questões que afli-



giam a cidade. “Os vereadores não se esquivavam de seu papel político e traziam para o debate no Plenário os diferentes temas da cidade, confrontando o Poder Executivo quando identificavam sua obstrução ou ineficiência”, revela Carla. “Por outro lado, explicitavam o projeto de sociedade cujo norte inicial era a preocupação com o desenvolvimento nacional”, completa. Uma nação desenvolvida para a época, segundo a historiadora, teria de ser moderna, civilizada, urbana e industrializada.

Ainda segundo Carla, a cidade precisava resolver alguns aspectos para trilhar a modernidade. O primeiro era distanciar-se de suas marcas rurais. “Para tanto, tratou de associá-las aos sujeitos identificados com o atraso, os migrantes nordestinos, ao mesmo tempo em que tornou São Paulo um

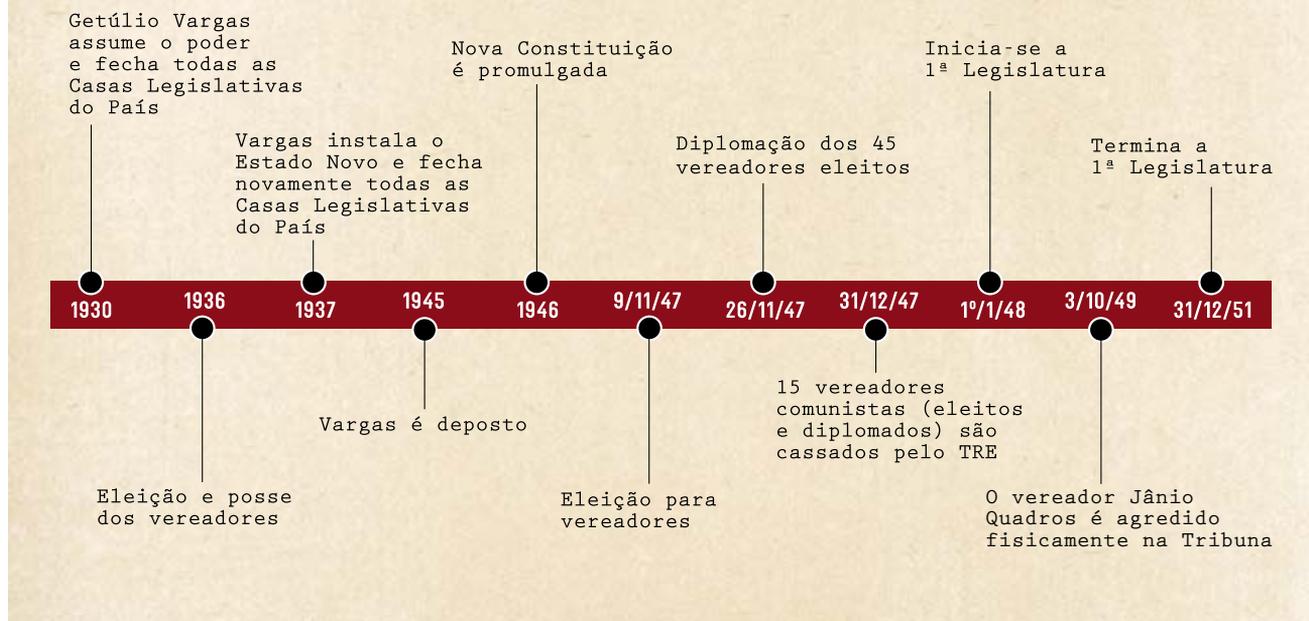
grande canteiro de obras”. Em segundo lugar, precisava dos agentes da industrialização, sem o ônus dessa necessidade. Para isso, “apoiou o fluxo migratório, com mão de obra barata, mas ofereceu um modelo urbano de periferização”.

A relação da Câmara com o Poder Executivo municipal, muitas vezes, foi de confronto, pois os prefeitos das capitais eram escolhidos pelo governador. Em 1948, os vereadores rejeitaram as contas do prefeito Paulo Lauro, que foi demitido no dia seguinte pelo governador Ademar de Barros. Nos quatro anos da Primeira Legislatura, São Paulo teve cinco prefeitos: Paulo Lauro, Milton Improta, Asdrúbal Euritysse da Cunha, Lineu Prestes e Armando de Arruda Pereira.

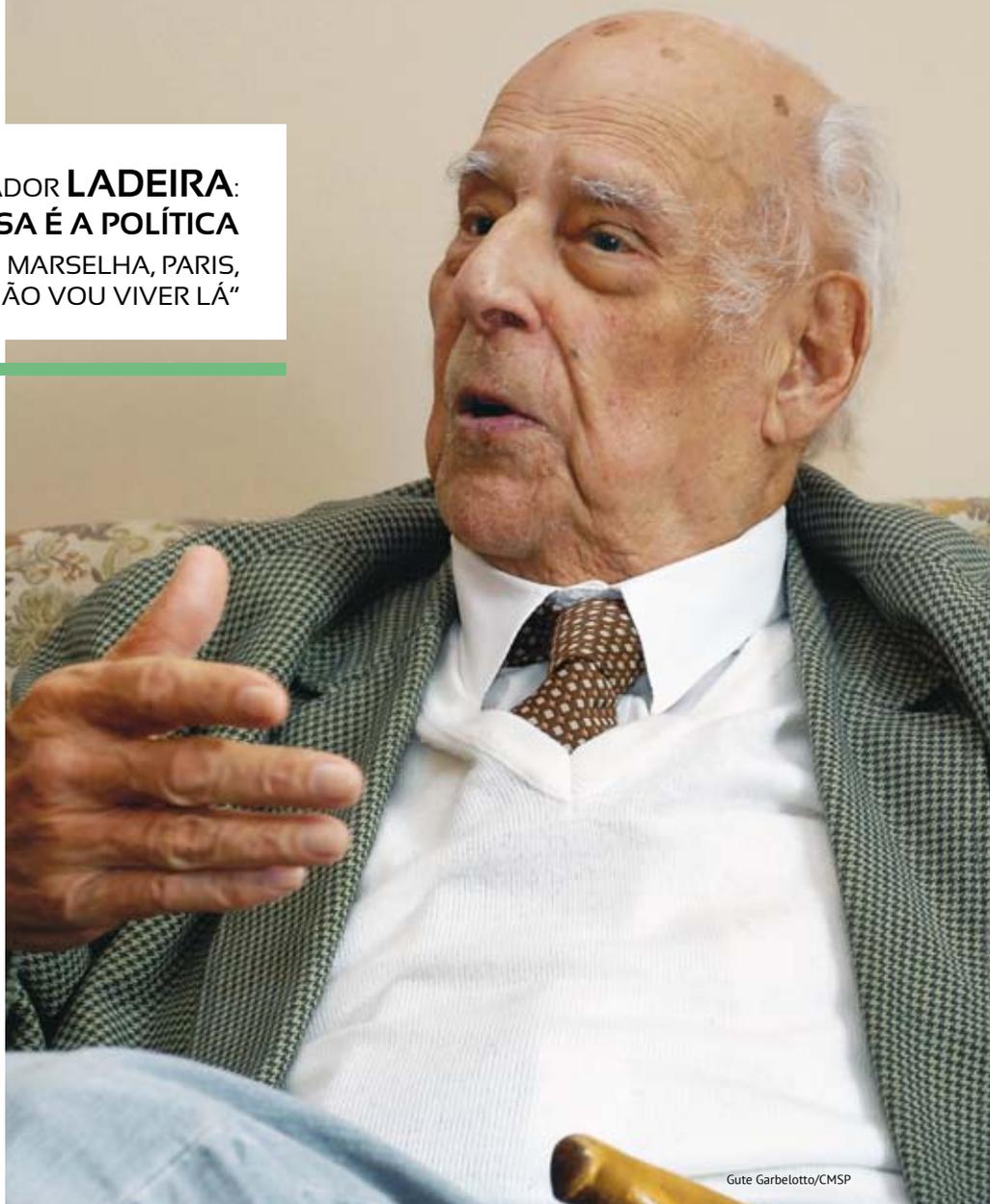
O historiador Ubirajara Prestes Filho explica que “para muitos vereadores, o prefeito não era um representante po-

AVANÇO DEMOCRÁTICO

Contexto histórico da Primeira Legislatura



EX-VEREADOR **LADEIRA:**
“O QUE ME INTERESSA É A POLÍTICA
MUNICIPAL, MAIS NADA – MARSELHA, PARIS,
LISBOA – PORQUE NÃO VOU VIVER LÁ”



Arquivo CMSP



MATERIAL DA CAMPANHA
DE REELEIÇÃO DE
FRANCISCO ASSUMPÇÃO
LADEIRA, EM 1951

Gute Garbelotto/CMSP

pular, mas um tipo de extensão do governador Ademar de Barros, assim a crítica era dirigida tanto ao prefeito, como a quem o nomeou”. Ele completa: “Alguns vereadores fortaleceram sua carreira em torno dessa crítica, como é o caso de Jânio Quadros, que se opôs com veemência ao governador”.

Segundo o especialista em história, a população, por sua vez, passava a reconhecer gradualmente o direito a infraestrutura, educação e saúde. “Após o Estado Novo, a cidade sofreu uma redefinição na esfera política. A população, incluindo a periferia e seus representantes, passou a ter um papel mais amplo no

cenário estadual e nacional”, explica Ubirajara. “Os prefeitos não poderiam mais realizar seus planos de governo sem a negociação política, mesmo que fossem nomeados pelo governador. A democratização pusera essa nova condição, e os anos da Primeira Legislatura foram essenciais no ajuste dessa ideia”, completa.

Prestes Filho acrescenta que o apelo popular não poderia mais ser negligenciado, também, porque a imprensa poderia atacar ou criticar a ação dos governantes: “A preocupação dos políticos com a imagem perante o público era mais uma dimensão desse novo cenário”.

ABACAXI ESTRAGADO

Os vereadores, conscientes do papel de porta-vozes do povo e de que tinham se tornado foco da atenção da imprensa, do rádio e da TV, levavam para o Plenário inúmeras queixas da população. Com o objetivo de justificar suas denúncias, chegaram a exibir na Tribuna objetos como fotografias, um paralelepípedo, um pano muito sujo por ter sido usado como filtro de água da torneira e até um abacaxi estragado.

O caso da fruta podre foi protagonizado por Jânio Quadros, que exibiu

o abacaxi como uma prova da necessidade de aumentar a fiscalização dos produtos vendidos em feiras e quitandas. Esse episódio mostra que o futuro presidente da República, em seu primeiro cargo público, já possuía um aguçado senso de marketing político, pois, como relatou Francisco Assumpção Ladeira, o abacaxi não foi vendido. Jânio e ele iam para a Câmara quando, na Rua Líbero Badaró, a poucos metros do Palacete Prates, viram um quitandeiro jogando a fruta estragada no lixo. Jânio, então, pediu o abacaxi e o levou à Tribuna. “O Jânio era um demagogo”, criticou Ladeira em 2008.

Quadros foi o grande personagem da legislatura 1948-1951, mesmo sendo a primeira vez que ocupava um cargo público. “Ele tinha uma atitude muito teatral e o Plenário foi um grande palco”, explicou o historiador Prestes Filho. Jânio foi

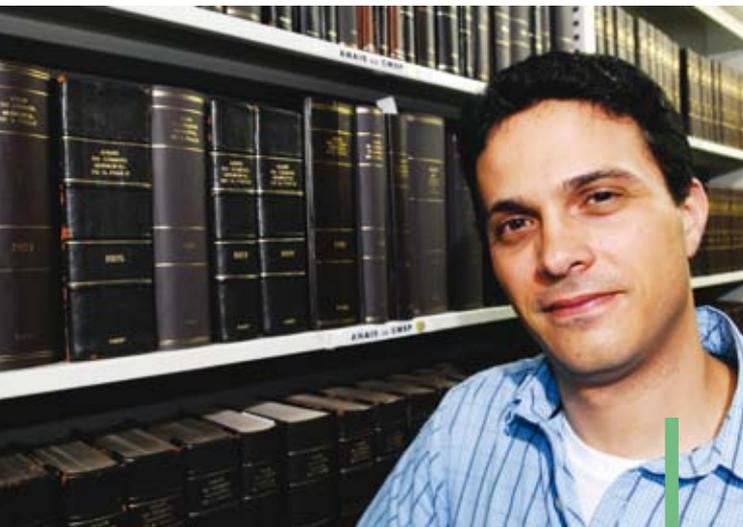
também deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente do Brasil.

Um dos momentos mais marcantes de seu mandato como vereador ocorreu quando ele foi agredido fisicamente em 3 de outubro de 1949. A Câmara estava realizando debates acalorados sobre um projeto de lei que concedia benefícios a associações esportivas. Jânio era contra e o combatia com veemência. Em um discurso, o vereador, na época com 32 anos, chamou de fascista seu colega João Carlos Fairbanks, de 58 anos, provavelmente por causa de seu passado como militante integralista. O também vereador Altimar Ribeiro de Lima, com 25 anos, tomou as dores e partiu em defesa de Fairbanks.

O próprio agressor, em entrevista concedida em 2008, contou o que ocorreu: “Jânio agrediu o Fairbanks, verbalmente, afirmando ‘Vossa Excelência não merece a cadeira que ocu-

O VEREADOR DA PRIMEIRA LEGISLATURA
DÉCIO GRISI DISCURSA NA TRIBUNA
DA CÂMARA EM 2012





Marcelo LX/CMSP

“COMO AS ELEIÇÕES PARA VEREADOR FICARAM MAIS LIVRES, OS ELEITORES TORNARAM-SE MAIS IMPORTANTES”, EXPLICA O HISTORIADOR PRESTES FILHO

pa, Vossa Excelência devia estar fora daqui’. Aí, eu me levantei e disse ‘Ó, Jânio, você não mede as palavras, né? Pegar o Fairbanks com essa agressão, um senhor de tanta idade’. Jânio respondeu: ‘Você, seu fedelho, você e nem seu pai prestam’. Quando ele disse que meu pai não prestava... Eu era faixa-preta de judô, aí pus o pé na mesa da secretária, peguei o Jânio pelo pescoço e dei-lhe um soco. Ele bateu com a cabeça no ferro que tinha ao lado da mesa, começou a sangrar, passou a mão na cabeça e disse ‘esse projeto precisava do meu sangue para não passar!’”.

Jânio, que continuou discursando na Tribuna enquanto recebia os primeiros socorros do médico e vereador Smith de Vasconcelos, estava certo. O projeto não foi aprovado.

“A Câmara dos anos 1948 a 1951 foi um verdadeiro Parlamento; tanto assim que as galerias viviam lotadas, as pessoas tinham interesse em assistir às sessões”, contou no livro *São Paulo na Tribuna* Edson Ravena, servidor aposentado da Câmara que, na época da Primeira Legislatura, já trabalhava no Palacete Prates e testemunhou o ataque a Jânio. 

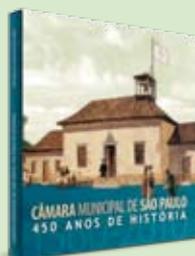
CONHECENDO MELHOR A PRIMEIRA LEGISLATURA

Para quem deseja aprofundar as informações sobre a **Primeira Legislatura**, dois livros e um blogue são fundamentais.



Um livro é **São Paulo na Tribuna – Primeira Legislatura (1948-1951)**, organizado pelo jornalista Luiz Casadei Manechini e editado pela Câmara Municipal de São Paulo. Na obra há entrevistas com funcionários aposentados que trabalharam na CMSP na ocasião e com políticos atuantes, além da

participação do ex-vereador Décio Grisi, que aos 94 anos deu um depoimento. Os destaques são as análises dos anais da CMSP e artigos escritos por especialistas sobre a história da cidade. A obra está disponível em www.camara.sp.gov.br.



Outro livro é **Câmara Municipal de São Paulo - 450 Anos de História**, com pesquisa e texto do historiador Ubirajara de Farias Prestes Filho. Em sua segunda edição, revisada e atualizada, mostra a história do Parlamento municipal desde sua fundação, em 1560, até

os dias atuais. A obra é fundamental para entender o que ocorreu antes e depois da Primeira Legislatura. Também disponível em www.camara.sp.gov.br.



O historiador Bernardo Schmidt, autor do livro *Jânio - Vida e Morte do Homem da*

Renúncia - Volume 1 - Um Moço Bem Velhinho, criou o blogue **O Patativa**, em que revela muitas histórias sobre personagens importantes da política municipal na segunda metade do século 20. Um dos destaques é um documentário com o vereador da Primeira Legislatura Francisco Assumpção Ladeira, *Tardes com Seu Chico*. O endereço é bernardoschmidt.blogspot.com.br.



Vereadores jovens Gabriel Bassoto de Abreu (à esquerda) e Arthur Zelioli Charles registram seus votos pelo sistema biométrico



Caio Tripicchio de Almeida, presidente do Parlamento Jovem 2012, apresentou projeto sobre controle da obesidade nas escolas

CCLJ/CMSP

CCLJ/CMSP



PARLAMENTO JOVEM DESPERTA VOCAÇÃO POLÍTICA

O estudante de engenharia civil Vinicius Silva Caruso fará 20 anos em julho de 2013. É primeiro-secretário estadual da Juventude do PSDB e também conselheiro titular da Fundação Mario Covas. Entre os 18 e os 19 anos, ajudou a reestruturar os grêmios estudantis trabalhando para a Secretaria de Educação paulista. Aos 17, foi eleito para o cargo simbólico de deputado jovem na Câmara dos Deputados. Antes de tudo, em 2006, aos 13, foi vereador jovem na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP). “Esse caminho eu só trilhei porque comecei aqui”, disse Caruso em palestra aos participantes do Parlamento Jovem Paulistano de 2012.

Criado pela Resolução da Câmara nº 10 de 2001, o evento oferece a jovens estudantes do Município a oportunidade de aprender sobre cidadania e democracia, exercendo, simbolicamente, as atividades de vereador por dois dias ao ano, sempre em novembro. No primeiro dia eles assistem a palestras e visitam a Casa. No segundo, são diplomados e tomam posse. Em seguida, é eleita a Mesa Diretora do Parlamento Jovem. Depois, cada parlamentar jovem defende seu projeto na tribuna e o submete à votação, seguindo um regimento feito especialmente para a ocasião. As ideias podem servir de inspiração aos projetos de lei para a capital paulista.

Os interessados devem estar cursando do 6º ao 9º ano do ensino fundamental em escolas públicas e particulares da cidade. O candidato precisa apresentar um trabalho individual na forma de um projeto de lei, que será submetido à seleção de uma comissão de vereadores. Serão escolhidos os 55 melhores projetos, considerando: respeito ao formato de projeto de lei, pertinência em relação ao tema do partido, correção gramatical, concisão, clareza, originalidade e exequibilidade.

Cada escola pode participar com apenas um projeto, discutido entre os colegas, pais e professores e escolhido por comissão julgadora da própria comunidade escolar. A proposta deve estar atrelada a



Durante sessão plenária, vereadora jovem Priscila Santos Lima defende seu projeto para outros estudantes

um dos seguintes partidos fictícios, escolhido pelo parlamentar jovem: Assistência Social; Educação; Emprego; Cultura; Esportes, Lazer e Recreação; Habitação; Natureza; Planejamento Urbano; Saúde; Segurança Urbana; Trânsito e Transporte.

O vereador jovem Caio Tripicchio de Almeida, da escola particular Germinare, foi eleito presidente do Parlamento Jovem Municipal de 2012. Seu projeto falava sobre controle da obesidade infantil e reeducação alimentar nas escolas

e cada participante leva para sua vida e comunidade uma nova perspectiva do processo legislativo”, analisa Raul Julio, da Equipe de Eventos da CMSP, um dos organizadores do último Parlamento Jovem Paulistano.

Segundo Raul, o evento também pode despertar vocações políticas, como ocorreu com Vinicius Caruso, que foi estimulado a participar por um professor. “Há seis anos eu fui vereador jovem. Não sabia o que era plenário, aparte, peque-



públicas municipais. O estudante propôs, entre outras medidas, que toda unidade escolar tivesse uma nutricionista responsável pelo cardápio. A proposta recebeu 39 votos favoráveis, 9 desfavoráveis e 7 abstenções. “É sabido que entre as atribuições da escola estão: educar, instruir e conscientizar a comunidade escolar, a fim de obter uma sociedade saudável, consciente dos bons hábitos”, disse Almeida no Plenário, defendendo sua proposta.

“O exercício de democracia e participação política proporcionado pelo evento gera um impacto que não atinge apenas os vereadores jovens, já que cada inscrição é fruto de um processo seletivo que se dá no ambiente escolar

no e grande expediente. Gostei. Saí daqui achando que isso deveria continuar. Hoje eu volto para casa com a certeza de que isso dá resultado”, disse o estudante de engenharia durante a palestra aos jovens parlamentares do ano passado.

MAIS INFORMAÇÕES sobre a iniciativa podem ser obtidas com a Equipe de Eventos da Câmara, pelo e-mail eventos@camara.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3396-4170. No portal da CMSP, em Prêmios Institucionais, também é possível encontrar mais detalhes, como cronograma de atividades, fichas de inscrição e de autorização pelo pai ou mãe, o modelo de projeto de lei e as normas para envio dos trabalhos. 

TV CÂMARA SÃO PAULO EM SINAL DIGITAL

A TV Câmara São Paulo, uma televisão pública que apresenta as ações e os debates do Legislativo paulistano, além de programas sobre a cidade de São Paulo, ampliou e modernizou sua programação, que aumentou de sete para 24 horas diárias e, com a entrada do sinal digital, passou a atingir um número maior de pessoas.

A transmissão em sinal digital começou em 12 de dezembro do ano passado. Até então, a emissora só estava disponível na tevê paga, exibindo seus programas sete horas por dia, das 13h às 20h, nos canais 7 (digital) e 13 (analogico) da Net.

Com o sinal digital, o telespectador passou a contar também com a possibilidade de acompanhar a programação gratuitamente, 24 horas por dia, no canal 61.4, em todos os televisores equipados com conversores digitais, num raio de 150 quilômetros em torno da capital. Outra opção é acompanhar pela internet, no site www.tvcamara.sp.gov.br.

Além de chegar a mais pessoas, a TV Câmara São Paulo vem promovendo alterações na forma e no conteúdo. "Fizemos uma mudança de visual, com um novo logotipo, novas vinhetas e novos cenários e repaginamos os roteiros, para dar mais dinamismo", explica Edmilson Neves, diretor executivo da tevê. Outra novidade ocorreu com o telejornal *Jornal da Câmara*, que passou a ter duas edições, às 13h e às 18h30.

O maior destaque é a transmissão das sessões plenárias, ao vivo, de terça a quinta-feira, a partir das 15h. A grade da tevê conta com 25 programas, sendo 22 produções próprias, uma em parceria (com a Polícia Militar) e duas terceirizadas. 



Marcelo L./CMSP

Programação da TV Câmara passou de sete para 24 horas diárias



PUBLICAÇÕES LEVAM PRODUÇÃO DA CASA AO CIDADÃO

O conhecimento produzido pela Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) não se limita apenas às leis e outras normas ou documentos inerentes ao processo legislativo. Os servidores da Casa também são responsáveis pela elaboração de um grande volume de material, como análises, pareceres, relatórios, artigos, reportagens e outros textos.

Para evitar que esse conhecimento fique parado ou atinja poucas pessoas, a CMSP resolveu aprimorar a divulgação e lançou três revistas técnicas (*Revista Procuradoria da Câmara Municipal de São Paulo*, *Revista Consultoria Técnico-Legislativa - SGP.5* e *Revista CTEO Consultoria Técnica de Economia e Orçamento*), uma com artigos acadêmico-científicos (*Revista Par-*

lamento & Sociedade) e uma jornalística (esta **Apertes**). Além dos periódicos, a Câmara publica livros e boletins esporádicos. “É importante que esse conhecimento circule, não fique esquecido nas gavetas”, afirma o coordenador-geral das revistas técnicas, Alexandre Augusto Liceski da Fonseca.

As publicações têm por princípios, registrados em atos da Mesa Diretora da Câmara, divulgar conteúdo técnico, acadêmico e jornalístico, preservar o conhecimento produzido no Legislativo paulistano, ser multidisciplinar e ter pluralismo político. Também estão de acordo com o princípio da publicidade, que é básico na administração pública. O material é enviado a bibliotecas e universidades públicas e está disponível no Portal da Câmara (www.camara.sp.gov.br).

O primeiro número da *Revista CTEO* traz estudos sobre gastos com educação, dívida pública da Prefeitura e mobilidade urbana, entre outros temas. Na apresentação, há um resumo da história e da importância da Consultoria Técnica de Economia e Orçamento.

A CTEO também publica os boletins mensais *Indicador Metropolitano* e *Indicador Paulistano*, com estudos e dados sobre índices que fundamentam o desenvolvimento regional, entre outros temas.

Já a *Revista Consultoria Técnico-Legislativa – SGP.5* reúne trabalhos desenvolvidos para fornecer subsídios e suporte técnico às atividades parlamentares nas comissões de mérito. O primeiro número divide-se em três partes (Urbanismo e Meio Ambiente, Área Social e Administração Pública). “O recente incremento de novos integrantes no corpo técnico tem possibilitado um exercício mais abrangente e diversificado de suas tarefas”, informa a apresentação da revista.

Por sua vez, a *Revista da Procuradoria* apresenta pareceres, artigos, uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) e um agravo regimental em ação direta de inconstitucionalidade (AgRg em ADI) sobre vários temas urbanos. A procuradora Karen Lima Vieira, atualmente secretária-geral parlamentar, ressaltou que a Procuradoria é um órgão plural, com muitos procuradores graduados em outras áreas, além do Direito, e que responde a questões suscitadas por todos os setores da Câmara.

Outra novidade na área de circulação de conhecimento da Câmara é a divisão

da *Revista do Parlamento Paulistano*, que possuía uma parte acadêmica e outra jornalística. Essa revista deu lugar a duas: a *Revista Parlamento & Sociedade*, com artigos acadêmico-científicos, e a **Apertes**, de conteúdo jornalístico.

Ex-editor de debates da *Revista do Parlamento Paulistano* e hoje membro do conselho editorial da *Revista Parlamento & Sociedade*, Leonardo Barbagallo explica que “a nova revista tem como eixo temático políticas públicas e Poder Legislativo no âmbito do Município”.

ESCOLA DO PARLAMENTO

Por intermédio da Escola do Parlamento, a Câmara também publica livros. No ano passado, foi lançado o *Ciclo de Debates Pensando São Paulo*, reunindo as discussões de nove encontros temáticos com especialistas de várias áreas. No livro, são analisados temas como pedágio urbano, cidade sustentável e acessibilidade para pessoa com deficiência.

Também foi publicado pela Escola do Parlamento o livro *São Paulo na Tribuna – Primeira Legislatura (1948-1951)*, com histórias e fotos dos vereadores eleitos no primeiro pleito após o Estado Novo (veja matéria na pág. 91).

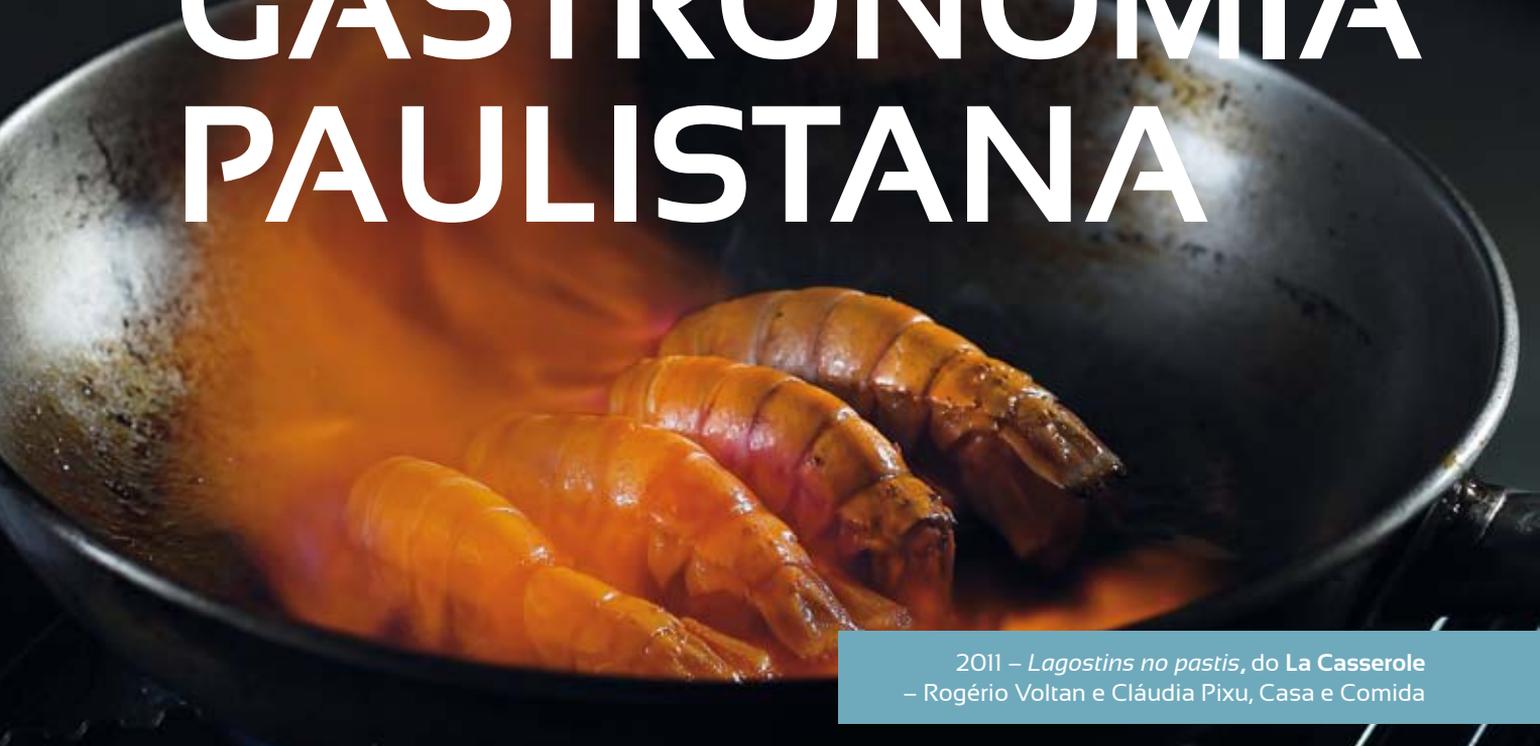
Outro livro lançado pela CMSP foi a segunda edição, revisada e atualizada, de *Câmara Municipal de São Paulo – 450 anos*, com textos e pesquisa do consultor em História da Casa, Ubirajara de Farias Prestes Filho. 



Fábio Jr. Lazzari/CMSP

Câmara não deseja que produção fique nas gavetas, diz Alexandre Fonseca

TROFÉU HOMENAGEIA A GASTRONOMIA PAULISTANA



2011 – *Lagostins no pastis*, do La Casserole
– Rogério Voltan e Cláudia Pixu, Casa e Comida



2011 – *Restaurante Tailandês: Namga-Ko phan ngan com arroz de jasmim* – Márcio Palermo, Empratado

Em São Paulo, é possível fazer uma volta ao mundo pelos sabores de 51 países, sem sair da cidade. Basta ir aos estabelecimentos que servem especialidades que vão desde a tradicional cozinha francesa até quitutes menos conhecidos, como os da Bulgária e Finlândia. Para celebrar essa diversidade da cozinha paulistana, a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) criou o troféu São Paulo: Capital Mundial da Gastronomia, que desde 1997 premia os melhores trabalhos jornalísticos produzidos sobre a gastronomia paulistana.

“A iniciativa premia os esforços dos profissionais que divulgam a gastronomia da cidade”, afirma Teresa Cristina Borges, consultora em Relações Públicas da equipe de Eventos da CMSP, responsável pela organização do prêmio.



2012 – *Salmão Tataki*
– Márcio Palermo, Empratado

OS GANHADORES DO TROFÉU DE 2012

Conheça os primeiros colocados em cada categoria

Reportagem de jornal

“Confeiteiras de uma nota só”, de Marcela Rodrigues Silva (Jornal da Tarde)

Reportagem de revista

“A febre peruana”, de Beatriz Marques (Menu)

Reportagem de rádio

“A diversidade gastronômica em São Paulo: gastronomia arretada”, de Pedro Serico Vaz Filho, Carlo Herminio Sobral, Leticia Valente, Mariana Moreto e Bruna Garbuglio (Gazeta AM)

Melhor reportagem de TV

“Aniversário de 79 anos do Mercado”, de Renata Maron e Flávio Dias (Canal Rural – Grupo ABS)

Melhor reportagem de internet

“Oryza Restaurante incorpora conceito bistrômique e oferece menu especial a preço tentador”, de Gláucia Balbachan (Empratado)

Melhor foto sobre a gastronomia paulistana

“Salmão Tataki”, de Márcio Palermo (Site Empratado)

Melhor guia da cidade de São Paulo

“Em Dia Guia Delivery Edição 23”, de Paulo César Cardoso

Melhor programa especializado de TV

“Programa Giro da Gastronomia”, de Raquel Auzier Ferreira (Giro da Gastronomia)

Melhor revista de gastronomia

“Revista Menu – Páscoa à brasileira”

Melhor trabalho estudantil

“Mercado Municipal de São Paulo”, de Thais Helena Franceschini, com orientação de José Roberto Yasoshima (Escola de Artes, Ciências e Humanidades – USP)



2010 – *Picadinho Chique*
– Eduardo Delfim, Revista Menu

A premiação surgiu após uma ação da Associação Brasileira das Entidades e Empresas de Gastronomia, Hospedagem e Turismo (Abresi), que, em parceria com a Câmara, criou para a cidade de São Paulo o título de Capital Mundial da Gastronomia. Em 1995, a Associação e a CMSP criaram um grupo de trabalho para decidir as estratégias para dar o título ao Município.

A partir daí, a Abresi montou uma comissão formada por representantes oficiais de 40 países e 10 entidades internacionais, que estudaram as cozinhas representadas em suas respectivas capitais. O trabalho da comissão apontou que as cozinhas de 43 países estavam representadas na cidade de São Paulo – hoje são 51. Durante um congresso da Abresi, em 1997, a comissão outorgou o título a São Paulo e também às cidades de Nova York, Tóquio, Roma, Madri, Lisboa, Cidade do México e Buenos Aires, além de Paris, como *hors-concours*. De todas as homenageadas, segundo a entidade, São Paulo é a cidade que possui o maior número de cozinhas internacionais representadas.

O Troféu Gastronomia da CMSP foi criado em 1997, pelo Decreto Legislativo 81, atualizado cinco anos depois pelo 16/2002. O prêmio é concedido em dez categorias: reportagens veiculadas em jornal, revista, rádio, TV e internet, foto publicada em jornal, revista ou internet, guia da cidade de São Paulo, programa televisivo especializado, revista especializada (incluindo publicações de sindicatos e associações do setor) e trabalhos de universitários dos cursos de Turismo, Gastronomia, Hotelaria e Jornalismo.

Para concorrer, os trabalhos devem ser enviados a uma comissão julgadora, formada por representantes da Câmara, da Prefeitura e de entidades, sindicatos e associações das áreas de gastronomia e turismo. A premiação ocorre em sessão solene no Palácio Anchieta, e os primeiros colocados em cada categoria recebem uma Salva de Prata.

A responsável pelo prêmio já aprendeu alguns truques de cozinha com a premiação. “Uma vez fiz uma receita de risoto com molho de frango caseiro que vi numa das matérias premiadas”, conta Teresa. “Passei a tarde inteira cozinhando, mas valeu a pena.” 

* As fotos que ilustram esta matéria foram as premiadas de seus respectivos anos.



ESCOLA DO
PARLAMENTO

- ✓ **Cursos**
- ✓ **Palestras**
- ✓ **Oficinas**

Para os
funcionários
e todos os
cidadãos

Mais informações no site da Câmara:
www.camara.sp.gov.br



MEMÓRIA DO LEGISLATIVO PAULISTANO

Em 7 de setembro de 1969, o Palácio Anchieta, atual sede da Câmara Municipal, foi inaugurado oficialmente. No dia seguinte, d. Agnelo Rossi, então cardeal de São Paulo, abençoou o local e entronizou o Cristo Crucificado do Plenário 1º de Maio.



Marcelo LX/CMSP



Ricardo R/CMSP



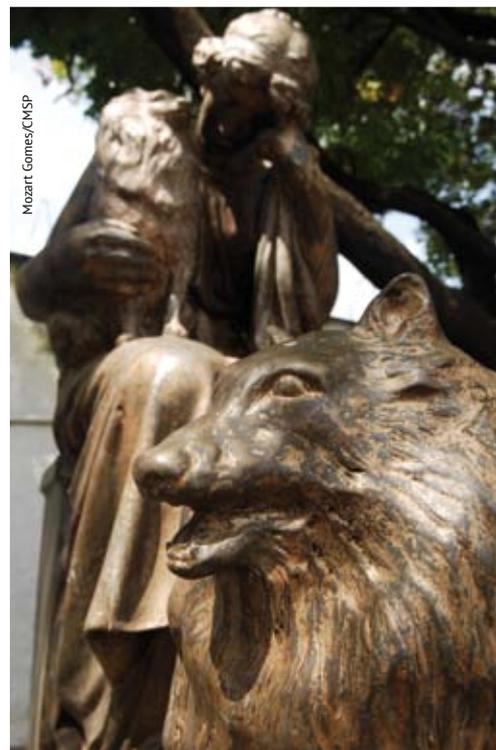
Ricardo R/CMSP



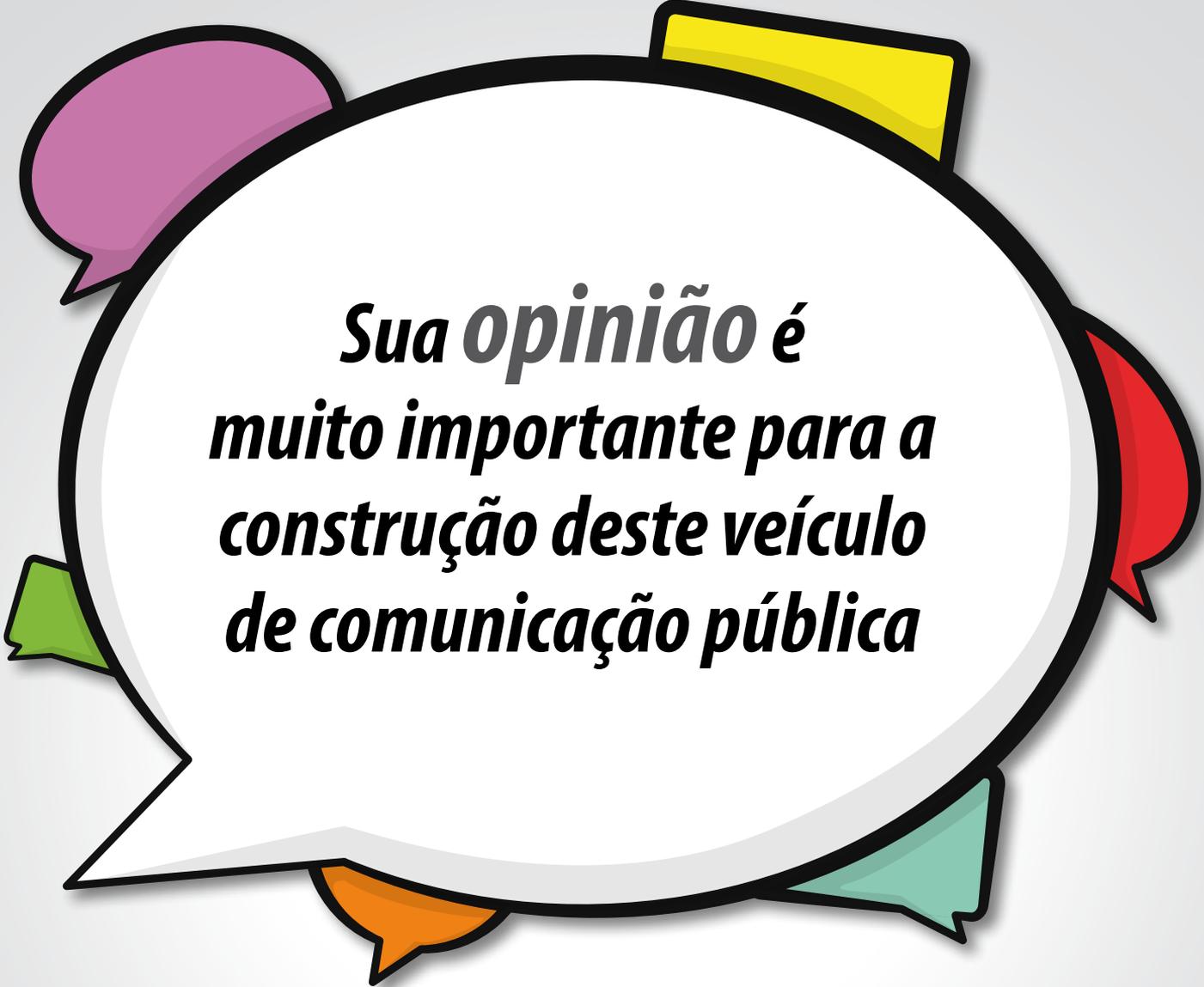
Mozart Gomes/CMSP



Mozart Gomes/CMSP



Mozart Gomes/CMSP



***Sua opinião é
muito importante para a
construção deste veículo
de comunicação pública***



Entre em contato:
apartes@camara.sp.gov.br



Siga:
[@RevistaApartes](https://twitter.com/RevistaApartes)



Curta:
[/RevistaApartes](https://www.facebook.com/RevistaApartes)



Visite:
www.camara.sp.gov.br

apartes